

# ALTO

TRÁS-OS-MONTES

ESTUDO GEOGRÁFICO

---

VERGÍLIO TABORDA

AULP  
UTAD  
IUC

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

EDIÇÃO FAC-SIMILADA

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEPÇÃO GRÁFICA  
António Barros

INFOGRAFIA  
Carlos Costa

FOTOGRAFIA DA CAPA  
João Soares Carrola  
Escarpas/arribas junto à albufeira da Barragem do Picote

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Gráfica de Coimbra

ISBN  
AULP • 978-989-8271-04-4  
UTAD • 978-989-704-009-2  
IUC • 978-989-26-0100-7

DEPÓSITO LEGAL  
328167/11

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE



Edição: versão fac-similada da edição de 1932, a qual é precedida de um prefácio do Senhor Professor Doutor José Portela.

© JUNHO 2011 IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# ALTO

TRÁS-OS-MONTES

ESTUDO GEOGRÁFICO

---

VERGÍLIO TABORDA

AULP  
UTAD  
IUC

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

## *PREFÁCIO*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



“É PRECISO, EM SUMA, COMEÇAR PELO  
PRINCÍPIO — E AÍ ESTÁ, JUSTAMENTE,  
A DIFICULDADE”<sup>1</sup>

ENSAIO SOBRE *ALTO TRÁS-OS-MONTES, ESTUDO  
GEOGRÁFICO*, DE VERGÍLIO TABORDA, 1932<sup>2</sup>

José Portela

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

Li e reli *Alto Trás-os-Montes*. Uma obra que Vergílio Taborda, sentindo-se filho, dedicou tão-só a sua mãe. Leio, releio e atesto: esta obra de geografia humana, ora sénior de 80 anos, é única, peculiar e luminosa. Estes seriam igualmente traços da feição do autor — a obra é o homem —, um jovem investigador de Freixo de Espada à Cinta de “grande qualidade

---

<sup>1</sup> Tomamos para título deste ensaio sobre *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*, de Vergílio Taborda, 1932, precisamente uma frase sua, a que abre o segundo parágrafo do Prefácio.

<sup>2</sup> Este ensaio foca a 2ª edição, a saber: Vergílio Taborda, *Alto Trás-os-Montes*, Livros Horizonte, 1987.

intelectual e humana”<sup>3</sup>, mas que não chegou a internacionalizar-se<sup>4</sup>, e cuja vida foi, literalmente, *publish and perish*.

Ele foi “segado impiedosamente ainda na juventude”<sup>5</sup>, não só pela doença, mas também pela amargura resultante de um trato universitário injusto, isto segundo o testemunho de amigos. A propósito do silenciamento que se abateu sobre o assistente e doutorado — um duriense superior — e da dureza da crítica e desagrado gerado pela sua tese, Orlando Ribeiro acrescentaria que poucas vezes se perdoava ao discípulo que fosse além do mestre e que, infelizmente, na Universidade não era invulgar assistir-se a manifestações da “mediocridade receosa perante o talento”<sup>6</sup>. Tempos idos? Oxalá.

Para lá de ser “homem fino, sensível, reservado e um tanto indeciso”<sup>7</sup>, Vergílio Tabora deixou marcas entre conterrâneos e colegas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, alguns dos quais se tornaram figuras ilustres e/ou públicas. Por exemplo, Sarmiento Rodrigues, António Gonçalves Rodrigues e Vitorino Nemésio. Este, em dedicatória aposta em *O Erotismo de João de Deus*<sup>8</sup>, escreve: “Ao Vergílio Tabora,

---

<sup>3</sup> Para prover maior comodidade de leitura, não explicitamos no texto as fontes das expressões citadas. Esta expressão é uma paráfrase-testemunho de Sarmiento Rodrigues, amigo de Vergílio Tabora, e foi extraída de Orlando Ribeiro, “Uma Tese Notável”, Prefácio à 2ª edição de *Alto Trás-os-Montes*, Livros Horizonte, 1987, p. 5. A este texto recorreremos amiúde.

<sup>4</sup> Segundo O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 5, Vergílio Tabora “não frequentou centros científicos estrangeiros”.

<sup>5</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 12.

<sup>6</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 6.

<sup>7</sup> Segundo O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 5, referindo-se a descrições feitas por amigos.

<sup>8</sup> Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930.

velho amigo, companheiro de casa e vizinho, com um abraço altimétrico, como se deve dar aos geógrafos.”<sup>9</sup> Outro sinal de fraternidade, bem maior: três anos após a sua morte, ocorrida em 1936, quando as letras não eram vistas como tretas, um trio de amigos, ideologicamente bem diverso — Paulo Quintela, Manuel Lopes de Almeida e Francisco Morais —, exaltou-o, editando um texto inaugural escrito uma década antes<sup>10</sup>. Para Orlando Ribeiro, trata-se de um “breve mas denso estudo de história das ideias e da acção política «Maquiavelismo e Anti-maquiavelismo na História de Portugal», simples exercício didáctico de um estudante notável”<sup>11</sup>. Embora tal trabalho possua, como faz notar João Bettencourt da Câmara, pendor informativo e um “vincado carácter proemial”<sup>12</sup>, constitui o “primeiro estudo português significativo sobre Maquiavel”, isto num país que “editou o seu primeiro *Príncipe* em 1935, em pleno século xx, mais de quatrocentos anos após a publicação

---

<sup>9</sup> Catálogo de livros raros e esgotados da biblioteca do Prof. Doutor Paulo Quintela – Literatura Portuguesa do Século xx; <http://www.livro-antigo.com/site/upload/tmp/php0Lz3Rq.pdf>, (12.04.2011).

<sup>10</sup> Esta obra de Vergílio Taborda é publicada em 1939 pela Atlântida Editora, Coimbra, com o título *Maquiavel e Antimaquiavel*. Foram subscritores do respectivo prefácio Francisco Morais, Manuel Lopes de Almeida e Paulo Quintela, amigos seus que integraram a primeira direcção da Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra, fundada no ano lectivo de 1926/27. *Vd.* [www.adelinotorres.com/.../João%20Bettencourt%20da%20Câmara\\_O%20PRINCIPE%20DE%20MAQUIAVEL.doc](http://www.adelinotorres.com/.../João%20Bettencourt%20da%20Câmara_O%20PRINCIPE%20DE%20MAQUIAVEL.doc), p. 22 (12.04.2011).

<sup>11</sup> Segundo O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 6.

<sup>12</sup> Expressão de Carlos Eduardo de Soveral, outro tradutor de Maquiavel, citada por João Bettencourt da Câmara, [www.adelinotorres.com/.../João%20Bettencourt%20da%20Câmara\\_O%20PRINCIPE%20DE%20MAQUIAVEL.doc](http://www.adelinotorres.com/.../João%20Bettencourt%20da%20Câmara_O%20PRINCIPE%20DE%20MAQUIAVEL.doc), p. 11 (12.04.2011).

original”<sup>13</sup>. Em suma, um nado-vivo em 1906, num burgo remoto e ignoto — ainda hoje um chão do Portugal profundo —, e ex-liceal em Bragança transformara-se em amante de um mundo pensado como realmente é e não como deveria ser, tornara-se um autodidacta de Maquiavel, o clássico renascentista, o pai da ciência política moderna. Razão tinha Torga: “O universal é o local sem paredes.”<sup>14</sup>

*Alto Trás-os-Montes* é uma dissertação de doutoramento em Ciências Geográficas, que, como se espera, revela originalidade e inspiração funda em bons mestres e boas fontes. É patente que essa obra ímpar está arreigada no estudo de fontes históricas, de Herculano ao reitor de Baçal, mas há ainda outras a indicar, de firmeza variável, desde, por exemplo, o arquivo paroquial da Campeã<sup>15</sup> e a estação ferroviária de Chaves a uma prezada editora parisiense, passando pelas

---

<sup>13</sup> João Bettencourt da Câmara, “A Primeira Edição Portuguesa D’O Príncipe, ou o Maquiavel Fascista de Francisco Moraes”, [www.adelinotorres.com/.../João%20Bettencourt%20da%20Câmara\\_O%20PRINCIPE%20DE%20MAQUIAVEL.doc](http://www.adelinotorres.com/.../João%20Bettencourt%20da%20Câmara_O%20PRINCIPE%20DE%20MAQUIAVEL.doc), p. 11 e p. 1 (12.04.2011). Nesta fonte (p. 11) diz-se ainda que a leitura de Vergílio Tabor da d’O *Príncipe* “procura expor, entender e explicar, com os cuidados analíticos, aparelho bibliográfico e reservas típicas de um texto académico”.

<sup>14</sup> In “Trás-os-Montes no Brasil”, conferência realizada no Centro Transmontano de São Paulo, em 14 de Agosto de 1954, e repetida no Centro Transmontano do Rio de Janeiro, a 16 do mesmo mês. O texto acha-se em obra de Miguel Torga, 1955, *Traço de união/Temas portugueses e brasileiros* [<http://purl.pt/13860/1/miguel-torga.htm> (12 de Abril de 2011)] e em *Traço de união*, 2ª ed. revista, Coimbra, Ed. do Autor, 1969. Como sublinhou o antropólogo Pedro Silva (em comunicação pessoal, que agradeço), a erudição e a versatilidade intelectual de Vergílio Tabor da manifestaram-se desde cedo e “o que ficou da sua vida, o exemplo, bem pode ser tomado como oferta”.

<sup>15</sup> Vergílio Tabor da, *Alto Trás-os-Montes*, Livros Horizonte, 1987, 2ª edição, p. 90, nota nº 18.

estações agrícolas (Montalegre, Vidago, Mirandela e Moncorvo) e pelo Instituto Superior de Agronomia.

Evidentemente, na obra há uma profusão de grandes autores, lusos e estrangeiros, e labores dos vários ramos da Geografia. Diz-nos Orlando Ribeiro que Vergílio Taborda atentou na tese exemplar de Jacques René Levainville, intitulada *Le Morvan. Étude de géographie humaine*, a qual foi publicada em 1909 pela Librairie Armand Colin. Trata-se de obra extensa e documentada, com quatro desenhos, 40 fotótipos, 44 figuras e cartas e mais de 300 páginas. Aquele *Docteur de l'Université de Bordeaux* fora discípulo de Vidal de la Blache, o fundador da geografia moderna francesa e pai da escola francesa de geopolítica, e focara a sua pesquisa numa sub-região da Borgonha, que era, em 1910, assim descrita numa recensão da obra constante do *Bulletin of the American Geographical Society*<sup>16</sup>:

*The features which make a geographical unit of the Morvan «country» are mainly negative; it is the country deprived of all that makes the neighbouring countries attractive. While it has never formed a political or ecclesiastical province [...], its location and extent are determined by a consensus of popular opinion which, all over the adjoining countries of Nivernais and Burgundy, designates the billy solitudes which separate the latter as the «bad country» in opposition to their prosperity and possibilities. War has never penetrated into these hills, where no booty of any value would reward the Victor; nor, on the other hand, has the progress of modern thought and civilisation.*

---

<sup>16</sup> Vol. 42, nº 2, 1910, <http://www.jstor.org/pss/199576> (12.04.2011).

No início do século xx, os paralelismos entre *Le Morvan* e *Alto Trás-os-Montes* — regiões desfavorecidas na linguagem actual — seriam insinuantes. Radicarão, ou não, nessa tese francesa, por exemplo, as notas de geopolítica que Vergílio Taborda arrola e que condensamos nesta sua frase: “Trás-os-Montes foi sempre um teatro de guerra secundário”<sup>17</sup>? Seria arrojado afirmá-lo, mas Orlando Ribeiro, com toda a sua autoridade, sintetiza assim esse diálogo intelectual luso-francês: “Se a arrumação dos capítulos de Vergílio Taborda é visivelmente inspirada na de Levainville, a contextura e o enchimento são rigorosamente pessoais.”<sup>18</sup>

Para lá da aturada disciplina e cansaiva na busca documental e além do queimar das pestanas e neurónios sobre cartas, apontamentos, catálogos, boletins, revistas, relatórios, memórias, estudos, anuários e censos, a monografia sob apreço revela que o autor era um observador extraordinário, dotado de pernas para andar e de olhos de ver: tinha olho panorâmico e pontual de águia, buscava ângulos de observação multidisciplinar (história, filologia, geologia, fitogeografia, etc.), sempre uma visão fina e penetrante. E era uma testemunha tão rigorosa quanto emotiva. A profusão de dados não o desorientava. Acolhia-os e vivificava-os, como nos sugere Carlos Patrício, que, em 1994, recorda com admiração e afecto Vergílio Taborda, através de um conjunto de notas e aprecia-

---

<sup>17</sup> Vergílio Taborda, *Alto Trás-os-Montes*, Livros Horizonte, 1987, 2ª edição, p. 29.

<sup>18</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 7.

ções biográficas<sup>19</sup>. Como diz, então, “mata saudades de uma boa geografia regional”, e assim enriquece o balanço feito, entregando-nos palavras repletas de agudeza e propriedade acerca da perspicácia daquele geógrafo, entre elas as seguintes<sup>20</sup>:

Vergílio Taborda fala, de facto, do que sabe e do que conhece por dentro e não há dúvida que é difícil fazer melhor as honras da casa, sobretudo conseguindo conciliar tamanha lucidez com tal intimidade. [...] Embora ideologicamente datado, este geógrafo sabe, de facto, transmitir aquilo que se vê e respeitar o *espiritus loci* daquilo que se sente. Da sua geografia, acabam por ficar na memória verdadeiros retratos com alma.

No livro ora nas mãos do leitor abundam retratos de uma inteligência emocionada. A título de ilustração expomos três, sendo hoje – qualquer deles – sobretudo uma memória. Rio Douro, searas de centeio e casas descritas já não são mais tudo o que foram<sup>21</sup>.

Um vale apertado, de perfil em V agudo, um declive considerável e irregular, uma corrente violenta e selvagem imprimem ao Douro um carácter de rio de montanha que contrasta flagrantemente com a paisagem regular e monótona dos planaltos. Nada mais surpreendente e contraditório que subir da garganta estreita por onde o rio corre com fragor para as superfícies onduladas, os moles relevos que lhe ficam acima.

---

<sup>19</sup> “Vergílio Taborda, um geógrafo exemplar. Notas biográficas”. *Inforgeo* 7/8, 1994, pp. 137-140.

<sup>20</sup> C. Patrício, *op. cit.*, p. 139.

<sup>21</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 47, p. 85, p. 126.

O afloramento granítico da Moimenta, na raia de Vinhais, constitui caso único em Trás-os-Montes e porventura mesmo em todo o País: o centeio dá aí médias de 18 a 20 sementes. As searas chegam a atingir 2 m de altura. É um espectáculo belíssimo contemplar, no fim da Primavera, da serra da Coroa a vasta chã coberta de centeais verdes ondulando ao vento.

Construída de xistos ou feita de granito, sem reboco nem cal, revestida de telha ou de lousas de reflexos de aço, coberta simplesmente de palha, a casa transmontana é sempre uma mancha discreta que se funde na cor dominante da paisagem e que ao longe mais se adivinha que se vê.

O objecto eleito pelo doutorando, o Alto Trás-os-Montes, não é simples nem nítido – tornou-se. A diversidade, a complexidade e a dinâmica das componentes territoriais em jogo é exuberante. Há contrastes notórios, por exemplo, de relevo e “entre a massa sóbria, verde-escura dos soutos e a mancha cinzento-metálica dos olivais”. Ou entre os pinhais nas encostas voltadas a oeste e os virados a leste, que, comparativamente, estão menos expostos aos ventos atlânticos<sup>22</sup>. E há mesmo coisas de pasmarmos: o próprio cultivo de giestas e tojos no *monte*<sup>23</sup>. Ainda no plano da heterogeneidade e dos fluxos correntes, e apenas em termos da produção pecuária, note-se a existência, entre outros, destes animais e condições associadas:

---

<sup>22</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 71, p. 73.

<sup>23</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 75. Nesta citação, e adiante no texto, manteremos todos os termos e expressões populares em itálico, tal como surgem na 2ª edição da obra.



vitelos da *raça mirandesa* que viram *bois ratinbos*; vitelos da raça barrosã transformados em *maianos*; *boi maronês* e *boi galego*; os *ganados* de Miranda, que pernoitam em *cancelas* ou *bardo*; suínos em *vezeira*<sup>24</sup>. Na região, há igualmente casos raros, sejam as formações calcárias, sejam os idiomas: o mirandês e os falares afins de Guadramil e Rio de Onor. Também se inventariam enclaves inesperados (*v.g.* a floresta do Quadraçal, um “verdadeiro encrave de montados” em terras setentrionais<sup>25</sup>); sobreposições parciais e intrusões (*v.g.* de granitos em xistos). As transições, essas, ora são *subtis* ora *bruscas*. Diz o autor: “De Foz Tua, no centro do Douro, sobe-se em meia hora para as alturas de Carrazeda de Ansiães; em 15 quilómetros uma diferença de altitude de 800 m.”<sup>26</sup> Digamos que há desafinações e harmonia, feições mistas e fisionomias duplas (o revestimento vegetal da Europa atlântica e da região mediterrânica), bem como traços peculiares: os *vessadios* de Vila Pouca, a vinha ao redor de Valpaços, as culturas hortícolas e olivais em Mirandela<sup>27</sup>. Enfim, um microclima aqui e outro acolá, um tipo especial de paisagem algures, por todo o lado um bazar telúrico e o possibilismo geográfico. Rematemos com uma síntese feliz do investigador, dentre as muitas que gizou<sup>28</sup>:

---

<sup>24</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 95, p. 96, p. 98, p. 99.

<sup>25</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 73.

<sup>26</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 24.

<sup>27</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 82.

<sup>28</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 24.

A região norte transmontana e a sua vizinha duriense penetram-se em quase toda a sua extensão; o contacto estabelece-se gradualmente por zonas de transição em que ainda não desapareceram os caracteres de uma e se entremostam já os da outra.

Ou seja, é caso para indagarmos: será que a focagem do Alto Trás-os-Montes só se alcançou porque o investigador idóneo era também um alto-duriense, um operador do Sul perscrutando o Norte? Pelo menos há provas de que o geógrafo andarilho<sup>29</sup> fugia “[a]o amor das generalizações fáceis e das fórmulas simplistas”<sup>30</sup> e de que admitia sem reservas que há problemas de tal complexidade que “é difícil separar o que é propriamente do domínio da geografia e o que lhe escapa”<sup>31</sup>. Ora, destas qualidades intelectuais não se podem desembaraçar os investigadores modernos e pós-modernos, isto a bem da ciência e do país.

Além de observador excepcional, Vergílio Taborda seria igualmente interlocutor capaz de dar provas de respeito, simpatia e empatia face aos seus entrevistados e, garantidas essas provas, colher bons frutos. Tomando o seu perfil, podemos supor que a entrevista individual não seria a técnica metodológica mais aplicada “à legião dos humildes colaboradores” que, como reconhece, jamais saberiam da existência do

---

<sup>29</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 9.

<sup>30</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 126.

<sup>31</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 127.

livro<sup>32</sup>. Embora o autor fale da multiplicação de “inqueritos” e “excursões”, podemos imaginar que ele recorreria amiúde ao *naturalistic inquiry*, ajustando esta abordagem ao seu ego um tanto indeciso, reservado, sensível e fino. Esta hipótese baseia-se tanto no facto de a obra não conter qualquer menção explícita a questionários de entrevista, ou mesmo guiões, como na ideia de que Vergílio Taborde, mais do que ouvir, saberia escutar, pacientemente. Seria, pois, um ouvinte estu-pendo. Esta intuição radica na significação que apomos preci-samente à última frase do seu prefácio, a saber<sup>33</sup>:

Esses [os inquiridos] sobretudo eu evoco neste momento, como se os ouvira ainda falar com amor do torrão a que dedicam toda uma vida de trabalhos e canseiras, mas que é também para eles a principal e mais pura fonte de alegrias.

Aquando das suas três campanhas e incontáveis percur-sos geográficos (muitos deles pedestres), ao longo de nove meses entre 1929 e 1931, realizados em parte da “província transmontana”, em dezenas de aldeias da *terra fria* e da *terra quente*, o docente-investigador universitário olhava e via. Via, escrutinava, reparava. Convivia, escutava, dialogava. Escutava, perguntava e escutava. E registava com os olhos, o ouvido e o coração, e através de *clichés* e do caderno de campo. Ano-tou, por exemplo, as *ardenas* célebres, entre elas as do lugar

---

<sup>32</sup> V. Taborde, *op. cit.*, p. 18.

<sup>33</sup> V. Taborde, *op. cit.*, p. 18.

de Parafita (Viade, Montalegre), “por duas vezes destruído pelo fogo, a última em 1930; hoje ainda os telhados não têm a pátina característica dos velhos colmados”<sup>34</sup>. E, decerto, com estes e outros registos se compadeceria. Por exemplo, com a “tirania das condições naturais”, como as *marciadas* e os ventos que designa de “má reputação”: vento norte, ou *galego*, e vento leste, ou *suão*, se ocorriam no Verão<sup>35</sup>. Esta estação do ano, ao invés do que se verifica hoje entre alguns contereâneos, não o remetia para a brisa do mar, para o lazer nas piscinas municipais ou praias fluviais, mas para uma situação de ânsia e aflição, como se ele próprio fosse um camponês duramente atingido. Eis como a descreveu:

Mais que o calor, a secura torna o Verão transmontano difícil de suportar. Os campos, sob a acção dum sol ardente, sofrem de penúria de água. Nos planaltos, quase despidos de manto vegetal, desprende-se do solo árido, endurecido, a escaldar, da extensão monótona que se prolonga até longe e onde não corre um fio de água, uma desoladora impressão de deserto.

Quem leia *Alto Trás-os-Montes* de imediato se dará conta de que a obra denota que o seu autor mantém distância objectiva, mas também respeito e mesmo estima, face à sociedade e à cultura local, constituindo um enxerto do saber científico no *cavalo* da sabedoria popular, enxerto este bem pegado. Eis alguns indicadores. Em capítulo específico e um pouco

---

<sup>34</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 125.

<sup>35</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 58.

por todo o livro, demonstra à saciedade como a climatologia científica e a local se podem entalhar na perfeição. Como faz notar,

Sujeita à tirania dos elementos, a gente dos campos exprime essa dependência dum modo pitoresco, criando para seu uso um calendário em imagens e ditados expressivos<sup>36</sup>.

Num ponto sobre a paisagem vegetal, o autor estabelece a distinção entre estações mesofíticas e xerofíticas, por um lado, e estações tropofíticas, por outro. Adiante esclarece que “o formoso choupo branco (*Populus alba*), cuja curiosa agitação de folhas à mais leve aragem lhe faz dar o nome popular de *folbaranço*”<sup>37</sup>, integra as estações tropofíticas, ou seja, as de vale ou margens de cursos de água. Quanto ao dito respeito e estima, o geógrafo reparou, por exemplo, que os habitantes de Barroso diziam sempre Regabão, enquanto nas cartas se achava o termo Rabagão<sup>38</sup>. Na sua monografia optou por manter sempre a designação local.

Aqui chegados, podemos dizer que Vergílio Taborda calcorreou serras, planaltos e vales e fez muito e duro trabalho de campo porque, em larga medida, as circunstâncias o empurraram a isso. No prefácio da sua dissertação, depois de inventariar e lastimar as condições em que se achava a pesquisa geográfica em Portugal (carência gritante de estruturas

---

<sup>36</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 61.

<sup>37</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 72.

<sup>38</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 52, nota 13.

de colecta de informação, ausência total ou considerável de elementos e de estudos, falta de confiança nos dados), afirma que “seria ingenuidade querer realizar uma verdadeira e definitiva monografia regional” e, assim, antevê tão-só a elaboração de “um primeiro e incerto trabalho de reconhecimento”<sup>39</sup>. Diz ainda que, perante a falta de “bibliografia aproveitável”, era preciso afirmar a “investigação pessoal”<sup>40</sup>, o que fez acumulando documentação fotográfica e notas. Exagera, talvez, mas chega a dizer: “nelas só, a bem dizer, se baseia o essencial deste volume”. Evidentemente, a fasquia da sua exigência (geral e bibliográfica) estava colocada a grande altura.

Evidentemente, a sua monografia supera a meta de ser um “primeiro e incerto trabalho de reconhecimento”. Senão vejamos os elementos seguintes. Orlando Ribeiro, que não conheceu Vergílio Taborda, aderiu de alma e coração “à [sua] riqueza de ideias e atraente linguagem”<sup>41</sup> e em 1972 dedica-lhe mesmo um artigo<sup>42</sup>. Em 1986 fez notar que Leite de Vasconcelos, que era conhecido por ser comedido em elogios, classifica *Alto Trás-os-Montes* como um “primoroso, empolgante livro”<sup>43</sup> e ele próprio não poupa encómios nem ao autor nem à obra. Do cidadão que Freixo de Espada à Cinta reconheceu como

---

<sup>39</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 27.

<sup>40</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 27.

<sup>41</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 12.

<sup>42</sup> “Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes”, *Finis-terra, Revista Portuguesa de Geografia*. (Centro de Estudos Geográficos), Lisboa, VII (13), 1972, pp. 46-70, 3 figs., notas de rodapé, resumos em francês e inglês.

<sup>43</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 6.

filho da terra, em nome de rua, diz amiúde que é talentoso. Na abertura do seu prefácio à 2ª edição da obra, Orlando Ribeiro diz que, não fora a morte prematura, “podia vir a ser um dos nossos maiores geógrafos”<sup>44</sup>, rematando nesse mesmo texto que assim se perdera “um dos mais vigorosos espíritos da Geografia portuguesa”<sup>45</sup>. E da tese, diz ser notável, clássica da Geografia regional, magnífica, bela<sup>46</sup>; recomenda-a como “o melhor exemplo de um estudo de região em Portugal”<sup>47</sup>; considera que é “verdadeiramente clássica na composição e no estilo”<sup>48</sup>. Aquela figura cimeira da geografia portuguesa ainda acrescenta que se trata de texto conciso que se lê “com o maior prazer pela linguagem evocativa e de elegante recorte clássico, raro em obras de estrutura rigorosamente científica”<sup>49</sup> e remata assim, em 1986: “A tese de doutoramento conta-se ainda entre as melhores — o que, a mais de meio século, é justo e grato recordar”<sup>50</sup>.

Outros geógrafos, poucos, repetem as apreciações já feitas sobre a obra. J. M. Pereira de Oliveira refere-se a ela como “uma brilhante tese de doutoramento de cariz regional inovador”<sup>51</sup>

---

<sup>44</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 5.

<sup>45</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 5, p. 12.

<sup>46</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 5, p. 6, p. 11.

<sup>47</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 7.

<sup>48</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 6, p. 7.

<sup>49</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 9.

<sup>50</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 12.

<sup>51</sup> Contexto histórico da criação do Curso de Geografia em Coimbra, in “Relatório de Auto-avaliação da Licenciatura em Geografia - 2001/2002”; <http://www1.ci.uc.pt/ieg/ieg/pagk/geocb/geocbx1.htm> (14.04.2011).

e F. A. Raja Gabaglia afirma: “É uma magnífica monografia regional”<sup>52</sup>. Muito mais detalhado e elogioso é o texto de Carlos Patrício, já referido, que a dada altura diz mesmo<sup>53</sup>:

A decénios de distância, o seu trabalho consegue deixar adivinhar a progressão natural do próprio pensamento geográfico. Embora assumindo com dignidade e competência o *esprit de finesse* dos geógrafos do seu tempo, Vergílio Tabora soube dosear, com virtude e temperança, esquemas de análise estrutural, sobretudo na explicação de fluxos e de redes, e demonstrou, inclusive, uma argúcia invulgar no tratamento daquilo a que agora se chama o espaço vivido.

Fluxos e redes — dos tipos e escalas mais diversos — não escaparam ao seu olhar fílmico e à colecta minuciosa do geógrafo. Este adentra-se por Alto Trás-os-Montes mas não se perde. O território não é reduzido a um cubo fechado. Dentre o que brotava no “solo profundo e fresco” do vale de Mirandela faz notar que “um único produto, a couve, se explora com o fim da exportação, que se faz quase toda para o Porto”, especificando que “por Dezembro e Janeiro partiam em cada semana duas ou três camionetas carregadas de hortaliça, transportando em média 800 a 1000 pés de couve”<sup>54</sup>. Além

---

<sup>52</sup> <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201949%20v7%20n78.pdf> (14.04.2011).

<sup>53</sup> “Vergílio Tabora, um geógrafo exemplar. Notas biográficas”. *Inforgeo* 7/8, 1994, p. 139.

<sup>54</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 88.



anota: “Em 1930 a estação de Chaves expediu com diversos destinos 44 603 kg de hortaliças”<sup>55</sup>. Mais adiante sintetiza<sup>56</sup>:

É para Porto que o tráfico de produtos da região se orienta. Às três gares do Pocinho, do Tua e Régua vêm dar as mercadorias e daí seguem à metrópole do norte, tanto centro de atracção económica da região litoral como dos recuados planaltos transmontanos.

Destaca ainda outros fluxos na então animada linha férrea do Tua, ora em vias de extinção, tal como a circulação que se fazia “no caminho rural difuso e pedregoso que só conhece a penosa tracção do carro de bois”, ou então, pior, a que se consumava “no atalho que não comporta transporte diferente do que se faz a dorso de besta”<sup>57</sup>. Pós-Idade Média, falava ainda, digamos, de almocreves em movimento, a unir nós de redes. Do trânsito da castanha, por exemplo, diz que ela une Vinhais, Bragança, Macedo, Carrazedo de Montenegro e Mogadouro ao Porto e ao Brasil. Para aí e Argentina segue também o fluxo da emigração, o qual, pela última década do século XIX, “começa a atingir proporções assustadoras”<sup>58</sup>.

Espaço vivido. Sim, o doutorando também cuidou “dos factos da geografia humana que caracterizam uma certa

---

<sup>55</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 88.

<sup>56</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 118.

<sup>57</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 120.

<sup>58</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 134.

população e lhe dão uma individualidade própria”<sup>59</sup>. Assim achamos, entre outras, menções a proprietários e *terroeiros*, *sòqueiros da terra quente* e *camaradas de segadores* e referências ao “apetite da terra”, que “leva à partilha dos baldios, mesmo em regiões isoladas e essencialmente pastoris, como terra de Miranda”<sup>60</sup>. Ou apontamentos sobre ranchos de homens e mulheres de Valpaços e Murça que vão fazer a apanha da azeitona ao vale de Mirandela. Ou sobre vizinhos de *torna-jeira*, outro tipo de redes. Ou mesmo referência ao nobre castanheiro, tratado como senhorio<sup>61</sup>:

No Marão, em Louredo, o castanheiro possui mesmo as suas construções próprias — as *cardenbas* —, pequenas casas cobertas de lousa no meio dos soutos, para abrigo das gentes na apanha e secagem da castanha.

Resta agora esboçar, a traço leve, um contraponto quanto ao modo como Vergílio Taborde lida com duas noções recorrentes na sua obra: agricultura e região. Digamos que, aqui e ali, talvez por limitação temporal de observação científica, o olhar do geógrafo fica sombrio e o autor cede um pouco ao senso

---

<sup>59</sup> V. Taborde, *op. cit.*, p. 21.

<sup>60</sup> V. Taborde, *op. cit.*, p. 79.

<sup>61</sup> V. Taborde, *op. cit.*, p. 90, nota 30.

comum. Rotula a agricultura da época de “primitiva”<sup>62</sup>, baseada num “sistema cultural rotineiro”<sup>63</sup> e, resumindo a perspectiva, afirma: “Se certas regiões praticam já uma cultura progressiva, o resto vive apegado a uma cultura tradicional, de forte ressaibo arcaico”<sup>64</sup>. Repare-se na adjectivação, que é enfática: “cultura tradicional, de forte ressaibo arcaico”. O agricultor, esse, é classificado como alguém que “olha com desconfiança toda a inovação”<sup>65</sup> e se fecha nas “concepções estreitas duma agricultura tradicional”<sup>66</sup>, a qual “ignora as aduções cuidadas”<sup>67</sup> e se limita à “satisfação das necessidades do consumo local”<sup>68</sup>. Mais diz: “sem o incentivo do comércio, exige-se apenas da terra quanto baste à sustentação dos habitantes”<sup>69</sup> e “o homem não quis ou não pôde remediar a pobreza natural do solo”<sup>70</sup>. Não quis?

---

<sup>62</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 79. Evidentemente, a cada texto, expressão e termo corresponde um dado contexto. Como recorda o antropólogo Octávio Sacramento (em comunicação pessoal, que agradeço), nas Ciências Sociais, o termo “primitivo” foi amiúde utilizado para os modos de vida que pareciam estar à margem dos ventos de mudança introduzidos pela revolução industrial. Assim, o autor não teria feito mais que reproduzir um rótulo que, à época, era dominante. Decerto sim, mas também aqui se poderia ter manifestado a argúcia extraordinária de Vergílio Tabora.

<sup>63</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 77.

<sup>64</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 81.

<sup>65</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 76.

<sup>66</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 76.

<sup>67</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 77.

<sup>68</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 79.

<sup>69</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 79.

<sup>70</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 77.

Vergílio Taborda afirma e repete, sem dúvida, dados como “a tirania das condições naturais”<sup>71</sup>, em particular o clima, “de temperaturas irregulares, extremamente seco de Verão”, o qual, “além de eliminar ou pôr em risco certas culturas delicadas, exerce sobre a mentalidade do camponês uma influência deprimente, levando-o a olhar com desconfiança toda a inovação”<sup>72</sup>. Reconhece, sem reservas, “o fornecimento de matos para estrume”<sup>73</sup>, a selecção judiciosa das terras, a irrigação aflita e outros cuidados e esmeros, factos estes que, em larga medida, colidem com a ideia de que “o agricultor transmontano explora a terra como ela se lhe oferece”<sup>74</sup>. Digamos que, por vezes, o autor resvala e acaba por subestimar o que aqui e ali observou e escreveu. Sem formação agronómica, parece crer desmesuradamente no poder da “adubação química” e desatender à alta eficiência camponesa: o muito que se obtém do muito pouco à mão. Como bem viu e nós também, onde há condições mínimas verifica-se a “exportação” de gado, castanha, couves, batata, vinho e cortiça. A comprovar parcialmente o que acabámos de expor, eis, entre muitas outras, uma síntese magistral de Vergílio Taborda acerca do “segundo pão” do rural transmontano<sup>75</sup>:

---

<sup>71</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 79.

<sup>72</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 76.

<sup>73</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 79.

<sup>74</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 77.

<sup>75</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 85.

Com os cereais, a batata é a cultura mais generalizada e um dos poucos produtos de exportação dos planaltos. Mencionada já por Link entre as produções do vale de Chaves, constitui o segundo pão do rural transmontano e serve ainda à alimentação dos animais. Para ela vão os maiores cuidados dos agricultores que consagra à sua cultura os solos mais férteis – e uma parte importante da sua reserva de estrumes.

Surpreende ainda mais uma outra conformação ao senso comum: o uso, digamos, indiferenciado, do conceito de região, embora no contexto textual não haja lugar a qualquer dúvida quanto à significação em causa. Recebe esta designação tanto o todo como a parcela e ainda a subparcela. Entre outros casos, assim sucede com Trás-os-Montes, Alto Trás-os-Montes, Chaves, Vinhais, ou *terra quente*: “região de montes secos e céu mais luminoso”<sup>76</sup>. Não surgem como ferramentas do ofício os termos território, sub-região, microrregião, zona ou área geográfica<sup>77</sup>. A surpresa é tanto maior quanto Vergílio Tabora é geógrafo, e um geógrafo que revela estar à frente do seu tempo; tanto quanto, muito pedagogicamente, a páginas tantas, esclarece o que implica definir uma região e, mais adiante, clarifica a distinção conceptual entre fronteira

---

<sup>76</sup> V. Tabora, *op. cit.*, p. 93.

<sup>77</sup> Repito: a cada texto, expressão e termo corresponde um dado contexto. Como faz notar o geógrafo Luís Moreno (em comunicação pessoal, que agradeço), à época, com nacionalismos em pleno vigor, o termo “território” seria, talvez, sentido como pretensioso e até — quem sabe — algo “perigoso”; quanto a “zona” teve uma acepção muito precisa, pelo menos entre os geógrafos filiados na escola francesa: as cinco grandes faixas na geografia do planeta, definidas estas por meio do clima, zona tórrida (ou intertropical), zona temperada (do Norte e do Sul) e zona frígida (do Norte e do Sul).

e limite, socorrendo-se de Ratzel<sup>78</sup>; por fim, a admiração é tanto maior quanto, como muito bem expressa Orlando Ribeiro, o tratamento dos limites de Alto Trás-os-Montes é feito “com a maior finura e o sentimento de cambiantes subtis”<sup>79</sup>.

Expostas que foram as notas finais acerca do *opus*, é hora de fecho quanto ao que cogitamos acerca do *homo*. Subjaz ao acima dito, e mais ao que lemos em *Alto Trás-os-Montes*, a síntese e o rol de ideias seguinte: Vergílio Taborda seria hoje um jovem investigador de topo, isto porque reuniria, entre outros, os atributos de leitor compulsivo; observador excepcional, cortês e empático; colector de dados paciente, rigoroso, metuculoso e incansável; analista fazendo constantemente comparações pertinentes e estando sempre atento tanto ao caso único como a padrões, hibridações e matizes; pensador do mundo como realmente é; por fim, escritor de inteligência emocionada, sempre embebida de concisão e expressividade.

Embora nos inclinemos para o tomar como um *outlier*, nada haverá de congénito no seu perfil profissional. Vergílio Taborda não nasceu geógrafo, tornou-se culto e estudioso da Geografia. Suspeitamos que, instado a responder sobre o que, e como, fazer para se alcançar a sua competência intelectual, Vergílio Taborda, virando as costas a Castela como os seus conterrâneos, mas decerto muito hesitante, responderia: *Yo soy yo y mi circunstancia*, mas é preciso, em suma, começar pelo princípio — e aí está, justamente, a dificuldade.

---

<sup>78</sup> V. Taborda, *op. cit.*, p. 27.

<sup>79</sup> O. Ribeiro, *op. cit.*, p. 8.

VERGÍLIO TABORDA

---

# Alto Trás-os-Montes

ESTUDO GEOGRÁFICO



COIMBRA  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE  
1932

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



ALTO TRÁS-OS-MONTES

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

VERGÍLIO TABORDA

---

# Alto Trás-os-Montes

ESTUDO GEOGRÁFICO



COIMBRA  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE  
1932

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO  
NA FACULDADE DE LETRAS DA UNI-  
VERSIDADE DE COIMBRA (CIÊNCIAS  
GEOGRÁFICAS)

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

A MINHA MÃI

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



## PREFÁCIO

*Este livro pretende ser uma contribuição para o estudo geográfico de Portugal como ela se me afigura mais útil, quer dizer sob a forma de monografia regional. Com efeito, só depois duma série de trabalhos desta natureza, de pacientes e minuciosos inquéritos que cinjam tanto quanto possível tóda a realidade geográfica nos seus múltiplos aspectos dentro dos vários pequenos quadros regionais, só depois disso será possível ensaiar-se um grande e sério trabalho de síntese geográfica do país.*

*É preciso, em suma, começar pelo principio — e aí está, justamente, a dificuldade. Porque nas condições em que actualmente se encontra em Portugal a investigação geográfica, e, com ela, os estudos que de perto se prendem com a geografia, seria ingenuidade querer realizar uma verdadeira e definitiva monografia regional. O mais que pode fazer-se, quando para isso não faleçam coragem... e pernas, é um primeiro e incerto trabalho de reconhecimento. ¿Quere-se estudar o clima? Os postos meteorológicos são insuficientes, nalguns as observações abrangem períodos*

*muito curtos ou mesmo não merecem confiança. ¿ Pretende-se tratar, ao menos em duas ou três páginas, o regime dos rios? ¿ Como, se os rios são a esse respeito pouco menos que desconhecidos? ¿ Estuda-se o revestimento vegetal? ¡ Mas se os trabalhos de fitogeografia quasi não existem, se não há mesmo para certas regiões reconhecimentos botânicos! E o mesmo no estudo da evolução da agricultura, do regime de propriedade, da evolução da população... Até as estatísticas, sem as quais não há estudo geográfico documentado, são insuficientes e exigem de quem queira aproveitá-las um trabalho fatigante de prévia preparação.*

*Perante esta carência de bibliografia aproveitável, é necessário levar o mais longe possível a investigação pessoal. Isso procurei fazer, multiplicando os inquéritos e as excursões — inquéritos realizados em dezenas de aldeias, junto dos que trabalham a terra e para ela só vivem, excursões que abrangeram no total alguns meses e absorveram completamente os intervalos que as obrigações profissionais me deixavam livres. A uma primeira « campanha » feita em Setembro-Outubro de 1929, outras se seguiram em Agosto-Outubro de 1930, Janeiro, Março-Abril e Junho de 1931. E pouco a pouco, com a documentação fotográfica, se foram acumulando as notas; nelas só, a bem dizer, se baseia o essencial deste volume. Não admira, pois, que nêle se notem imperfeições e lacunas.*

*No momento de publicar este trabalho, quisera ins-*

*crever aqui, com o mais vivo reconhecimento, os nomes dos que para êle dalgum modo contribuíram. E não só daqueles que me poderiam acusar de ingratidão se o não fizesse, como da legião dos humildes colaboradores que jâmais saberão da existência dêste livro. Êsses sobretudo eu evoco neste momento, como se os ouvira ainda falar com amor do torrão a que dedicam tòda uma vida de trabalhos e canceiras, mas que é também para êles a principal e mais pura fonte de alegrias.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

# I

## A REGIÃO E OS SEUS LIMITES

### 1. ALTO TRÁS-OS-MONTES

A região que se designa aqui por Alto Trás-os-Montes compreende apenas uma parte, embora a maior parte, da província interior do além Douro. Quem da Régua sobe para Chaves nota, passada Vila Real, uma mudança de aspectos e de paisagem: entra-se no Alto Trás-os-Montes.

Com ter características geográficas próprias, a região do Alto Trás-os-Montes integra-se num todo maior que é a província trasmontana. Quem diz província diz unidade histórica. Mergulhado no isolamento das suas montanhas e vales profundos, privado de estradas e caminhos acessíveis, à margem da circulação que animava o litoral do país, de natureza rude, clima excessivo, solo em regra pouco fértil, habitado por uma grei rural que, mantendo uma tradição comunalista vivaz, praticava uma agricultura primitiva e criava os seus gados, bastando-se a si própria, Trás-os-Montes oferece desde cedo uma fisionomia peculiar que o distingue das outras regiões de Portugal.

Os seus limites variaram um pouco. Se a norte e

leste a fronteira se mantém a mesma desde os primeiros tempos da nacionalidade e a sul o Douro constituiu sempre a linha de separação da Beira, a poente a divisória com o Entre Douro e Minho oscilou bastante até fixar-se definitivamente. Uma vez, o território trasmontano alarga-se à custa da província vizinha, outras é esta que se estende muito para nascente. O *Numeramento* de 1530, feito por mandado de D. João III (1), inclui em Trás-os-Montes a região de entre Marão e Tâmega, a juzante de Mondim. A linha de demarcação subia o Tâmega desde a sua confluência com o Douro, « *omde chamã Antre Ambas as Augoas e Torrão* » (2), à confluência do Bessa, seguindo êste rio e depois a ribeira de Gondiaís, afastando-se em seguida para poente, cingindo a vertente ocidental da serra da Cabreira até ao Cávado, entre Salamonde e Ruivães. Daí para norte, até à raia, o limite era a vertente oriental do Gerez, como actualmente. Era trasmontano o território compreendido entre o Marão, o Douro e o Tâmega até proximo de Mondim.

Esta região de aquém Tâmega entra no século seguinte no Entre Douro e Minho, o qual engloba ainda uma estreita faixa ribeirinha do Douro até ao Corgo (Penaguião, Régua) e o território que constitui hoje os concelhos de Mondim, Ribeira de Pena e parte ocidental

(1) Publicado por Braamcamp Freire, sob o título *Povoação de Trás os Montes no XVI. século*, no ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ, vol. VII. Lisboa, 1909, págs. 241-290.

(2) *Povoação*, pág. 277.

do concelho de Vila Pouca de Aguiar. O extremo leste da província litoral do além Douro era por um lado o vale inferior do Corgo, por outro o vale de Aguiar; entre os dois intercalava-se a região trasmontana de Vila Real (1).

Esta imprecisão termina sòmente no século XVIII, ajustando-se então os limites ao que são actualmente. Apenas Ruivães, no extremo noroeste, continua fazendo parte de Trás-os-Montes (2).

O território que vai do Marão ao Douro fronteiriço, do Douro português à raia de Leão e Galiza apresenta no conjunto algumas feições geográficas comuns. Os traços diferenciais da sua parte norte e sul não conseguem obliterar de todo um certo ar de parentesco. Se se descer, porém, a uma análise mais delicada dos factos geográficos, desde logo se distinguem duas re-

---

(1) A. Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*. Lisboa, 1706, t. I. A serra do Marão e o Tâmega são apontados aqui como a linha de divisão entre as duas províncias, mas Mondim, Atei, Cerva, Ermelo, Ribeira de Pena, Aguiar e Penaguião vêm descritos na parte consagrada ao Entre Douro e Minho e incluídos nas comarcas de Guimarães, os primeiros, e do Pôrto, o último. O mesmo em D. Luís Caetano de Lima, João Bautista de Castro e porventura ainda outros corógrafos, os quais copiam o P.º Carvalho. É provável que as regiões indicadas continuassem tradicionalmente a fazer parte de Trás-os-Montes, embora pertencendo administrativa e judicialmente ao Entre Douro e Minho.

(2) Veja-se *Descripção da Provincia de Traç-os-Montes, suas comarcas e população feita no anno de 1798*, ms. da Biblioteca Municipal do Pôrto, publicado na *ILLUSTRAÇÃO TRASMONTANA*, Porto, 1.º ano, 1908, págs. 181 e seg., 2.º ano, 1909, passim.

giões, cada uma das quais constitue uma unidade que, se por um lado resulta das condições de solo e clima, é principalmente função das energias humanas e do modo como se manifestam — culturas, exploração do solo, povoamento, relações económicas.

Consideraremos, portanto, em Trás-os-Montes uma região norte e uma região sul, duriense (1). À última corresponde pelas suas características geográficas a margem fronteira beiroa do Douro. Assim, o rio aparece aqui como o eixo da actividade económica e social das regiões ribeirinhas, conduto que leva a vida a tãda a extensão do seu vale. Porventura, em nenhum outro rio português esta influência centrípeta se faz sentir tão vivamente.

A região do Alto Douro — o nome está de há muito consagrado — abrange o vale do Douro da fronteira a Barqueiros e os vales terminais dos afluentes. Um solo constituído na sua maior parte pelos xistos precâmbricos, um clima peculiar caracterizado essencialmente por verões muito quentes e uma secura acentuada são as suas feições geográficas dominantes e próprias. Resulta em grande parte dessas condições essenciais do meio natural tãda uma série de factos da geografia humana. São êles que individualizam, acima de tudo, a região duriense. A economia rural,

---

(1) A idea da constituição duma região geográfica duriense autónoma foi apresentada e defendida pela primeira vez pelo Sr. Dr. Amorim Girão, *Esbôço duma carta regional de Portugal*. Coimbra, 1930, págs. 21 e seg.



baseada na cultura predominante da vinha, é o traço que a todos sobreleva: pode afirmar-se ter sido a vinha, o fabrico e comércio do vinho do Pôrto que fizeram o Alto Douro. Acima das diferenças que separam as populações duma e doutra margem, e do que pode uni-las, por um lado às vizinhas do Alto Trás-os-Montes, por outro às da Beira, paira o vínculo desta forma especial de ocupação do solo e da solidariedade económica.

Bem distinta do Alto Douro é a região norte trasmontana. Terras mais altas, desdobrando-se em montanhas e planaltos montuosos, um clima rigoroso de invernos frios e verões quentes, variado até ao infinito consoante as circunstâncias locais de relêvo e exposição, húmido e pluvioso a oeste, mais sêco à medida que se caminha para a fronteira oriental; um solo, granítico e arcaico, magro e descarnado nas partes altas, de maiores aptidões agrícolas nos vales para onde as torrentes arrastam os materiais arrancados às encostas e montanhas quasi despidas de vegetação; a economia agrícola e a pastoral equilibrando-se no conjunto, para o que concorre a grande extensão dos prados naturais; um clima agrícola definido pelas culturas predominantes do centeio e da batata; uma circulação lenta e difícil; uma população pouco densa, de médios e pequenos proprietários, de vida bastante primitiva, quasi fechada às influências exteriores: tais são os aspectos gerais da região trasmontana do norte.

Chamou-se-lhe *Alto Trás-os-Montes*, preferindo-se esta designação, à falta de melhor, a qualquer outra. Os termos *alto* e *baixo*, de que tanto se tem abusado

na nossa terminologia regional, correspondem quasi sempre a uma diferença de latitude; no caso presente também, por uma feliz coincidência, a uma diferença de altitude média. Houve que banir outros que pudessemos escolher, pela confusão a que dariam lugar. *Trás-os-Montes*, sem mais, continuará a significar sempre, queiramos ou não, a unidade histórica, a província. A designação de *Terra Fria*, usada principalmente pelos agrónomos, não se poderia aplicar com propriedade ao conjunto da região, a qual engloba a sul alguns territórios considerados comumente como *Terra quente*, além de que, na linguagem popular, tem sempre um significado restrito, *local*, referido aos contrastes de relêvo, exposição, e, conseqüentemente, de clima e vida vegetal, às vezes no espaço limitado dum concelho e até duma fréguesia.

## 2. OS LIMITES DA REGIÃO

Não é trabalho fácil delimitar uma região geográfica. A superficie terrestre não se fragmenta em compartimentos fechados, isolados uns dos outros e juxtapostos; os contrastes na natureza, como nos factos geográficos derivados da actividade humana, esbatem-se na passagem duma região a outra, que se faz assim por transições às vezes insensíveis ao primeiro exame. Dificil, impossível mesmo, é também querer conciliar perfeitamente a geologia, o clima e os outros factos de ordem natural com os factos da geografia humana e traçar dêste modo um limite territorial que o seja

geográfico, em tãda a extensão da palavra. Definir uma região implica duas séries de operações: o exame das conexões de factos da geografia física que caracterizam um determinado território e o diferenciam dos territórios vizinhos por um lado, por outro a análise dos factos da geografia humana que caracterizam uma certa população e lhe dão uma individualidade própria. Sem esquecer as interdependências destas duas categorias de factos, desde logo se vê que a uma *região natural* se não sobrepõe exactamente uma *região humana*. Admitir o contrário, seria postular um estreito e ridículo determinismo geográfico.

Não é, portanto, por considerações de pormenor, tomando um ou outro facto geográfico, uma ou outra série de factos isoladamente, que iremos delimitar o Alto Trás-os-Montes. É mister elevarmo-nos a uma vista de conjunto que abranja os factos naturais, da ordem da geografia física, e os « factos de humanidade » — para empregar a bela expressão de Jean Brunhes — dando a preferênciã aos últimos, aliás até certo ponto dependentes dos primeiros.

#### LIMITES A OCIDENTE

As grandes linhas que definem a poente a fronteira do Alto Trás-os-Montes, estão profundamente esculpidas no solo, constituindo o maciço de altas montanhas que se estende da raia da Galiza ao Douro: Gerez-Cabreira, a norte, Alvão-Marão, a sul. Se se traçar uma linha da fronteira ao Cávado, acima de Ruivãis, seguindo a vertente do Gerez, daí às alturas

que dominam a leste Ribeira de Pena (as quais constituem afinal o rebordo do planalto do Alvão) e outra para sul ao longo das duas serras do Alvão e Marão, ter-se-á delimitado grosseiramente o Alto Trás-os-Montes.

Essa linha não é, de modo algum, um limite geológico preciso; corta indiferentemente o arcaico e os granitos. Mas pode dizer-se — e o facto tem uma certa importância — que assinala o avanço mais para ocidente da mancha de xistos cristalinos, entre o Tâmega e o Cávado; numa parte do seu percurso segue mesmo mais ou menos o limite entre os terrenos arcaicos e graníticos, o qual é definido por uma linha sensivelmente recta dum a outro rio, na direcção de NW-SE.

A região da margem esquerda do Tâmega, entre o rio e as serras do Alvão e Marão (Ribeira de Pena, Mondim de Basto) é constituída pelo arcaico, interrompido por grandes afloramentos de rochas eruptivas. Os terrenos cristalinos, que envolvem a poente as formações silúricas do Marão, estendem-se ao longo da margem direita do Tâmega, subdividindo-se em dois estreitos ramos que acabam em ponta aguçada, um próximo de Guimarães, outro em Cabeceiras de Basto. Na geologia não é possível, portanto, apoiar aqui a fronteira regional.

Se a separação entre as formações geológicas não esclarece suficientemente o problema dos limites ocidentais do Alto Trás-os-Montes, outro tanto não sucede com o relêvo. A fronteira é, acima de tudo, uma fronteira orográfica. Uma alta barreira montanhosa de que fazem parte o Gerez, a Cabreira, Alvão e o Marão se

interpõe entre as terras trasmontanas e a região litoral. Barreira, se disse, e poucas vezes o termo terá sido aplicado com tanta propriedade: aquelas serras, que sobem a altitudes de 1200 a 1500<sup>m</sup>, formam uma linha de condensação poderosa que explica o contraste de clima entre as duas regiões separadas por elas, representando um obstáculo à passagem dos ventos húmidos do Atlântico para o interior. Dêste facto primacial resultam, para um e outro lado, aspectos diversos de vegetação, culturas e paisagem.

Esta região da bacia média do Tâmega reveste uma fisionomia peculiar em que, se ainda aparecem certos traços trasmontanos, já dominam os característicos do território de Entre Douro e Minho. As diferenças não escaparam ao espírito observador do escritor e gramático quinhentista Dr. João de Barros, também corógrafo das duas províncias do norte. Ao começar a descrição de Trás-os-Montes, referindo-se aos castelos de Castro Laboreiro e Giela, escreve: « *aqui he o Cabo do que chamamos Entre Douro e Minho, e Volue pella serra do Girez, a que os Romanos, segundo se diz, poserão este nome por amor da Deosa Egeria, e dahi uai à Ponte de Caues, e dahi pello Rio Tamega tee Entrambos os Rios, e para diante chamão Tralos-montes; o que se não ha de entender senão des a Serra para diante; porque esta terra do Tamaga he assim como estoutra e da sua natureza e frescura...* » (1).

---

(1) *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (Biblioteca Pública Municipal do Pôrto — Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa). Pôrto, 1919, págs. 85-86.

*Da sua natureza e frescura...* Nesta simples frase está expressa tôda a identidade de aspectos que aproxima esta região ribeirinha do Tâmega das terras vizinhas já pròpriamente do Entre Douro e Minho. Uma simples excursão de 15 quilómetros, de Vila Pouca a Ribeira de Pena, virá confirmar a opinião do escritor quinhentista.

A estrada que sobe de Vila Pouca para poente passa através de espessa vegetação em que aparecem misturados o carvalho negral, o castanheiro e o pinheiro. Rápida subida para logo se entrar no planalto do Alvão. A tôda a extensão da vista, é uma superfície monótona e triste, sem árvores, coroada a sul de cerros graníticos, semeada de grandes rochas largas, es palmadas, incrustadas no magro solo onde só cresce herva rasteira. Passam aldeias pequenas — Lixa do Alvão, Carrazeda do Alvão — construídas de cantaria escura e como os povoados barroços cobertas em parte de colmo. Nas imediações, pequenos bosques de carvalhos e vidoeiros, campos de milho e batatais; apenas o centeio se arrisca até mais longe dos lugares habitados. A estrada segue depois ao lado duma ribeira que escavou o seu vale profundo no granito. A mesma monotonia e aridez, sempre. Súbito, na Portela de Santa Eulália, uma brusca mutação do cenário: cercada de serras, abre-se a depressão de Ribeira de Pena. No primeiro plano, o Salvador com a sua igreja monumental de duas tórres e algumas casas brancas, mais abaixo Santa Marinha, a fita do Tâmega depois e, na outra margem, Santo Aleixo, acima do qual os montes se desdobram em anfiteatro até fecharem o horizonte.

É outra natureza, outra paisagem que se tem debaixo dos olhos. Os povoados e casais dispersam-se, as ramadas das vinhas enlaçam-se a tôda a casta de árvores de pomar; uma sinfonia de verde, tons escuros do pinhal, mais claros dos carvalhos, da vinha e dos campos de milho, anima o largo vale. O contraste fere mais, pois se vem de sair do planalto despido do Alvão. Está-se já fora do Alto Trás-os-Montes (1).

Diferenças nas formas da vegetação, nas culturas, no tom da paisagem, no tipo de povoamento... Êste último traço não é dos menos característicos e absolutamente idêntico, nos vales e depressões do Tâmega e afluentes, em Ribeira de Pena, Cerva, Mondim, ao que caracteriza as regiões minhotas. Não há aglomerados mais ou menos isolados; a população dispersa-se numa infinidade de pequenos lugares e casais, disseminados por todo o vale. Na pequena área de cada freguesia incluem-se os lugares às dezenas: assim no Salvador de Ribeira de Pena, em Cerva, em Atei. As cabeças de paróquia reúnem apenas escassa meia dúzia de casais à volta da igreja; os paços do concelho de Ribeira de Pena, em Santa Marinha, pouco falta para estarem de todo isolados, tão poucos são os moradores do sítio. O simples exame duma carta de grande escala é suficiente para documentar mais êste

---

(1) Uma parte da região da Ribeira da Pena tem ainda características trasmontanas. Assim, as freguesias de Alvalá, Canelo e alguns lugares do Salvador, Santa Marinha e Limões, mais montanhosos. A ligação fácil e natural do concelho é com Trás-os-Montes, não com o Minho.

contrasté com o Alto Trás-os-Montes. Comparem-se, por exemplo, os vales de Ribeira de Pena e de Aguiar (1).

#### LIMITES A SUL. O ALTO DOURO

As dificuldades são maiores quando se tenta delimitar a sul o Alto Trás-os-Montes. A região norte trasmontana e a sua vizinha duriense penetram-se em quasi tôda a sua extensão; o contacto estabelece-se gradualmente por zonas de transição em que ainda não desapareceram os caracteres de uma e se entremostrom já os da outra.

A diferenciação não pode fazer-se pelo limite entre séries geológicas diferentes. Se o Alto Douro corresponde essencialmente à mancha de xistos precâmbricos que desde a fronteira acompanha o rio, estende-se ainda a norte dessas formações, abrangendo terrenos arcaicos, graníticos e silúricos. Num ponto apenas, no vale do Corgo, o limite geográfico é sensivelmente o geológico: Vila Real, na fronteira entre os xistos precâmbricos e as rochas eruptivas representa aqui o extremo setentrional da região duriense. Os pequenos afloramentos precâmbricos que aparecem a norte, até à Samardã, ficam já no Alto Trás-os-Montes.

O Alto Douro é uma região de vales e terras adjacentes a êsses vales: vale do Douro, vales inferiores dos afluentes e sub-afluentes (Sabor, Vilarça, Tua, Tinhela, Pinhão, Corgo, na margem direita). Ao

---

(1) Veja-se a Carta Corográfica de 1:100.000, fl. 5.



longo dêstes últimos repetem-se mais ou menos os caracteres geográficos do primeiro. Dêste modo, a *terra quente* — tomando a expressão no sentido geral de região duriense — sobe para norte, em contacto com regiões cujos aspectos geográficos predominantes são os pròpriamente trasmontanos. Condições diferentes de altitude, exposição ao sol e aos ventos originam às vezes, em espaços limitados, contrastes violentos de clima, paisagem, revestimento vegetal e culturas. De Foz Tua, no centro do Douro, sobe-se em meia hora para as alturas de Carrazeda de Anciães; em 15 quilómetros uma diferença de altitude de 800<sup>m</sup>. ; Parece estarmos a muitas léguas do ponto de partida! Na extensão apròximadamente de 17 quilómetros de norte a sul e 13 de leste a oeste, estende-se um planalto, coroado dé morros graníticos, varrido dos ventos, frio. O castanheiro, a árvore florestal característica das terras mais setentrionais, ressurge aqui, a pequena distância donde só o zambujeiro ou o azinho cresciam. Desapareceram a vinha, a oliveira, a laranjeira e a perder de vista são terras magras de centeio, campos de batatais e lameiros. É um verdadeiro *enclave de terra fria* no Alto Douro (1).

A distinção entre as regiões trasmontana e duriense depende fundamentalmente de factores humanos. Sò-

---

(1) O inverso também se verifica. Podem apontar-se casos especiais de *terra quente* nos vales dos rios até muito para norte. A amendoeira — árvore meridional por excelência — cresce nas imediações de Bragança, nos vales terminais das ribeiras do Sabor (Maças, Angueira) e noutros lugares ainda.

mente a diferenciação das *facies* agrícola e económica permite separar uma da outra — e, ainda assim, grosseiramente. É a realidade e importância da cultura da vinha que imprime um cunho especial à região duriense, foi essa forma particular de ocupação do solo, com os factos geográficos e económicos que daí resultaram, que criou e justifica a sua autonomia geográfica.

O limite sul do Alto Trás-os-Montes desce a ocidente até ao Marão, abrangendo os terrenos precâmbrios que formam a bacia da Campeã, envolvidos pelas formações silúricas que constituem a maior parte da serra. Passa depois em Vila Real. A capital trasmontana, como facilmente verifica quem sobe no caminho de ferro, marca o termo da região duriense no vale do Corgo. Dêste rio para nascente, até ao Tinhela, estende-se uma larga região granítica, de feição planáltica, com altitudes de 700 a 900<sup>m</sup>, atravessada pela estrada que liga Vila Real a Mirandela. Os aspectos que nota à primeira vista quem faz essa viagem são os que caracterizam o Alto Trás-os-Montes. Transposto o Tinhela, a paisagem muda: entra-se na grande área arcaica do centro da província, o relêvo torna-se mais acidentado. No vale do rio, à volta de Murça e ao longo das margens até à confluência com o Tua, é a vinha disposta em pequenos anfiteatros, sustentada pelos *geios*, que dá o tom característico à paisagem. Acima desta faixa marginal começa a região de Mirandela, com a sua fisionomia peculiar de zona de transição.

Além Tua, o limite corta direito ao extremo meridional da serra de Bornes, formando uma reintrância

que corresponde à parte norte da depressão da Vilariça, depois do que segue sensivelmente a delgada tira silúrica que vai da Vilariça ao Sabor. Entre êste rio e o Douro, a linha de demarcação atravessa o planalto de Lagoaça. As povoações que ficam ao longo do afloramento granítico que divide quási a meio as formações silúricas de Lagoaça e do Roboredo — Souto da Velha, Carviçais, Fornos — têm ainda os aspectos do Alto Trás-os-Montes.

Incluem-se assim neste estudo algumas regiões que se diferenciam bastante do comum das terras do Alto Trás-os-Montes. Situadas nos limites entre a zona norte trasmontana e a região duriense, apresentam aspectos característicos duma e doutra, uma fisionomia dupla, uma natureza contraditória. A região de Valpaços está nestas condições. Carrazedo de Montenegro ou Vilarandelo em nada diferem das terras setentrionais de Chaves: na linguagem popular constituem a *montanha*, a *terra fria*, oposta às terras mais quentes e com aspectos culturais diversos do sul do concelho ou das margens do Rabaçal. Mas, ainda mais do que em Valpaços, as regiões de Mirandela e Alfândega da Fé participam desta natureza mixta. Condições especiais de altitude e exposição geram aí aspectos peculiares de clima, vegetação e culturas. A região de Alfândega, que se prende a NW à serra de Bornes, inclina-se dum lado para o Sabor, de outro para a Vilariça; recebe assim o hálito de vales pròpriamente durienses. As variedades locais de clima são múltiplas: Soeima e mesmo Alfândega têm invernos frios e verões frescos, Vilaes da Vilariça ou Sendim da Ri-

beira verões ardentes, de altas temperaturas. Daí contrastes na vegetação e nas culturas; das povoações do norte, com os aspectos do Alto Trás-os-Montes, passa-se às das encostas do Sabor e vizinhanças da Vilariza onde predomina a vinha, a oliveira e a amendoeira. Porém, no seu conjunto, a região alfundeguense é ainda uma zona predominantemente cerealífera como as do norte da província.

A região de Mirandela é outra das zonas de transição anexadas ao Alto Trás-os-Montes. O solo abaiixa-se progressivamente na direcção da confluência do Tuela e Rabaçal, formando uma depressão com altitudes de 400 a 500<sup>m</sup>, entre terras mais altas. O vale de Mirandela ocupa o centro desta bacia, o seu ponto mais baixo (250<sup>m</sup>). Uma moldura de serras preserva-a, a norte e leste, da acção dos ventos continentais; para ocidente, o solo vai-se erguendo gradualmente até ao sistema orográfico da Padrela, através da região de Valpaços. Estas condições particulares explicam o clima — clima nítido de vale, de invernos temperados, verões ardentes, acentuadamente sêco, de tipo duriense. Mas a sua *facies* agrícola é mixta: os cereais, especialmente o centeio, entram por tóda a parte em contacto com a oliveira e a vinha. O vale de Mirandela, onde a oliveira e as culturas hortícolas dominam, pode induzir em êrro acêrca do clima agrícola e do tom geral da paisagem no resto da região; êles têm mais afinidades com o Alto Trás-os-Montes do que com a região duriense.

Nestes territórios da fronteira meridional do Alto Trás-os-Montes, a convergência de aspectos pròpria-

mente trasmontanos e durienses gera um tipo especial de paisagem e feições agrícolas mixtas. Mas, tal como num tecido em que se sobrepõem tons diversos, são os primeiros que compõem o fundo. A vida agrícola absorve-se aqui nas ocupações da *terra fria*, tendo como subsidiárias as culturas da oliveira e da vinha. Contra o que acontece no Douro, esta última é secundária, não imprime carácter nem ao solo nem aos homens.

### 3. A FRONTEIRA

A região trasmontana confina a norte e leste com Espanha; a fronteira é, portanto, um outro elemento geográfico a considerar.

À antiga concepção linear de fronteira substituiu-se modernamente um conceito mais objectivo; longe de ser uma simples linha de demarcação, a fronteira é uma zona onde se fazem sentir as influências e reacções mútuas das populações que aí entram em contacto. As interpenetrações dos grupos humanos dum e doutro lado, os meios acumulados pelo estado para a sua defesa e protecção tornam-na uma realidade viva e tangível. A noção geográfico-política de *fronteira* difere assim do conceito cartográfico de *limite*. Como dizia Ratzel: « a orla-fronteira (*Grenzsaum*) é a realidade; a linha-fronteira (*Grenzlinie*) não passa duma abstracção. » (1).

---

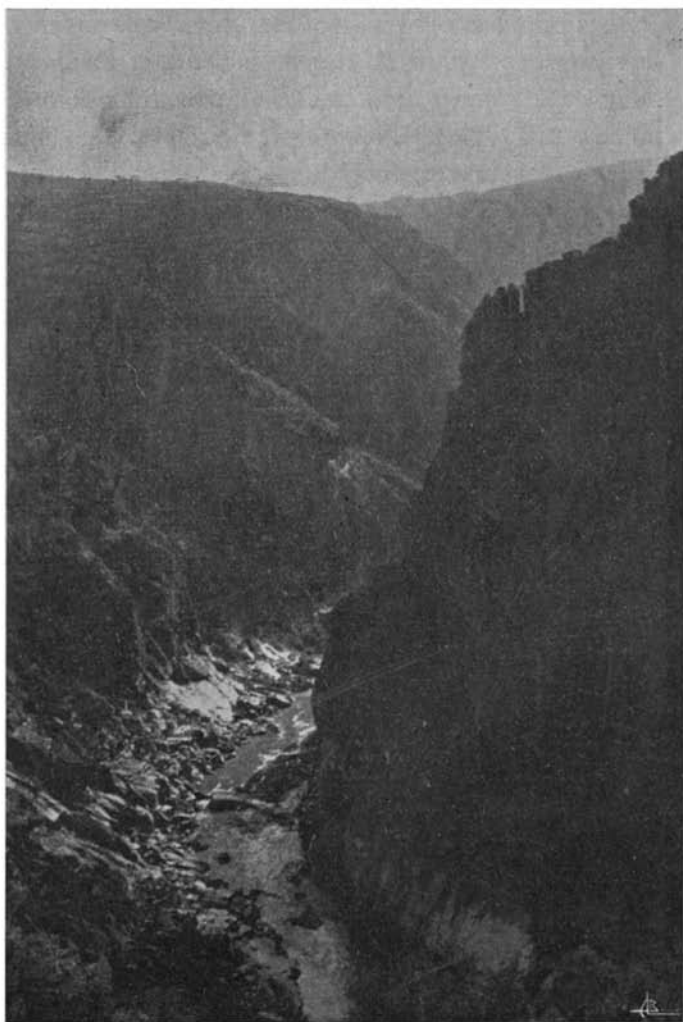
(1) *Politische Geographie (Geographie der Staaten, des Verkehrs und Krieges)*. Berlim e Munich, 2.<sup>a</sup> ed., 1903, pág. 538.

Na fronteira de Trás-os-Montes podem considerar-se duas secções perfeitamente distintas: aquela em que o Douro constitui a linha divisória e a fronteira norte, na sua quasi totalidade *raia seca*.

O Douro serve de limite desde a confluência da ribeira de Castro Ladrón, a montante de Paradela, à confluência do Águeda, em Barca de Alva. No total, um percurso de 122 quilómetros, em que o rio corre num profundo barranco, entre margens abruptas e em grande parte incultas. Descidas bruscas de nível originam *saltos* e *cachões*. A diferença de nível entre os dois pontos extremos da raia é de mais de 400<sup>m</sup>, o que dá uma queda de 3<sup>m</sup>,5 por quilómetro. A navegação torna-se completamente impossível a partir dos cachões do Saltinho, 12 quilómetros a montante de Barca de Alva.

Corrente violenta e selvagem, entalada entre ravinas profundas (est. I), o Douro humaniza-se desde a entrada em território português, tornando-se o eixo de atracção das populações duma e doutra margem. Mas, se aqui facilita o movimento, além torna-o pouco menos que impossível. Onde num lado é estrada, noutro é obstáculo, barreira quasi intransponível, fôssco natural que protege o estado, facilitando a defesa. Na longa história dos nossos conflitos de vizinhos, algumas vezes as incursões se fizeram transpondo o rio, sem que nunca dessas expedições militares resultasse outro objectivo que não fôsse a posse duma ou outra povoação, logo a seguir abandonada.

Separadas pelas gargantas brutais do rio, as populações duma e doutra banda voltam-se às costas. Ainda



O DOURO EM MIRANDA

*Cliché V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



não há muitos anos, era possível notar-se uma débil corrente de circulação através da fronteira, laços, embora muito frouxos, de intercâmbio comercial; actualmente espécie alguma de contacto existe. Facto significativo, que só por si resume e sintetiza êste isolamento: em todo o curso internacional do Douro não há uma única barca de passagem.

Em tôda a extensão que vai do Douro à vertente oriental do Gerez, a fronteira é na sua maior parte *raia seca*. Diversos accidentes físicos, cursos de rios e ribeiras, quasi sempre serras e relevos montanhosos, a assinalam. Algumas das mais altas montanhas tras-montanas, como Montesinho e o Larouco, erguem as suas cumeadas no limite dos dois países.

A fronteira portuguesa de Trás-os-Montes pode considerar-se fixada desde o comêço da nacionalidade. Tanto quanto os documentos permitem remontar atrás, encontra-se noticia apenas de rectificações sem importância (1). O facto mais curioso era a imprecisão do

---

(1) Herculano, *Historia de Portugal*, 7.<sup>a</sup> ed., t. III. Lisboa, 1916, nota VII, págs. 323 e seg. Herculano escreve que de Montalegre a Bragança nenhuns documentos autorizam a supor que a fronteira tivesse sido alterada desde o principio da nacionalidade. Mas um foral de D. Afonso IV, de 1325, concedido aos «*meus homeês moradores da terra das aldeyas darçadigas de tarroso de Regesende de Souto chaão de verrandi de Mayalde de sancta Coomba de Castrelos de Mourisco e doutro Castrellos e da veyga*» outorgando-lhes fizessem vila no lugar de Santa Cruz, a qual passará a chamar-se Vila Nova de Santa Cruz do Extremo, contraria êste modo de ver. Os referidos lugares ficam

traçado na região barrosã. Ainda no século xvi a serra do Larouco não estava delimitada, levando galegos e portugueses a pastar aí em comum os seus gados. Escreve o corregedor encarregado por D. João III do serviço do censo na provincia: « *antre Fomte do Torgo e Bydoeyro do Extremo ha hũa serra e campina que os Purtugeses e Galegos comẽ mistigamente hũs e outros, e nam ha hy certa devysam antre hũs e outros.* » (1). Algumas aldeias, hoje galegas, eram então mixtas; « *os Purtugeses estam mitidos por Galyssa nos ditos logares, e os Galegos por Purtugall; e hũas casas sam de Galegos e outras de Purtugeses, e nam tem certa devisam antre hũs e outros.* » (2). Acrescenta o corregedor que as justiças dos dois reinos enviadas aí com o objectivo de estabelecer a demarcação nada conseguiram.

Ao tempo, Portugal possuía também alguns *ençaves* em território galego: além da aldeia de Tourém, ainda hoje quasi separada de Portugal, o castelo de Piconha, próximo de Rendim, onde não residia mais que o alcaide (3).

Certas anomalias da fronteira prolongam-se até muito tarde. A aldeia de Lama de Arcos, do concelho de

---

na provincia de Orense, na Galiza, em frente das povoações portuguesas de Mairos, Travancas e S. Vicente, do concelho de Chaves. — Veja-se Francisco Manuel Alves (Reitor de Baçal), *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*, t. III. Porto, 1910, doc. n.º 133, pág. 286.

(1) *Povoação*, pág. 285.

(2) *Povoação*, lugar cit.

(3) *Povoação*, pág. 286.

Chaves, era dividida a meio pela linha de demarcação. Um convénio dos meados do século passado pôs fim a esta situação, atribuindo-a a Portugal.

A circunstância geográfica de ser a fronteira na maior parte uma zona alta de montanhas explica o relativo isolamento, as frouxas relações sociais e económicas dos grupos humanos dum e doutro lado. Êste isolamento acentua-se principalmente na raia com Leão. Em quasi todo o território que vai do Maçãs às terras de Vinhais, a fronteira tem um pouco o carácter de *marca*, tão rarefeito se apresenta aí o revestimento humano. Quem vai de Bragança a Puebla de Senabria fica com a desoladora impressão de viajar em « terra nullius domini ».

Na raia do concelho de Vinhais, a população começa a adensar-se um pouco; as relações são mais frequentes, mórmente no território entre o Rabaçal e o Mente, no antigo concelho medieval de Lomba. Mas é na região de Chaves que os aspectos são já diferentes. Não há aí uma solução de continuidade no povoamento, como o que se observa na fronteira de Bragança; as interpenetrações são mais visíveis, o comércio clandestino relativamente importante. O facto de a veiga de Verim continuar a de Chaves torna a circulação fácil; as comunicações são constantes, existindo mesmo entre as duas povoações uma carreira diária de automóvel.

Sempre Chaves manteve relações económicas com a região espanhola limítrofe. Antes de se ter acentuado a subida da peseta, era pelo vale do Tâmega que entravam os bois *galegos*, da região de Limia e

Viana del Bollo, que vinham puxar o arado nos aluviões fundos da veiga e daí desciam, em migrações sucessivas, para sul até ao Douro e para os vales do Tinhela e do Tua. A-pesar-de decaído êste comércio, Chaves é ainda o ponto onde se concentra a maior parte da circulação entre Trás-os-Montes e Espanha.

Na fronteira de Barroso, salvo os casos especiais dalgumas povoações mais chegadas à raia, são diminutas as relações com a Galiza. A fronteira é fechada, em quasi tôda a sua extensão, pelo Larouco e uma série de picos e relevos de 1200 a 1300<sup>m</sup> que estabelece a ligação daquela serra com o Gerez. O contrabando antigamente muito intenso, reduz-se hoje à importação de tecidos, sedas e pouco mais, fazendo-se quasi todo pelo Larouco. Tourém, devido à sua situação num promontório projectado para dentro da Galiza, é o povoado que conserva relações mais íntimas com as populações do lado de lá da raia (1).

Região afastada dos centros vitais do país, onde as comunicações são difíceis, separada de Espanha pelas ravinas profundas do Douro e por uma zona montanhosa, unida, que os vales dos rios não chegam a cindir, Trás-os-Montes foi sempre um teatro de guerra secundário. As operações militares aí desenroladas tiveram a maior parte das vezes o carácter de incursões fronteiriças, de objectivos limitados e algumas

---

(1) Facto curioso que atesta as excursões fronteiriças doutro tempo: nas casas mais antigas desta aldeia vêem-se ainda seteiras abertas na parede, acima da porta de entrada.

vezes se transformaram em acções isoladas de guerrilhas. Na Idade-Média, a defesa do território era assegurada por uma linha de castelos, hoje arruinados, mas cujos planos e desenhos se podem ver no *Livro das fortalezas* de Duarte de Armas que se conserva na Torre do Tombo. Essa cinturá defensiva estendia-se do alto vale do Cávado ao extremo da raia do Douro, abrangendo as fortificações de Montalegre, Chaves, Monforte, Vinhais, Bragança, Outeiro, Algos, Miranda, Penas Roias, Mogadouro e Freixo.

Em Trás-os-Montes só uma estrada geográfica se abre às invasões vindas de Espanha: a de Verim-Chaves, seguida pelo exército de Sout. A passagem da bacia do Tâmega ao vale do Corgo e ao Douro é comandada pelo colo ou portela de Vila Pouca, tornando-se, por isso, muito difícil. De Chaves, Sout teve de torcer caminho, internando-se nas altas terras de Barroso, em direcção a Braga. É que a região trasmontana difficilmente se presta a campo de operações reconheceu-o o mesmo general na sua retirada aliás habilíssima, para a Galiza, sob o fogo dos milicianos.

#### FRONTEIRA LINGÜÍSTICA

A fronteira lingüística não coincide em Trás-os-Montes com a fronteira política. O mirandês e os falares afins de Guadramil e Rio de Onor devem considerar-se dialectos leoneses (1). Por circunstân-

---

(1) Sôbre a origem do mirandês veja-se a monografia do sr. Dr. Leite de Vasconcelos, *Estudos de Philologia Mirandesa*, v. II,

cias primitivas, derivadas do facto de terra de Miranda estar incluída, nos tempos romanos, no convento jurídico asturiense, explica Menéndez Pidal a existência no extremo nordeste de Portugal dum falar de estirpe leonesa. Para o eminente filólogo espanhol, o mirandês é uma língua autóctona, não proveio das migrações e povoamento da Reconquista (1).

Seja como for, a influência leonesa na região fronteira de Bragança e Miranda foi grande mesmo depois da constituição da nacionalidade. Em parte, a colonização ter-se-ia feito mesmo com elementos do vizinho reino. Dois mosteiros leoneses, o de Moreirola e o de S. Martinho de Castanheira (Senabria), possuíam bens importantes em tôda a zona fronteira e no último mesmo se filiou o mais célebre mosteiro medieval de além Tua — o de monges beneditinos de Castro de Avelãs. As inquirições dão notícia de povoações colonizadas por êsses conventos, entre as quais as mirandesas de Ifanes, Constantim, S. Martinho de Angueira, Avelanoso e Palaçoulo (2).

---

Lisboa, 1901, cap. I e III. O sábio professor considera o mirandês um *co-dialecto português*, constituindo com o rionorês e o quadramilês a série de idiomas secundários que, numa classificação lingüística do noroeste da Península, fica entre o português e o asturiano-leonês. Ob. cit., págs. 72 e seg. — Menéndez Pidal classifica o mirandês de dialecto leonês. *Orígenes del Español*, 2.<sup>a</sup> ed. Madrid, 1929, pág. 445. — Cf. Joseph M. Piel, *Observações acerca do vocalismo mirandês*. Coimbra, 1930, pág. 6.

(1) Ob. cit., pág. 455.

(2) Inquirições de D. Afonso III, em F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, IV, págs. 7-21.

As relações de Miranda com as vizinhas terras de Leão perduraram por muito tempo. O intercâmbio comercial no século XVI era muito activo, as relações sociais bastante íntimas. De Zamora, das terras de Sayago e Aliste, da Lua, de João do Campo, de Benavente e Alcanices se importava pão, linho, peles, burel, armas, cavalos, tudo o necessário à vida. Segundo se declara numa carta de D. Manuel, datada de 1521, os de Miranda recebiam dos povos leoneses fronteiros « *muito boa vizinhança... e hera sustentamento pera os moradores da villa acodirem-lhes com os ditos mantimentos.* » (1). Os reis de Portugal e os senhores leoneses favoreciam êste comércio. Miranda constituiu assim dependência económica das férteis terras de pão do outro lado da fronteira. Porisso, os contactos eram diários, as relações sociais muito estreitas. Num privilégio concedido por D. João III em 1534 aos de Miranda diz-se que « *a dita villa e sua terra partia com castella e que de hũa parte e da outra cassavão seus filhos hũs com os outros.* » (2); e nas côrtes de Évora de 1535 declaravam os procuradores mirandeses que as gentes que representam « *por comfinarem com castela hiam la todos os dias e tornavam.* » (3).

A conclusão a tirar dêstes e doutros documentos semelhantes é a de que terra de Miranda mantinha

---

(1) F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, IV, doc. n.º 17, pág. 120.

(2) Ob. cit., IV, doc. n.º 20, pág. 124.

(3) Ob. cit., IV, pág. 122.

ainda no século xvi relações mais estreitas com Leão que com as regiões portuguesas limitrofes. Não admira, pois, que aí tivesse perdurado um falar de ascendência leonesa. A circunstância de ter resistido depois às influências portuguesas quando a pequena povoação da fronteira se torna capital eclesiástica dum parte de Trás-os-Montes só prova a sua extraordinária vitalidade. Se o português não tinha já o seu lugar ao lado da *fala churra*, conquistou-o desde então: o rude criador de gado da terra mirandesa é actualmente um bilingue (1).

Os casos especiais de Rio de Onor e Guadramil, onde se falam dialectos aparentados ao mirandês, representam a sobrevivência de influências muito remotas em vales completamente isolados, numa região montanhosa quasi deserta. Os dois povoados — com o Rio de Onor espanhol, gêmeo do português — constituem um pequeno mundo à parte. É preciso ir de Bragança lá, através de mais de 20 quilómetros de áspera serra coberta de urze, para compreender porque perduram aí dois idiomas que ao todo não chegam a ser falados por tresentas bocas.

---

(1) Nalgumas povoações mais próximas da raia — não em toda a terra de Miranda, como afirma o sr. Dr. Leite de Vasconcelos — é mesmo um trilingue, pois o castelhano *lle* é familiar. Contra o que escreve também o ilustre Mestre, em nenhuma povoação mirandesa há quem saiba o galego, o que não admira, atenta a distância a que fica a Galiza.



## OS MATERIAIS DO SOLO

O predomínio dos terrenos precâmbrico-arcaicos e dos granitos é o traço característico do solo da região trasmontana do norte. As formações silúricas têm ainda importância, especialmente os xistos da parte superior do sistema. Associados aos terrenos silúricos, ficam os principais jazigos de calcários trasmontanos. Pequenas bacias de depósitos pliocénicos ou pliocénicos e quaternários se encontram aqui e além, as mais extensas no planalto de Miranda e no vale superior do Tâmega, da fronteira a juzante de Chaves (1).

## 1: TERRENOS PRECAMBRICO-ARCAICOS

As formações do complexo precâmbrico-arcaico ocupam a parte central do Alto Trás-os-Montes, constituindo a ocidente uma série de zonas alongadas no sentido de NW, o que traduz a acção, na estrutura

---

(1) Veja se o esboço da carta geológica que acompanha este trabalho.

geológica do sub-solo, dos movimentos hercínicos (1). São essencialmente formações xistosas em que predominam os xistos luzentes da parte superior do sistema, os quais caracterizam a área central da mancha precâmbrico-arcaica. Caminhando para norte, na direcção de Bragança e Vinhais, passa-se por transição gradual, aos xistos anfibólicos que atingem uma grande espessura, tendo muitas vezes subordinados leitões de serpentina de variado aspecto, naturalmente derivados da alteração das anfíbolites.

Os xistos luzentes, argilosos, talcosos, cloríticos, sericiticos, contêm às vezes camadas intercaladas de quartzitos e encerram quartzo em veios ganglionares e leitões delgados irregulares. O domínio d'êste elemento origina a formação duma assentada dura de xistos quartzosos na proximidade de Vimioso. Noutros pontos, a rocha apresenta uma estratificação perfeita e no meio dela surgem bancos repetidos de lidite.

A coloração dos xistos arcaicos varia bastante, desde o avermelhado ao cinzento e amarelo, do azulado ao verdoengo. Onde a lidite predomina, o tom geral da rocha é mais ou menos negro.

Com os xistos, o gneisse e os micaxistos caracterizam o sistema precâmbrico-arcaico regional, predomi-

---

(1) Na impossibilidade da extremar dos xistos cristalinos os precâmbricos, reuniram-se as duas formações, representando-se na carta geológica pela mesma côr e sob a rubrica Z. — J. F. Nery Delgado, *Contribuições para o estudo dos terrenos paleozoicos*. COM. COM. SERV. GEOL. PORT., t. VI, 1904-1905, pág. 57. Seguimos, nesta parte da descrição, o estudo de Nery Delgado.

nando essencialmente no extremo leste do Alto Trás-os-Montes. O gneisse é de composição variada, umas vezes granitóide, outras de xistosidade bem definida, constituído quasi sempre de feldspato rosado, quartzo branco, duas micás e mais ou menos metamorfizado ao contacto com o granito. Associados ao gneisse, andam os micaxistos, de côres variadas, freqüentemente bastante carregados de mica e, como aqueles, atravessados e influenciados pelo granito.

O solo vegetal varia consoante a dureza e facilidade de decomposição das rochas. Nas alturas e encostas, a camada de terra vegetal é muito delgada, mal recobrindo a rocha, deixando porisso penetrar com dificuldade o arado. As particulas finas em que se decompõem os xistos são arrastadas pelas águas para os vales e depressões, onde constituem um solo compacto, quando húmido. Nas superficies pouco inclinadas, a terra vegetal distribui-se duma maneira uniforme e é facilmente atacada pela erosão, resultando daí uma paisagem de relevos moles, de montes arredondados, estendendo-se a perder de vista (Est. II). A erosão activa exercendo-se numa rocha fissil e que facilmente se decompõe, dá origem às vezes a vales profundos. Podem multiplicar-se os exemplos de cursos de águas encaixados nos xistos argilosos precâmbricos.

## 2. TERRENOS GRANÍTICOS

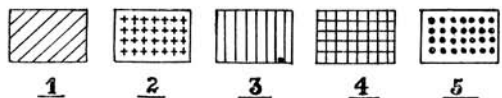
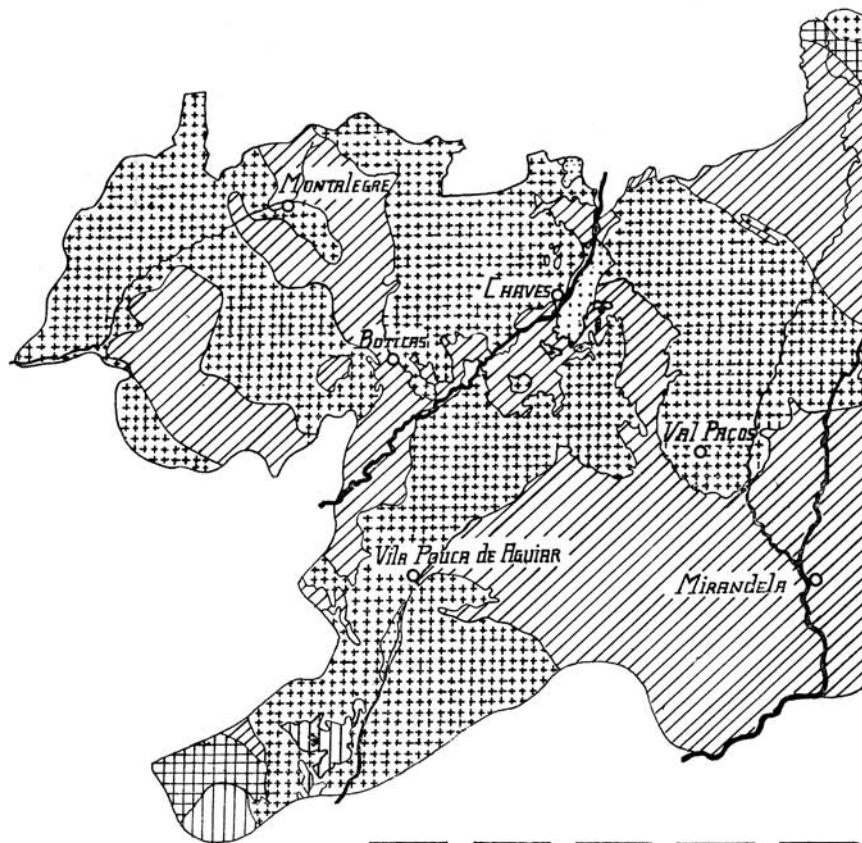
As intrusões graníticas caracterizam principalmente a parte ocidental do Alto Trás-os-Montes, onde ocupam

uma área considerável. A região de aquém Tua estabelece a transição dos terrenos xistosos, que dão um aspecto peculiar à carta litológica da província interior de além Douro, para os granitos que constituem a maior parte do território do Minho.

A oriente do Tua, os granitos faltam quasi completamente, formando apenas algumas manchas maiores entre o Sabor e o Douro. Freqüentes vezes, os afloramentos da região leste de Trás-os-Montes apresentam a forma de ovais grosseiramente arredondadas.

São muitas as variedades de granito que se encontram no Alto Trás-os-Montes, desde o granito porfíroide, com quartzo cinzento, semi-translúcido e cristais de ortose, ao granito comum de duas micas. Uma vez a rocha é de grão grosseiro, esboroadiça, dando origem a um solo saibrento, outras mais consistente, de grão médio ou fino.

A influência dos granitos na topografia traduz-se na formação dalgumas áreas planálticas mais regulares, às vezes bastante extensas, como a que de Chaves se estende para Valpaços e vale do Rabaçal, a que se dispõe a SE de Vila Pouca, a do Alvão, etc. É flagrante o contraste com a topografia das regiões xistosas. Nestas últimas, o relêvo é mais movimentado, composto duma sucessão de montanhas, cêrros, colinas, de declive suave muitas vezes. Nas zonas graníticas, a regularidade é maior, quebrada apenas pelos afloramentos de grandes penedos de formas variadas ou aglomerados confusos de blocos de pequenas dimensões, com aspecto ruñiforme. No Alvão, em Barroso, a rocha nua emerge das superfícies mais ou menos



CARTA GEOLÓGICA DO A

Escala 1 :

1 — Arcaico e precâmbrico. 2 — Granitos. 3 — Câmbri

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

regulares constituindo uma série de picos e morros arredondados que dão à paisagem um cunho especial.

Onde a rocha aparece a descoberto, o solo é impermeável e a água circula à superfície. Como o trabalho de erosão é mais intenso no fundo que nos flancos dos vales, os cursos de água correm freqüentemente em ravinas profundas, de margens íngremes como sucede, por exemplo, com o Rabaçal, perto de Rebordelo. Se a erosão se exerce, por sua vez, sobre os produtos da decomposição da rocha, as águas infiltram-se, as nascentes são numerosas, a desagregação mecânica tem um largo papel, resultando daí declives suaves, formas arredondadas, vales pouco profundos e húmidos.

### 3. TERRENOS PRIMÁRIOS

Salvo um ou outro retalho de xistos câmbricos (1), os terrenos paleozóicos da região trasmontana do norte estão representados pelas formações do período silúrico.

A composição litológica do silúrico trasmontano é bastante uniforme, com predomínio dos quartzitos du-

---

(1) Indicados na carta geológica como pertencendo ao câmbrio inferior (cb<sub>1</sub>), Nery Delgado incluía-os mais tarde no precâmbrico superior (*Contribuição para o estudo dos terrenos paleozóicos*, pág. 97). Na carta geológica internacional e na de Espanha continuam a figurar como câmbricos.

ros, nas formações da base do sistema, e dos xistos argilosos e finos, na parte superior (1).

O afloramento que assinala o cotovelo do Douro na fronteira compõe-se exclusivamente de formações da série gotlândica: uma assentada de quartzitos e xistos quartzosos com vestígios de *Cruziana* e *Vexillum*, à qual se segue um grupo xistoso muito espesso em que só aparecem raras trilobites. Subordinado aos xistos fica um nível de minério de ferro que dá à serra do Roboredo e ao cabeço da Mua (Moncorvo) a sua característica côr anegrada.

No Marão, a base do sistema é idêntica à do afloramento antecedente, formada de quartzitos a que se sobrepõe uma espessa camada xistosa. As formações da parte superior do sistema, separadas das anteriores por uma falha orientada a NW, estão representadas por um complexo de xistos com *Monograptus*, associado a lidites e calcáreos. O conjunto é coroadado duma assentada poderosa de xistos e granvaques avermelhados, sem fósseis.

No crescente silúrico da fronteira de nordeste observam-se os quartzitos duros e compactos da base do sistema nalguns minúsculos afloramentos, um dos quais forma a pequena serra da Senhora da Luz, na fronteira. Todo o resto constitui uma série de camadas da parte superior do sistema, representada principalmente por xistos argilosos finos, anegrados ou cinzen-

---

(1) Sôbre o silúrico trasmontano, veja-se Nery Delgado, *Système silurique du Portugal. Étude de stratigraphie patéontologique*, MEM. COM. SERV. GEOL. PORT., 1908, págs. 145 e seg.



tos, muitas vezes assetinados e micáceos, alternando com quartzites e grauvaques, e lidites negras, com vestígios de *Monograptus* (1).

Os xistos silúricos distinguem-se facilmente dos xistos precâmbricos: são mais duros e compactos, com tendência a tomar o aspecto de ardósias. E nesta «piçarra» que se arrancam as lousas que servem de cobertura às habitações de tôda a orla da fronteira, de Montesinho ao Maçãs.

#### 4. OS CALCÁREOS

Pôsto tenham uma importância muito reduzida em Trás-os-Montes, onde a cal, como se vê das análises feitas a terras provenientes de diversos lugares, é um elemento extremamente raro, os calcáreos merecem referência especial pela utilização industrial a que dão lugar ou pelas possibilidades económicas que representam.

As formações calcáreas mais importantes são as de Vale da Porca, próximo de Macedo de Cavaleiros, nos xistos cristalinos, as do Marão e região de Vimioso-Miranda, no silúrico.

Os calcáreos de Vale da Porca, intercalados nos xistos, brancos e sacaroides, poderiam fornecer bons mármore, branco-leitosos, muito homogêneos e fina-

---

(1) Nesta zona silúrica ficam os jazigos de minério de ferro de Guadramil e da Várzea, possivelmente da mesma idade geológica do jazigo do Roboredo.

mente granulares. São explorados apenas para o fabrico de cal — exploração importante, de que já há notícia no começo do século XVIII — abastecendo hoje uma grande parte da província trasmontana.

Os calcáreos do Marão, compactos, de côr parda ou anegrada, aparecem sob a forma de camadas lenticulares, intercaladas nos xistos, constituindo diversas faixas nas proximidades da povoação de Campanhó. Nas pedreiras de Sobrido, estas camadas, com a de xistos que se lhe interpõe, atingem uma espessura de mais de 100<sup>m</sup>. Como em Vale da Porca, a exploração é intensa, transportando-se a cal para uma parte de Trás-os-Montes, para o Minho e sul do Douro (1).

A zona calcárea mais importante da região estende-se de Vimioso a S. Pedro da Silva, no concelho de Miranda do Douro, constituindo as célebres pedreiras de mármore de Santo Adrião. O calcáreo forma duas faixas principais, separadas por xistos silúricos mais ou menos luzentes. A rocha é cristalina, de grão fino, côr branca ou branca e cinzento-azulada, nas variedades mais claras dotada de certa translucidez. Na faixa mais oriental, os mármorees têm uma côr branca nacarada, formando uma grande massa irregular, sem estratificação distinta, cortada a intervalos de fendas ou juntas. Os da assentada ocidental, de côres mais escuras, compreendem o jazigo mais vasto e encerram numerosas grutas (Est. II), cujo solo está revestido de alabastro, o qual foi depositado pela

---

(1) Nery Delgado, ob. cit., pág. 150.



FORMAS DE EROSÃO DO PLANALTO DE MOGADOURO.



JAZIGOS DE MÁRMORE DE SANTO ADRIÃO.

Aspecto da gruta principal.

*Clichés V. Taborada.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

água que circulava nas fendas e algares da rocha. O alabastro, branco, branco nebuloso ou levemente amarelado, encheu inteiramente algumas das grutas e galerias de ligação. Pela sua variedade de aspectos, abundância e beleza, representa incontestavelmente a riqueza principal do jazigo (1).

#### TERRENOS RECENTES

Os terrenos antigos do Alto Trás-os-Montes são recobertos em certos sítios de depósitos recentes, os quais formam pequenas bacias e afloramentos dispersos por todo o território. Uns são atribuídos ao plioceno, outros vêm marcados na carta com o monograma PQ, indicando que tanto podem ser pliocénicos como quaternários.

Os afloramentos mais extensos de terrenos recentes localizam-se no planalto de Miranda e no vale de Chaves. O primeiro, do pliocénico, fica situado entre as formações silúricas e os afloramentos graníticos que se estendem da povoação de Duas Igrejas ao Douro. Com uma espessura máxima de 2<sup>m</sup>, compõe-se de camadas de argila, de côr vermelha mais ou menos escura, alternando com leitos de areia grossa, con-

---

(1) Nery Delgado, *Reconhecimento científico dos jazigos de marmore e de alabastro de Santo Adrião e das grutas compreendidas nos mesmos jazigos*. COM. COM. SERV. GEOL. PORT., 1882-1892, t. II, pág. 45 e seg.; *As cavernas em geral e especialmente as de Santo Adrião em Trás-os-Montes*, na REVISTA DE PORTUGAL, vol. IV. Pôrto, 1892, págs. 38 e seg. Veja-se ainda REVISTA DE OBRAS PUBLICAS E MINAS, t. XIX. Lisboa, 1888, págs. 81 e seg.

tendo, principalmente na parte superior, seixos rolados de pequeno volume.

Os depósitos pliocénicos e modernos da veiga de Chaves (1) ocupam o vale superior do Tâmega numa extensão de 11 quilómetros, de Samaiões à fronteira, com uma largura média de 5 quilómetros. Constituem o fundo de depressão dominado por alturas graníticas e xistosas que atingem 800 a 900<sup>m</sup> do lado oriental e mais de 600, do lado ocidental. O Tâmega corre quasi no limite oeste desta depressão, que é atravessada a meio pela estrada que liga Chaves a Verim. Os depósitos, que no leito do Tâmega se encontram a uma altitude de 350<sup>m</sup>, elevam-se nalguns pontos a 385<sup>m</sup>. Nos cortes da estrada de Chaves à fronteira, perto de Vila Verde da Raia, ou da estrada de Outeiro Sêco pode observar-se a sua constituição: camadas de seixos rolados ou angulosos, a que se sobrepõe um leito de areia fina, micácea, do qual se passa a um banco da mesma areia, cimentada por uma argila ferugífera. As argilas que formam o depósito terrígena são de coloração branco-acinzentada, vermelha ou amarelada, plásticas, finamente micáceas e dão origem a uma indústria relativamente importante de olaria (Nantes, Samaiões, etc.).

---

(1) P. Choffat, *La ligne de dépressions Regoa-Verim et ses sources carbonatées — Remarques et considérations*. COM. COM. SERV. GEOL. PORT., t. XII, 1917, págs. 44 e seg.

### III

## O RELÊVO DO SOLO

O Alto Trás-os-Montes é formado por uma sucessão de planaltos que se mantêm sensivelmente quasi por tôda a parte a uma altitude de 700<sup>m</sup>. Acima dêles erguem-se montanhas caracterizadas por idênticos aspectos topográficos. Os planaltos são cortados pela rêde de vales profundos do Douro e afluentes.

#### 1. OS PLANALTOS

Os planaltos constituem a primeira série de formas da superficie, o grupo morfológico que essencialmente caracteriza a topografia.

Subindo da garganta profunda por onde corre o Douro, na fronteira, para Miranda, depara-se com uma vasta superficie, levemente acidentada, através da qual a vista se espraia até longe. Colinas, lombas, vales superficiais, secos durante a maior parte do ano, não conseguem desfazer a regularidade desta chá monótona que se estende em tôdas as direcções (1). A

---

(1) Carta Corográfica, de 1:100.000, fl. 6.

impressão é de quasi completo nivelamento (Est. III). As cotas inscritas na carta variam entre 700 e 800<sup>m</sup>, diminuindo ligeiramente de norte a sul, de sorte que, fazendo-se passar pelos pontos mais altos um plano ideal, obter-se-ia uma superficie quasi perfeitamente horizontal.

O solo compõe-se de terrenos diferentes, xistos cristalinos e precâmbricos, granitos, xistos e quartzitos silúricos, recobertos em parte de depósitos pliocénicos. Apesar de tudo, esta variedade é um elemento insignificante de diferenciação do relêvo. Está-se, evidentemente, em face duma superficie modelada por um longo e persistente trabalho de erosão.

Descendo da região mirandesa para sul, séries de colinas e montes arredondados que se encontram aqui e além introduzem uma nota de variedade na paisagem, mas o aspecto geral persiste o mesmo (Est III). Do extremo de terra de Miranda por Mogadouro até sul de Lagoaça estende-se, num solo em que predominam os xistos cristalinos e precâmbricos, mas em que se encontram também afloramentos graníticos e quartzitos silúricos, um planalto cuja altitude, um pouco menor que a do anterior, se mantém a cerca de 700<sup>m</sup> (1). À volta de Mogadouro, quebrando a uniformidade das colinas e ondulações, levantam-se algumas altitudes maiores isoladas, que ultrapassam 900<sup>m</sup>. Avistadas de longe, do cimo da serra de Bornes, por exemplo, são um elemento seguro de identificação desta superficie, que dali parece perfeitamente unida.

---

(1) Carta Corográfica, fl. 9.



Entre Sabor e Tua, o mesmo tipo de formas se encontra, reproduzido quasi por toda a parte. A região que se estende do primeiro daqueles rios a Macedo de Cavaleiros, a norte da serra de Bornes, pode servir de exemplo (1). Na carta, as curvas de nível espaçam-se por vezes bastante, revelando o predomínio das superfícies horizontais. A altitude mantém-se aproximadamente a mesma. No paralelo de Macedo, a carta indica, vindo do Sabor para oeste, 673, 660, 651, 613, 589, 680, 680 e 673<sup>m</sup>. De Macedo desce-se gradualmente, na direcção de sudoeste, para a região de Mirandela, de topografia confusa e variada. O planalto continua-se, porém, a norte, para Bragança, interceptado por vales de pequenas ribeiras que afluem ao Sabor. Ao longo da linha férrea, nos 18<sup>km</sup> últimos até Bragança, a carta indica altitudes bastante uniformes: 713, 749, 788, 779, 769, 793, 752, 688<sup>m</sup>.

A leste de Bragança, este planalto, que assenta nos xistos cristalinos e argilosos recobertos de pequenas manchas pliocénicas, entra em contacto com um outro planalto (2), constituído desta vez apenas por formações silúricas, e elevado a altitudes de 800 a 900<sup>m</sup> (Est. IV). De facto, uma dorsal escura, despida de vegetação, fecha com a sua linha regular o horizonte a quem olha de Bragança. Dão-lhe na região o nome justo e pitoresco de *Lombada*; a sua elevação acima da zona em que se ergue Bragança explica-se pela maior dureza dos materiais silúricos.

---

(1) Carta Corográfica, fl. 6.

(2) Idem, fls. 3 e 6.

Podem multiplicar-se os exemplos, o resultado desta corrida pelo território de além Tua é sempre o mesmo. Tirante as regiões de Mirandela e Alfândega da Fé, onde uma rêde apertada de cursos de água e possivelmente também certas particularidades da constituição do solo, originaram uma topografia confusa, desfazendo a uniformidade das superfícies regulares, no resto do território dominam as formas topográficas que se têm vindo assinalando. De Miranda a Bragança passa-se pela região de Vimioso, atravessada de norte a sul pelos cursos muito próximos do Sabor, Maçãs e Angueira. Á primeira vista, parece estar-se numa região montanhosa: é a impressão de quem se atém simplesmente aos vales. Saindo dêles, ver-se-á reaparecer o planalto. Na sua linha média, a igual distância dum e doutro vale, as altitudes regulam por 700<sup>m</sup>, decrescendo para juzante (1).

O exemplo da região de Vinhais é ainda mais característico. Uma simples vista da carta corográfica (2) revela o seu carácter muito acidentado; o contraste com as vastas planuras de Miranda e Mogadouro é flagrante. Abstraia-se, porém, dos vales muito próximos do Tuela, Rabaçal e ribeiras afluentes e não será impossível reconstituir um planalto que a erosão reduziu apenas a estreitas tiras entre aqueles vales. A altitude diminui de 800 a 600<sup>m</sup>, de norte para sul.

A região ocidental do Alto Trás-os-Montes confirma o aspecto dominante da região de além Tua. Do Ra-

---

(1) Carta Corográfica, fl. 6.

(2) Idem, fls. 3 e 6.

baçal, que corre, junto de Rebordelo, numa garganta selvagem, estende-se para ocidente, através dos batólitos graníticos e numa extensão de cêrca de 25<sup>km</sup> um planalto que se prolonga a sul para Valpaços. Até às alturas que dominam o vale superior do Tâmega é sempre a mesma uniformidade de superfícies onduladas, de vales largos, a mesma persistência de altitudes de 700 a 800<sup>m</sup> (1).

Dêste planalto passa-se por Carrazedo de Montenegro, ao longo do sopé oriental da serra da Padrela, à região de Alfarela de Jales (2). Sub-solo granítico primeiro, xistoso depois, novamente granítico: apesar-disso, a continuidade do planalto é bem visível. Em Alfarela de Jales constitui uma superfície quâsi nivelada, prolongando-se ainda para sul até às proximidades de Vila Real. Em tudo idêntico aos descritos anteriormente, tem contudo a particularidade de ficar a um nível mais alto. As altitudes inscritas na carta variam de 800 a 1000<sup>m</sup>. Idêntica diferença de altitude se verifica também a oeste do Corgo, no planalto do Alvão (3).

Desta breve análise, convém destacar agora os pontos essenciais. Da fronteira do Douro ao Tâmega estende-se uma série de planaltos que constitui o traço dominante da topografia do Alto Trás-os-Montes. O viajante que percorre a região verifica-o à primeira vista, mas o predomínio das linhas horizontais é sobretudo

---

(1) Carta Corográfica, fl. 5.

(2) Idem.

(3) Idem. Veja-se a descrição atrás (pág. 10).

visível quando do cimo de qualquer das serras se descobre um largo horizonte. Somos como que levados a imaginar cada curso de água separado do vizinho por uma superfície regular, cujo declive desce a pouco e pouco para juzante. A realidade mostra-se contudo diferente. A conservação dos planaltos não é por tãda a parte a mesma, depende fundamentalmente do progresso da obra da erosão. Esta avançou mesmo tão rapidamente nalguns lugares, favorecida pela convergência de cursos de água, a menor altitude e porventura o predomínio de materiais menos resistentes, que os planaltos deram lugar a regiões de paisagem mais variada e montanhosa. Tal caso, por exemplo, da bacia média do Tua.

A repetição das mesmas formas topográficas, independentemente da natureza do solo, a sua altitude uniforme que, variando de 700 a 1000<sup>m</sup>, se mantém geralmente entre 700 e 800<sup>m</sup>, levam a aproximá-las umas das outras, a admitir a sua continuidade e a encará-las como uma plataforma de erosão levantada e deformada.

## 2. AS MONTANHAS

Uma nova geração de formas, além dos planaltos caracteriza o Alto Trás-os-Montes: as montanhas.

Dum extremo a outro da região, as montanhas quebram a regularidade e monotonia das superfícies mais ou menos horizontais (1). Além Sabor, levantam-se

---

(1) Fôlhas da Carta Corográfica indicadas atrás, e ainda as 2 e 8.



**ASPECTO DO PLANALTO MIRANDÊS (IFANES).**

A aldeia, com as manchas brancas dos pombais, atrás duma cortina de negrilhos e freixos.



**PLANALTO DE MOGADOURO. VISTA TIRADA DA VILA.**

No último plano a Serra de Bornes.

*Clichés V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

as três serras próximas da Castanheira (993<sup>m</sup>), do Variz (994<sup>m</sup>), de característica forma cônica, e da Figueira (920<sup>m</sup>), pontos culminantes da região que figura nas cartas orográficas com a designação de *Cimos de Mogadouro*. A meio caminho entre o Sabor e o Tua e divisória das suas águas, a serra de Bornes (1202<sup>m</sup>) prolonga a sua linha de cumeeada por mais de 12 quilómetros, de NE a SW, quebrando-se bruscamente, atingida a sua maior altitude, em face do vale da Vila-riça. Mais a norte, a serra da Nogueira (1318<sup>m</sup>), com a mesma orientação, envia contrafortes de sul a norte até próximo de Bragança. Vales de pequenas ribeiras que convergem para um e outro lado ao Tuela e Sabor, desfazem um pouco a continuidade dos relevos, quasi isolando da massa principal da serra um contraforte a sul que se levanta a 1229<sup>m</sup>, junto da povoação de Bouzende. Por fim, da espessa cortina de terras altas da fronteira setentrional, cortada pelas ravinas profundas do Mente, Rabaçal Tuela, Baceiro e Sabor, destacam-se as duas protuberâncias das serras da Coroa (1273<sup>m</sup>), nos xistos silúricos, e de Montesinho (ponto culminante em Portugal, Pico do Chapeu, 1416<sup>m</sup>), cuja parte mais alta corresponde a um afloramento granítico de forma circular.

A região da bacia média do Tua, com altitudes de 400 a 500<sup>m</sup>, é dominada pela cumeeada sombria da serra de Santa Comba dos Vales ou dos Passos (999<sup>m</sup>), que se prolonga por uma série de altitudes menores até ao Tinhela, próximo de Murça. A norte, separando as bacias do Tua e do Tâmega, a serra da Padrela (1147<sup>m</sup>), orientada de NE a SW, mergulha rapi-

damente o seu flanco granítico a ocidente, enquanto a vertente oposta, formada pelos xistos argilosos, desce em declive suave. E eis-nos chegados, através do colo de Vila Pouca, à serra do Alvão, com os seus morros graníticos que sobem à altura máxima de 1310<sup>m</sup>, e à massa compacta da serra do Marão (1415<sup>m</sup>), orientada de NNE a SSW, cujo flanco meridional desce para o Douro.

A ocidente do Tâmega, até à fronteira da Galiza, não são já serras isoladas, mas um verdadeiro maciço que se levanta. É uma região difícil de definir no ponto de vista morfológico, visto o seu carácter mixto, planáltico e montanhoso (Est. IV). O território de entre Cávado e Regabão, por exemplo, dá a impressão a quem o percorre duma zona montanhosa. Contemplado, porém, do cimo da serra das Alturas, os relevos esbatem-se e a sua feição de planalto acidentado sobressai flagrantemente.

Dominando o maciço, ergue-se a norte o esporão granítico da serra do Larouco (1525<sup>m</sup>), o ponto mais alto de Trás-os-Montes, ligado ao Gerez por uma linha de picos de 1200 a 1300<sup>m</sup> que corre ao longo da fronteira. Esta série de altitudes forma a moldura setentrional da alta planície do Cávado. O relêvo acentua-se a ocidente, nas proximidades do Gerez; a região em que assenta Pitões das Júnias oferece já os aspectos peculiares desta última montanha.

No centro de Barroso, na margem esquerda do Regabão, fica situada a mais extensa área montanhosa da região: a serra das Alturas (1279<sup>m</sup>), orientada de NE a SW. Da superfície regular dos cimos emergem



os tres « cotos » graníticos que dominam a povoação de Alturas, tornando inconfundível a serra a quem de longe a avista. Mais a oriente, passado o vale do Bessa, o cone deprimido da serra do Leiranco (1155<sup>m</sup>) é o ponto culminante duma linha de alturas que, descendo da fronteira, na direcção N-S, se prolonga até ao Tâmega, interrompida pela veiga de Boticas.

Em resumo, uma massa compacta de terras altas, de topografia complicada, um aglomerado confuso de picos e serras, separados por largas depressões e planaltos, tal é o aspecto do Alto Barroso, a região mais elevada de Trás-os-Montes, a mais recuada e inacessível.

A despeito da variedade de materiais que as constituem, as serras trasmontanas distinguem-se por caracteres topográficos comuns, têm um mesmo ar de parentesco. As vertentes descem em declive suave, pôsto que, num caso ou outro mantendo entre si uma certa dissimetria, como na Padrela. O perfil longitudinal é ligeiramente convexo, destacando-se no horizonte como uma linha azulada quási recta, por vezes mesmo côncavo. Em tôdas, a cumeada espraia-se, formando um verdadeiro planalto. As linhas regulares predominam por tôda a parte. Em Montesinho, ao cabo de dois quilómetros de subida, quási se esquecerá que se caminha numa montanha; até ao ponto culminante sucedem-se as esplanadas cada vez mais altas, sulcadas de picos e morros arredondados (Est. V). Ao contemplar-se do alto a imensa serra é uma estranha e vaga sucessão de formas regulares, de superfícies quási niveladas que se avista.

¿Que significação attribuir a estas montanhas do Alto Trás-os-Montes?

A ausência de cristas, de formas angulosas, os contornos arredondados, o pendor suave das vertentes, o perfil levemente convexo ou côncavo são indicio seguro de grande velhice. A sua interpretação permanecerá obscura a não se encararem como testemunhas duma plataforma de erosão, anterior à que deixou os seus vestigios nos planaltos, como esta igualmente deformada. As diferenças que existem entre elas explicam-se pelo grau de acabamento maior ou menor a que tinha chegado a plataforma antes da deformação sofrida, pela intensidade dessa deformação e ainda pela diferente resistência dos materiajs do solo, bem visível nalguns casos, como no *Marão*, onde uma crista de quartzitos silúricos corresponde à parte culminante. Se nem sempre, nos planaltos e serras, a topografia está em relação com a natureza do solo, nem porisso esta deixa de representar um papel morfológico importante. A erosão exercendo-se sôbre formações muito diversas, xistos cristalinos mais ou menos metamorfizados, portanto, mais ou menos duros, xistos argilosos precâmbricos, granitos de composição variada, xistos e quartzitos silúricos, multiplicou os contrastes topográficos.

Em resumo, os planaltos testemunham a obra dum antigo ciclo de erosão, as montanhas representam um ciclo de erosão anterior ainda. Restam os vales dos rios, obra do ciclo actual.

## 3. OS VALES DOS RIOS

O Alto-Trás-os-Montes é sulcado por uma rede de vales que têm como característica comum o serem profundos.

## DOURO E AFLUENTES

Salvo uma parte do maciço de Barroso, a região trasmontana fica compreendida na bacia do Douro. O grande rio peninsular, depois de ter corrido num vale largo, através da bacia terciária da Castela-a-Velha, começa a encaixar-se a juzante de Zamora nos terrenos antigos do maciço galaico-duriense. Ao entrar na fronteira, na confluência da ribeira de Castro Ladrón, junto de Paradela, abandona a direcção E-W que trazia, passando a correr de NE a SW, até que, ao termipar a fronteira, na confluência do Águeda, retoma a direcção primitiva.

A comparação do vale em Zamora e na fronteira acusa uma mutação brusca nos caracteres do perfil longitudinal e transversal. O rio corre além, a 630<sup>m</sup> de altitude, com um declive fraco, à superfície da planície terciária, recoberta de aluviões antigas e recentes. Na margem direita levanta-se a colina sobre a qual assenta, em anfiteatro, a cidade, dominando a extensão monótona e plana que se prolonga até ao fim do horizonte. Algumas pequenas ilhas, uma delas junto da ponte medieval que liga Zamora aos bairros da margem esquerda, obrigam a corrente lenta do rio a dividir-se. Numa palavra, a hidrografia mostra um ca-

rácter de maturidade: o vale pertence ao ciclo dos planaltos.

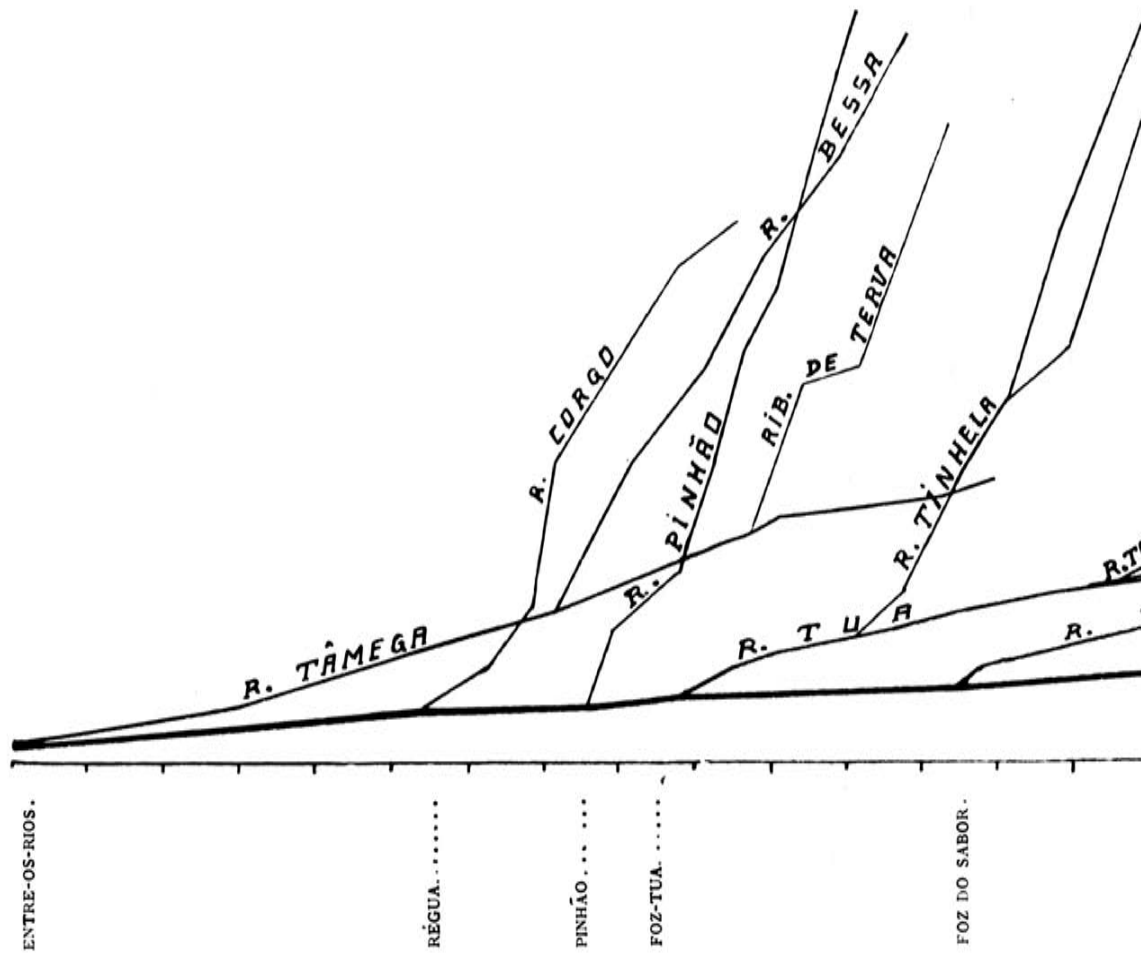
Abaixo de Zamora, o Douro penetra nos granitos e formações paleozóicas, mergulhando profundamente no planalto; o declive aumenta, as águas precipitam-se com violência, o perfil transversal toma a forma de V agudo. Na confluência do Esla, o Douro tem já o aspecto que há-de manter em todo o seu curso heróico, na fronteira: é a passagem do ciclo dos planaltos ao ciclo actual.

À entrada na fronteira, o talvegue fica a um nível inferior 200<sup>m</sup> ao rebordo do planalto. O declive é muito forte; nos 12<sup>km</sup> de Paradela a Miranda, o Douro baixa 75<sup>m</sup>. Os flancos do vale são extremamente abruptos, por vezes cortados verticalmente, como no grandioso *cañon* próximo de Aldeia Nova. Acima da ravina estreita através da qual se escoam as águas, o declive torna-se mais suave, desenhando-se uma larga depressão, que corresponde ao vale do ciclo anterior.

O perfil longitudinal mantém-se sempre muito irregular. Uma série de quedas de nível, como não se encontra semelhante nos outros grandes rios portugueses, caracteriza todo o curso fronteiriço. O declive diminui gradualmente de Paradela à confluência do Tormes: 5<sup>m</sup>,95 por km. de Paradela a Miranda, 3,06 de Miranda a Sendim, 2,90 de Sendim à foz do Tormes (1).

---

(1) As altitudes necessárias ao traçado do perfil longitudinal dos rios foram determinadas pela carta corográfica de 1 : 100.000, fôlhas citadas atrás.



PERFIS DO DOURO E A

Escala horizontal. 1 : 1.

Escala vertical . . . 1

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

Passada a confluência do Tormes, o rio descreve alguns meandros, depois do que, nas proximidades de Lagoaça, corre entre vertentes extremamente abruptas, num leito que fica cêrca de 500<sup>m</sup> abaixo do planalto. De 2,90 na secção anterior o declive sobe a 4,77 no percurso da foz do Tormes a Lagoaça, para em seguida baixar a 2,17 de Lagoaça à Barca de Alva. Nos 322<sup>km</sup> do seu curso internacional e português cêrca de  $\frac{4}{5}$  do declive pertencem aos 122<sup>km</sup> da fronteira, ou seja, em média, 3<sup>m</sup>,4 por quilómetro. O rio está numa fase de acentuada juventude.

A mesma conclusão se tira do exame do perfil transversal, por tôda a parte em V agudo. O pendor dos flancos é mais abrupto na travessia dos afloramentos graníticos, correndo o rio por vezes entalado entre grandiosas muralhas de rocha que caem a prumo, como perto de Aldeia Nova, defronte de Miranda, junto de Picote. Em frente desta última povoação, o Douro desenha uma curva acentuada, um meandro em cotovelos bruscos, sem deslocação horizontal que, por isso, sugere a idea de se haver formado quando já o rio excavava o vale actual (Est. V). Curvas semelhantes se encontram em todo o curso fronteiriço, sucedendo a secções mais ou menos rectilíneas.

A regularização do leito está ainda muito atrasada. Certas rochas mais resistentes e sobretudo a acumulação de blocos arrastados pela corrente que o rio encontra no seu caminho obrigam as águas a despeñar-se com violência. Uma série de rápidos, de *cachões*, intercepta assim de onde a onde a corrente sempre veloz do Douro. São os cachões do Saltinho,

entre Barca de Alva e Freixo de Espadacinta que põem t ermo   navega o. Em certos lugares, os blocos de rocha e as barragens de materiais trazidos na corrente emergem nas baixas  guas.

Um vale apertado, de perfil em V agudo, um declive considerável e irregular, uma corrente violenta e selvagem imprimem ao Douro um carácter de rio de montanha que contrasta flagrantemente com a paisagem regular e monótona dos planaltos. Nada mais surpreendente e contraditório que subir da garganta estreita por onde o rio corre com fragor para as superfícies onduladas, os moles relevos que lhe ficam acima.

Entram assim em contacto em tôda a fronteira, as formas devidas a dois ciclos de erosão. Pelo levantamento progressivo do território, o rio teve de reajustar o seu curso a um nível de base cada vez mais baixo, mergulhando profundamente no planalto. A erosão, muito activa, foi aprofundando o leito e atacando os flancos até abrir a ravina, de paredes quási verticais, por onde correm as  guas.

Como o rio atravessa rochas antigas, geralmente duras, a regulariza o do perfil longitudinal está mais adiantada que a do perfil transversal; a energia foi principalmente empregada a excavar o leito para manter a passagem.

Os cursos de água que de Três-os-Montes convergem ao Douro saem directamente dos seus vales estreitos e profundos, de perfil em V, para o vale do Douro. Apenas o Sabor, que estabeleceu o seu curso terminal



numa região fracturada, chega ao Douro através dum vale relativamente largo, que se prolonga para norte pelo vale da ribeira da Vilariça (1).

Os afluentes trasmontanos do Douro reproduzem, no traçado do seu perfil longitudinal, as características do colector. Todos êles estão numa fase de juventude. Em todos também o declive se torna mais brusco nas proximidades da confluência, em virtude de o seu trabalho de erosão não ser tão intenso e rápido como o do Douro.

O Sabor corre da fronteira a juzante de Bragança num vale regular e pouco profundo. Depois de receber, em Gimonde, as águas dalguns pequenos afluentes (rio Malar ou de Onor, rio Frio, ribeira da Igreja), penetra profundamente nos xistos e quartzitos silúricos do planalto da Lombada, descrevendo alguns meandros. O vale mantém-se depois sempre encaixado até à confluência da ribeira da Vilariça, a 3<sup>km</sup> da foz, através dos xistos cristalinos e precâmbricos, mais sinuoso e atormentado na travessia do afloramento de quartzitos silúricos que se estende de Lagoaça para oeste. É notável o paralelismo entre o perfil do Sabor e o do

---

(1) Nos últimos 3<sup>km</sup> do seu curso, o Sabor corre sôbre as aluviões por êle próprio depositadas. Na época das cheias, o Douro sobe acima do nível normal do Sabor, cujas águas, repelidas pela corrente violenta do Douro, refluem, inundando os campos marginaes. É o fenómeno que as populações ribeirinhas do Douro designam por *rebofa*. Os nateiros que o Sabor e a ribeira da Vilariça depositam fazem a proverbial fertilidade da região.

Douro, na parte fronteira. O declive, de 8,65 por quilómetro na secção da fronteira a Gimonde, desce a 5,43 até à confluência do Maçãs, o seu afluente principal, a 2,40 da confluência do Maçãs à Vilariça, para subir a 7,57 na secção final.

O Tua é formado pela junção do Tuela e Rabaçal, dois rios gémeos, segundo a designação de H. Wagner.

O primeiro corta por um vale estreito e profundo a zona montanhosa da Coroa, mantendo-se encaixado na maior parte do seu percurso; o vale torna-se mais largo na região de Mirandela. O declive, que é não total de 6,9 por quilómetro, baixa a 2,80 no tærço último, a juzante de Guide. O Rabaçal corre desde a fronteira num vale profundo cujas vertentes alargam após a travessia da região granítica que se estende até sul de Valpaços. Nos 41<sup>km</sup> do percurso, da fronteira à confluência do Calvo, desce 325<sup>m</sup> e apenas 25, nos 31<sup>km</sup> restantes.

Acima de Mirandela, o Tuela e o Rabaçal reúnem-se, dando origem ao Tua. O vale é largo e regular, coberto de belos olivais, desde a confluência a Frechas, na extensão de 13<sup>km</sup>. Mais abaixo, o rio abre uma ravina profundíssima, cortando os blocos graníticos dos planaltos de Alijó e Carrazeda de Anciães.

Nos 50 quilómetros do seu curso, o Tua desce 138<sup>m</sup>. A queda, menos rápida até Caldas de S. Lourenço (2,80), duplica nos 14<sup>km</sup> restantes (4,50).

Ao passo que o Douro, Sabor, Tuela e Rabaçal passam a fronteira a altitudes entre 550 e 750<sup>m</sup>, o Tâmega tem o seu leito, ao entrar em Portugal, a 375<sup>m</sup>. De Verim à confluência da ribeira de Oura corre ao

longo duma depressão, recoberta em parte de depósitos pliocénicos e quaternários. O vale atinge em Chaves uma largura de perto de 5<sup>km</sup>, sofrendo, na passagem da fronteira, um ligeiro estrangulamento. O pendor é suave: 4<sup>m</sup> nos 7<sup>km</sup>,5 de Outeiro Sêco a Outeiro Jusão. Depois de correr entre as alturas do Facho e o maciço xistoso de Santa Bárbara, recebidas as águas da ribeira de Oura, o Tâmega abre nos xistos cristalinos e precâmbrios um vale estreito e profundo, entre as montanhas de Barroso e o Alvão, só dêle saindo na depressão de Ribeira de Pena. O declive, que é de 1,74 da fronteira à confluência da Ribeira de Oura sobe a 3,81 na secção seguinte, até Ribeira de Pena.

Os afluentes menores do Douro, Pinhão e Corgo, têm cursos pequenos com desníveis enormes. O Pinhão desce, nos 35 quilómetros da nascente à foz, de 1000 a 75<sup>m</sup>. O Corgo corre da nascente, em Vila Pouca, a Tourencinho num vale largo, em corredor, coberto de depósitos aluviais, através do qual a sua débil corrente mal se nota. De Tourencinho para juzante, a mutação é completa: o vale torna-se profundo e atormentado, interceptado por bruscas quedas de nível. O declive vai aumentando para a confluência (16,11 de Tourencinho a Vila Real; 18,32 de Vila Real à Régua).

#### CÁVADO

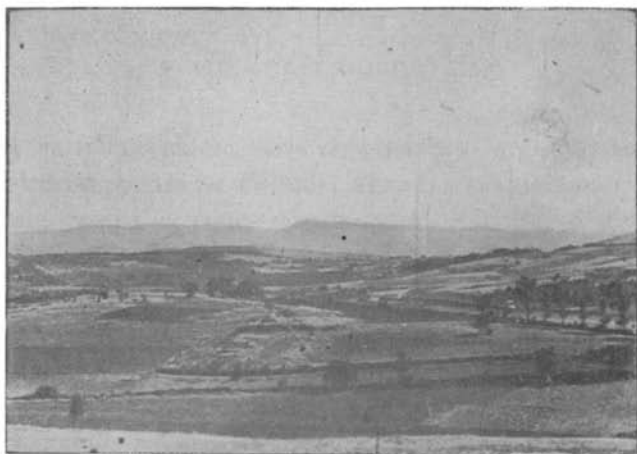
A parte norte do maciço de Barroso é domínio da bacia do Cávado. A serra das Alturas e as altitudes que a prolongam a nascente constituem a linha divisória das águas entre o Cávado e o Tâmega.

Várias ribeiras que nascem na vertente ocidental do Larouco, a altitudes de 1300 a 1400<sup>m</sup> e se reúnem no sopé da serra, dão origem ao Cávado. O rio, corrente insignificante ainda, cinge o morro em que se levanta o castelo de Montalegre, tendo o seu leito à altitude de 950<sup>m</sup> e, até Fiães, num percurso de 17<sup>km</sup>, corre numa alta planície, enquadrada do norte pelos picos e serras que, como atrás se viu, estabelecem a ligação do Larouco com o Gerez. O declive, que é de 13,9 de Padroso a Montalegre, ainda próximo das origens, desce a 5,20 de Montalegre a Covelães. Nas proximidades de Fiães o pendor aumenta extraordinariamente; um verdadeiro corte no traçado do vale precipita o rio numa série de rápidos. É o ciclo dos vales actuais que começa a fazer-se sentir. A queda atinge 400<sup>m</sup> nos 4,6<sup>km</sup> que separam Cela de Fiães, ou seja 86,9 por quilómetro. Sempre encaixado, o Cávado recebe em Vila Nova as águas do Regabão, depois do que abre passagem entre o Gerez e Cabreira. O seu leito, à entrada no Minho, perto de Ruivães, está a 300<sup>m</sup> de altitude.

O Regabão(1) corre paralelamente ao Cávado, assinalando em quasi todo o seu curso o sopé oriental da serra das Alturas. Na Venda Nova torce para NW, indo lançar-se abruptamente no Cávado. O declive, de 8,23 nos 25<sup>km</sup> de S. Vicente da Chã à Venda Nova, setuplica nos 6<sup>km</sup> finais (55<sup>m</sup> por quilómetro).

---

(1) Rabagão, nas cartas. Os habitantes de Barroso dizem sempre Regabão.



**ASPECTOS DO PLANALTO DE BRAGANÇA.**

No último plano o planalto silúrico da Lombada.



**PLANALTO DE BARROSO.**

No último plano os relevos que unem o Gerez à Serra do Larouco.  
Montalegre, com os seus dois bairros.

O Cávado corre no sopé do monte em que se levanta o castelo.

*Clichés V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

## 4. FORMAÇÃO DO RELÊVO

A existência duma série de planaltos, erguidos sensivelmente à mesma altitude, através do quais os rios abrem cortes estreitos e profundos, constitui o traço peculiar do relêvo trasmontano. Êsses planaltos representam uma antiga plataforma de erosão. A história da formação do relêvo resume-se, em última análise, na história dessa plataforma. Como se constituiu e como evolucionou? (1)

O maciço galaico-duriense, formado por xistos cristalinos e sedimentos paleozóicos, foi dobrado em consequência de movimentos orogénicos da era primária. Os últimos e mais importantes ocorreram no período carbónico e dêles resultou a formação duma cadeia de montanhas pertencente ao sistema hercínico, de direcção NW-SE ou armoricana (2).

---

(1) O atraso da investigação sôbre estes problemas torna difícil reconstituir a história geológica da região.

Devemos ao nosso amigo sr. Dr. Hermann Lautensach, que conhece Portugal e sôbre êle publicou notáveis trabalhos, a gentileza dalgumas informações, que muito agradecemos.

(2) Sôbre os movimentos prè-hercínicos e hercínicos veja-se J. Macpherson, *Ensayo de historia evolutiva de la Peninsula Ibérica*; ANALES DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIA NATURAL. Madrid, t. XXX, 1901, págs. 127 e seg.; P. Choffat, *Noticia sobre a carta hypsometrica de Portugal* (versão portuguesa). Lisboa, 1907, passim; E. Fleury, *Les plissements hercyniens en Portugal (Ridements calédoniens et dislocations atlantiques)*. COM. SERV. GEOL. PORT., t. XIII, 1919-1922, págs. 65 e seg.

A direcção das dobras hercínicas é também em Trás-os-Montes

Se os movimentos prè-hercínicos e hercínicos têm importância para o geólogo, só secundariamente interessam ao geógrafo; influíram na estrutura geológica do sub-solo, mas nada têm a ver com as formas actuais da superfície. A erosão posterior fêz desaparecer completamente os relêvos tectónicos, surgindo no seu lugar uma superfície mais ou menos ondulada: o território foi reduzido à condição de peneplano.

Desconhecem-se os episódios da longa evolução dêste peneplano. Pode supor-se que as dobras hercínicas começaram a ser demolidas logo após a sua surrecção e que a erosão, embora progredindo diferentemente consoante a natureza do solo, era facilitada pelo facto de incidir sôbre uma morfologia ainda recente. Assim, pouco a pouco, se deu a ablação de grande parte dos sedimentos silúricos que recobriam as formações mais antigas. As intrusões graníticas são igualmente despidas da sua cobertura xistosa, aparecendo por grandes extensões à superfície.

A época secundária vê de-certo continuar a obra persistente dos agentes externos. As transgressões marinhas que caracterizam êste período da história da terra não se fazem sentir em Trás-os-Montes. O território continua emerso, exposto directamente à actividade erosiva.

Nos meados da época terciária, o peneplano deve estar definitivamente constituído. Pode figurar-se como

---

de E-W, como nos três sinclinais que correspondem ao afloramento de quartzitos silúricos que assinala o cotovelo do Douro à sua entrada em Portugal.



uma superfície quasi horizontal, acima da qual emergem algumas zonas mais elevadas, porventura inclinada para SW e W, pois nesse sentido se faria já o escoamento das águas.

A região trasmontana passa agora por novas vicissitudes. Movimentos epírogénicos modificam a sua altitude em relação ao nível de base (1). O levantamento não se fez uniformemente, é maior a ocidente que a oriente. De facto, como atrás se viu, os planaltos, que se encontram quasi por toda a parte a uma altitude vizinha de 700<sup>m</sup>, sobem a leste do Corgo, entre Vila Pouca e Vila Real, e no Alvão a 800-1000<sup>m</sup>. A massa mais importante de montanhas da região a norte do Douro situa-se também aí. Um eixo de culminação máxima corresponde, portanto, à parte mais ocidental de Trás-os-Montes.

Estes movimentos terciários decerto se fizeram sen-

---

(1) René Musset, num pequeno artigo sobre a tectónica e o relêvo do norte de Portugal publicado em 1922, admite que a região setentrional portuguesa e possivelmente também a parte vizinha da Meseta em Espanha foram afectadas, na época terciária, por enrugamentos caledónicos e hercínicos póstumos. — *Note sur la tectonique et le relief du Portugal septentrional*. BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ GÉOLOGIQUE ET MINÉRALOGIQUE DE BRETAGNE, t. III, fasc. I, págs. 32-38. A hipótese do geógrafo francês carece de fundamento. Além de não aparecerem vestígios de dobras recentes, a topografia mostra por toda a parte, nas suas formas gastas, usadas, a influência duma longa erosão. A mesma idea de enrugamentos póstumos hercínicos, sem discriminação de idade, aparece em Mendes Corrêa, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Pôrto, 1924, pág. 33.

tir durante um longo período. Tendo em conta a idade dos depósitos que recobrem os terrenos antigos numa parte da Galiza e na região fronteira de Leão, podem datar-se do fim do mioceno (1).

Posteriormente à sua deformação, o peneplano foi recoberto de depósitos pliocénicos que constituem actualmente uma série de pequenas manchas, espalhadas um pouco por toda a parte. Entre o Douro e o Sabor formam uma bacia que se estende por 15<sup>km</sup> de S. Pedro da Silva a Sendim (Miranda) à altitude máxima de 782<sup>m</sup> e algumas minúsculas manchas a níveis também de 700 a 800<sup>m</sup>. Encontram-se igualmente ao longo do Sabor, desde a fronteira, assinalando o sopé oriental das serras de Montesinho e Nogueira a altitudes de 700 a 870<sup>m</sup> e, mais a sul, junto de Macedo de Cavaleiros, a 500 a 600<sup>m</sup>. A dispersão destes depósitos por uma grande parte do território mostra que ocupavam primitivamente uma área muito extensa; a erosão tê-los-ia feito desaparecer quasi por completo. O facto de mostrarem por vezes uma estratificação

---

(1) Os movimentos certamente começaram a fazer-se sentir antes do fim do mioceno, porque então uma série de pântanos, lagunas e braços divagantes de rios ocupava a Castela-a-Velha e os depósitos lacustres não se encontram no Alto Trás-os-Montes. Este regime lagunar corresponde, segundo Hernández Pacheco, ao sarmaciense e pontiense, sucedendo ao regime propriamente fluvial, que caracterizaria o tortoniense. — Veja-se Eduardo Hernández Pacheco, *Geología y paleontología del mioceno de Palencia*. Madrid, 1915, págs. 56 e seg. — Cf. *Los cinco rios principales de España y sus terrazas*. Madrid, 1918, pág. 27.

entrecruzada e o carácter rolado dos seus elementos prova uma origem fluviátil.

O levantamento do território trouxe como consequência a renovação do processo de erosão; os rios foram obrigados a excavar os seus cursos, abrindo as ravinas estreitas por onde actualmente correm. Como atrás se viu, o ciclo dos vales actuais está ainda no começo do seu trabalho.

Relacionada com os movimentos do fim do terciário está a formação das zonas de depressão assinaladas por P. Choffat na *Notícia sobre a carta hipsométrica* (1). Ao longo dessas duas linhas, zonas de menor resistência caracterizadas pela emergência de nascentes termais, a erosão exerceu-se com uma maior rapidez, dando origem às regiões deprimidas da Régua-Verim e do vale da Vilarça.

A primeira começa a sul do Douro, próximo da Régua, acompanha o curso do Corgo, passa nas Pedras Salgadas e Vidago e prolonga-se pelo vale superior do Tâmega até Verim. Choffat (2) divide-a em duas secções distintas, separadas pelo colo em que assenta Vila Pouca de Aguiar, a 718<sup>m</sup> de altitude — colo que constitui a linha divisória de águas entre o Corgo e o Tâmega e através do qual se passa facilmente da Padrela ao Alvão (3).

---

(1) Pág. 41. Veja-se a carta tectónica que acompanha o livro.

(2) *La ligne de dépressions Regoa-Verim*, etc. COM. COM. SERV. GEOL. PORT., t. XII, 1917, pág. 38.

(3) O sr. Dr. Amorim Girão, ao estudar a região do Caramulo,

A depressão mais oriental é assinalada pela inflexão brusca do Douro para norte, no ponto onde convergem, vindos respectivamente de norte e de sul, o Sabor e o Coa. A ribeira da Vilariza continua para norte a secção final do Sabor. O simples exame da carta geológica revela aí um desligamento horizontal do precâmbrico e do silúrico. É possível mesmo que se trate duma verdadeira fossa tectónica (1).

A continuidade desta linha para norte, ao longo do sopé oriental da serra da Nogueira até norte de Bragança (e ainda em Espanha, como se pode concluir da localização das termas de Calabor) é bastante mal definida.

Na longa evolução cujas linhas gerais ficam assim fugidamente traçadas são muitos os pontos obscuros sobre os quais é impossível lançar-se alguma luz. Como se constituiu a rede hidrográfica e se organizou o es-

---

admitia a hipótese desta linha se prolongar até ao extremo sul do maciço galaico-duriense. — *Bacia do Vouga — Estudo geográfico*. Coimbra, 1922, págs. 38-39. O sr. Dr. A. Ferraz de Carvalho relaciona também o alinhamento das serras do Caramulo-S. Macário-Montemuro com o Marão-Alvão, imaginando assim um vasto sistema montanhoso, acompanhado no seu sopé oriental por alinhamentos de fracturas e depressões. — *Problemas da orogenia portuguesa — O relêvo da orla sudoeste do planalto da Beira-Alta*. MEMÓRIAS E NOTÍCIAS DO MUSEU MINERALÓGICO E GEOLÓGICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1930, pág. 15.

(1) É a hipótese admitida por Lautensach, baseada no facto de a depressão ter sido ocupada por um lago cujo nível ficava 30<sup>m</sup> acima do nível do vale actual.

coamento das águas? ¿A que influências atribuir a direcção dos vales? O facto de o Douro manter o seu curso para SW e W, a-pesar-da inclinação geral da plataforma para E, prova que é anterior à sua deformação. Mas o traçado do rio na fronteira discorda também da estrutura, visto ter uma direcção quasi normal à das dobras hercínicas. A adaptação à estrutura hercínica verifica-se apenas em pormenores do traçado de quasi todos os rios e, claramente, no curso do Tinhela, afluente do Tua, sem que tenha contudo significação e importância numa vista de conjunto. A drenagem devia fazer-se no sentido do pendor do antigo peneplano; com a sua deformação, a rede hidrográfica teve de ajustar-se ao novo estado de coisas, tendendo a manter os primitivos traçados.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

## IV

### CLIMA

Região interior, longe do mar e isolada de certo modo das suas influências pela barreira montanhosa do Gerez, Cabreira, Padrela, Alvão e Marão, o Alto Trás-os-Montes tem um clima excessivo. O facto de ser uma zona planáltica e montanhosa, cortada de vales profundos, multiplica os contrastes climatéricos. Domina aqui um clima exposto às influências continentais, mas em que a variedade de condições topográficas e de exposição gera oposições muito acentuadas (1).

---

(1) O estudo regional do clima torna-se extremamente difícil pela insuficiência de estações meteorológicas, a sua má localização, a carência de séries de observações uniformes e paralelas, a pouca confiança que merecem certos dados. 1.º Há apenas dois postos que fornecem séries longas de observações: Montalegre e Moncorvo, o último já fora do Alto Trás-os-Montes. Junto das estações agrícolas de Vidago e Mirandela funcionam, desde 1924, postos meteorológicos cujas observações servem ao estudo das temperaturas e das chuvas, sem contudo permitirem comparações. 2.º Para o nosso caso, a situação das estações meteorológicas é péssima. Não existe um único posto de planalto. Montalegre fica muito a ocidente e a uma altitude de 1.027<sup>m</sup>; Miran-

## I. TEMPERATURA

A temperatura média anual diminui progressivamente de norte a sul: Montalegre 9°,8, Vidago 13°,1, Mirandela 14°,2, Moncorvo 14°,9.

Facto idêntico se verifica pelo exame das médias mensais, embora as séries de observações não coincidam, tornando assim difícil a comparação (1).

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Montalegre . (1895-1914)	3,1	4,2	5,2	8,3	10,8	14,3	17,8	17,5	15,0	10,1	6,5	4,4
Vidago . . . (1924-1930)	5,8	6,6	9,7	12,2	14,8	19,0	20,7	20,6	17,9	14,1	8,8	6,9
Mirandela . . (1925-1930)	5,6	7,3	10,0	12,8	15,8	20,8	23,1	23,3	20,9	15,3	9,1	7,1
Moncorvo . . (1895-1914)	5,6	7,9	10,4	14,1	17,2	21,0	24,7	24,6	21,0	15,4	10,1	7,2

dela e o Vidago estão situados em depressões, a altitudes muito baixas (240 e 320<sup>m</sup>); Moncorvo pertence já ao Douro. Nenhum destes postos representa, portanto, as condições médias do clima da região. 3.º Certas observações não merecem crédito, tais as relativas aos ventos no posto de Moncorvo.

(1) As médias referentes a Montalegre e Moncorvo foram extraídas de J. M. de Almeida Lima, *O Clima de Portugal Continental*. Lisboa; 1922, págs. 25 e 28. Para Mirandela e Vidago construímo-las com os números consultados nas respectivas estações agrícolas.



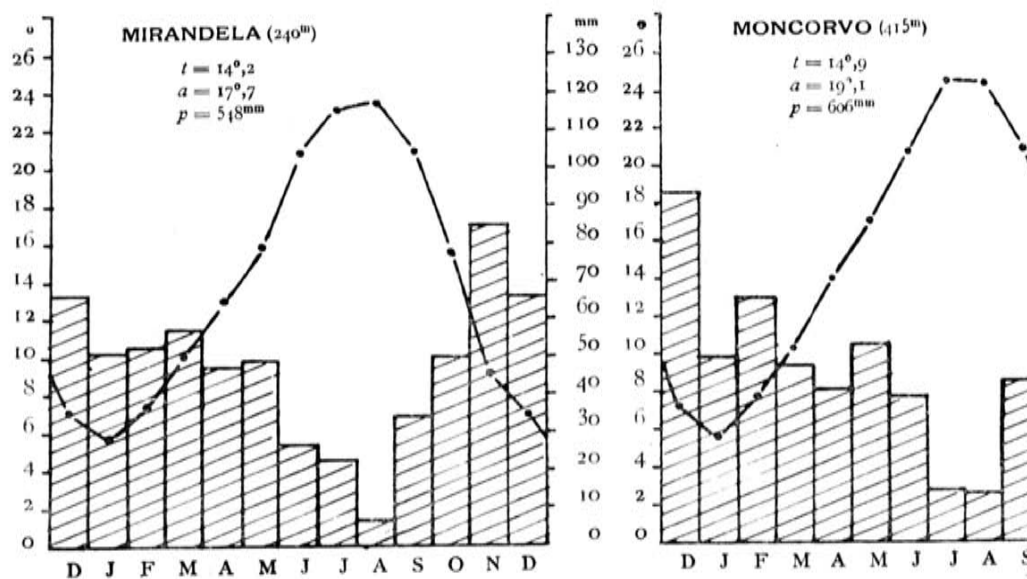
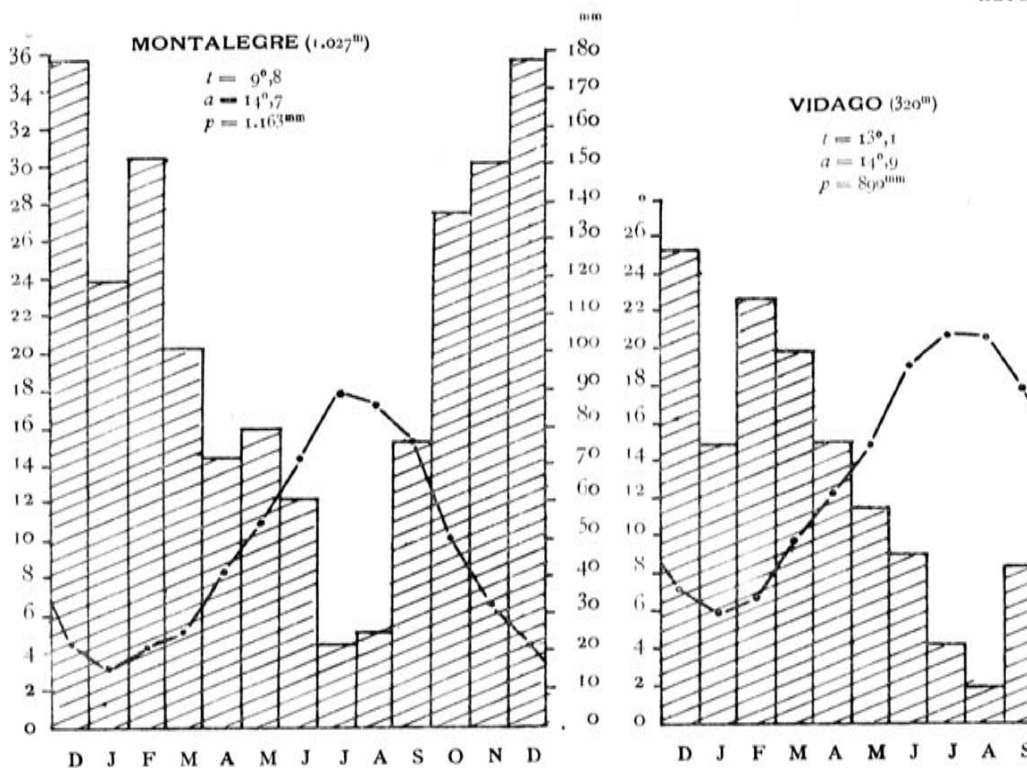
A-pesar-das diferenças de altitude entre as diversas estações, o quadro mostra a subida gradual das temperaturas no decurso do ano, de norte para sul. A diferença acentua-se principalmente nos meses de verão. Como o inverno nas terras mais altas do norte se antecipa e se prolonga ádianta pela primavera, são também sensíveis as diferenças entre as médias de Montalegre e as dos restantes postos nas estações de transição. Abril tem além 8°,3, 12°,2 no Vidago, 12°,8 em Mirandela, 14°,1 em Moncorvo. O mesmo desvio no outono. A média de Outubro é de 10°,1 em Montalegre, 14°,1 no Vidago, 15°,3 em Mirandela, 15°,4 em Moncorvo. Em Novembro está-se já em pleno inverno em Barroso e ainda os outros postos registam médias à volta de 9 e 10°.

A comparação dos gráficos ilustra melhor estas diferenças. A marcha das temperaturas caracteriza-se por uma ascensão paralela e uniforme na primeira metade do ano; a descida é igualmente paralela de Setembro a Janeiro. As curvas distanciam-se somente em Julho e Agosto; Vidago, Mirandela, Moncorvo têm no verão temperaturas médias respectivamente de 20°,1, 22°,4, 23°,4, enquanto Montalegre não excede 16°,5.

Esta acentuação das temperaturas estivais é um traço peculiar do clima de Mirandela. Por êle a bacia média do Tua merece o nome de *terra quente* que lhe dão as populações dos planaltos vizinhos. As suas afinidades com a região duriense expressa-as a linguagem popular quando afirma que «a terra quente vai de Tôrre a Tôrre» [de Tôrre de D. Chama a Tôrre

de Moncorvo]. Pelos seus invernos temperados, mas principalmente pelos seus verões secos e ardentes, a região de Mirandela constitui de facto um tipo de clima *semi-duriense*, reproduzindo, pôsto que esbatidas, as características que ressaltam do exame dos dados de Moncorvo. As condições especiais de altitude e sobretudo de exposição do vale médio do Tua, com a sua moldura de montanhas que o isola da influência dos ventos de N, NE e E, criam esta *nuance* particular de clima, bastante diferente do clima dos planaltos.

Numa região montanhosa e planáltica, sulcada por uma rede de vales profundos, orientados a sul, como Trás-os-Montes, êstes factores, a altitude e a exposição, vêm perturbar o jôgo normal da influência da latitude, dando origem a contrastes climatéricos muito bruscos. Confinando com os planaltos, surge por tôda a parte a margem abrigada da ribeira, o vale de temperaturas mais altas, propício às primícias agrícolas. Certas plantas, emissárias dum clima mais meridional, sobem do Douro muito para norte, favorecidas pela brandura do clima nos vales protegidos dos ventos. A amendoeira aparece à volta de Bragança e insinua-se, vindo de sul, na zona deprimida onde convergem o Sabor, o Maçãs e o Angueira. A linguagem do povo exprime êstes contrastes distinguindo a *terra quente* da *serra* ou *montanha*. Para as populações do vale de Chaves, por exemplo, o planalto que se estende a leste é a « montanha », região mais fruste, onde não crescem a vinha e a oliveira, terra pobre de centeio, castanha e lameiros. A oposição entre o clima dos vales e depressões e o clima dos planaltos



## CLIMATOGRAMAS DE TRÁS-OS-MONTES

$t$  temperatura média,  $a$  amplitude anual,  $p$  altura anual das chuvas.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

gera diferenças nas épocas da floração e maturação, nas datas dos trabalhos agrícolas portanto. A ceifa faz-se, na região de Mirandela, com antecipação de 40 dias sobre as terras mais altas do norte; o camponês de Bragança, Vinhais, Chaves e Barroso desce então a ceifar os trigos e centeios da *terra quente*, regressando a tempo de fazer a sua própria ceifa.

Em 16 anos de observações, Janeiro foi 7 vezes o mês mais frio, Fevereiro 5, Dezembro 3, Março 1 (1). O Alto Barroso oferece o tipo de clima mais frio. Montalegre tem no inverno uma média de mínimas absolutas de  $-3^{\circ},3$  (Dezembro  $-2^{\circ},6$ , Janeiro  $-3^{\circ},9$ , Fevereiro  $-3^{\circ},5$ ) enquanto Moncorvo, que representa o extremo oposto, acusa apenas  $0^{\circ},07$  (Dezembro  $0^{\circ},27$ , Janeiro  $-0^{\circ},80$ , Fevereiro  $0^{\circ},32$ ).

A temperatura mínima registada em Montalegre foi, no período referido, de  $-9^{\circ},1$  em 6 de Fevereiro de 1907; nesse mesmo dia o termómetro registava  $-3^{\circ},7$ , em Moncorvo. A média das mínimas absolutas anuais foi de  $-5^{\circ},3$  em Montalegre e de  $-1^{\circ},9$  em Moncorvo.

As mesmas diferenças se revelam noutros fenómenos meteorológicos. A neve, as geadas, o gêlo antecipam-se algumas semanas em Barroso, nos planaltos e montanhas do norte, prolongando-se mais tarde, pela primavera. Montalegre tem 43 dias de geada, Moncorvo apenas 16. Facto mais grave e de maior importância

---

(1) Em Montalegre. E em Moncorvo: — Janeiro 11 vezes, Dezembro 4, Fevereiro 1. — Estas médias, bem como os dados e médias que se seguem, referem-se ao período de 1906-1921, segundo os *Anais do Observatório « Infante D. Luis » — Observações dos postos meteorológicos* (último volume publicado, 1921).

geográfica:— se em Moncorvo as geadas caem nos meses de inverno e, excepcionalmente, uma ou outra na primavera, nas regiões mais setentrionais uma grande parte cai já em plena primavera. No período de 1906–1921 não há mês nenhum do ano que tenha escapado em Montalegre a êste fenómeno; a proporção das geadas caídas na primavera foi de 28 0/0. Março regista geadas em todos os anos, salvo 1908; em Abril caem ainda com freqüência (11 dias em 1912, 13 em 1926, 12 em 1921). As conseqüências que daqui resultam são naturalmente desastrosas. Mais que o seu clima rigoroso, as geadas tardias explicam o motivo por que em Montalegre quasi se não vê uma árvore de fruto e a vinha é desconhecida.

Agôsto é por tôda a parte o mês mais quente (1). Desde fins de Abril e comêço de Maio os frios alternam com os calores. O verão é relativamente fresco em Barroso, mas as altas temperaturas vão-se acentuando à medida que se desce para sul ou se caminha para leste. Nas depressões e vales, nas encostas que sofrem os efeitos da reverberação solar, o calor é sufocante, agravado ainda pela extrêma secura. Mirandela, mercê das circunstâncias atrás referidas, tem um verão ardente, de altas temperaturas, que ainda mais se acentuam em Moncorvo, onde o termómetro sobe freqüentemente acima de 35°, em Julho e Agôsto. Em 19 de Agôsto de 1918 registava Moncorvo a máxima de 39°,1 e Montalegre a de 35°,7.

---

(1) Em Montalegre, no período de 1906–1921, Agôsto foi 10 vezes o mês mais quente, Julho 4, Setembro 1. Em Moncorvo, Agôsto 11, Julho 5.

Região continental, sofrendo os efeitos duma insolação e irradiação que a secura do ar favorece, os saltos térmicos são muito acentuados. A amplitude anual atinge por vezes mais de  $40^{\circ}$  [ $41^{\circ},6$  em Montalegre,  $45^{\circ},2$  em Moncorvo, em 1918]. As mais fortes oscilações térmicas mensais e diárias verificam-se nas estações de transição, de Março a Maio, em Setembro e Outubro.

## 2. OS VENTOS

O regime de ventos reflecte duas influências opostas — a do mar e a do continente. A primeira traduz-se especialmente por ventos de W, NW e SW, a segunda por ventos de E e NE (1).

Das observações feitas em Montalegre se vê que os ventos dominantes no decorrer do ano são os de W e E, que sopram quasi com igual frequência, seguindo-se-lhes em importância os de N, NE e NW. Em Moncorvo a superioridade pertence aos de NE e W, vindo em seguida os de SW, NW e E.

Os ventos de W sopram com frequência todo o ano

---

(1) Na impossibilidade de utilizarmos os dados de Moncorvo, que não merecem confiança, restavam apenas os de Montalegre. Por isso renunciamos a dar quaisquer médias numéricas que, tratando-se duma única estação meteorológica, situada além disso num extremo da região, pouco significariam. Vejam-se os quadros e rosas dos ventos referentes aos dois postos trasmontanos em Pedro Ribeiro de Almeida, *Estudo dos ventos em Portugal*. REVISTA DE ENGENHARIA MILITAR, 18.º ano, n.º 6, Junho de 1913, págs. 276 e seg.

em Montalegre, predominando na primavera e verão. Facto idêntico se observa em Moncorvo, onde, no entanto, os ventos dos quadrantes de NW e SW têm relativamente uma importância maior que em Montalegre.

Este regime de ventos depende das condições atmosféricas do Atlântico norte. Durante o ano um máximo barométrico ocupa a vizinhança dos Açores e uma zona de baixas pressões localiza-se a norte, nas alturas da Islândia. Dum para o outro estabelece-se um regime de ventos que invadem o continente. Como o anticiclone dos Açores e o ciclone da Islândia se deslocam com a marcha das estações, as correntes atmosféricas sopram quer de NW ou W, quer de SW. Dos ventos oceânicos, o predomínio pertence em Montalegre durante todo o ano ao quadrante de W; ao de W na primavera e verão, ao de SW no outono e inverno, em Moncorvo.

A influência continental faz-se sentir principalmente no inverno, quando às terras arrefecidas corresponde um máximo barométrico que envia para o mar ventos de E e NE. Os primeiros predominam em Montalegre de Novembro a Março; Moncorvo regista a supremacia dos de NE durante o inverno, sendo na primavera sensivelmente igual a frequência dos ventos marítimos e continentais.

A meteorologia de Trás-os-Montes é função, portanto, da convergência e luta destas duas influências contraditórias. Como é natural, a influência oceânica faz-se sentir muito menos que no Entre Douro e Minho, sobretudo porque a linha de relêvo do Gerez-Cabreira,



Alvão-Marão representa um obstáculo à livre circulação dos ventos atlânticos. A situação «trasmontana» em relação ao mar torna mais acentuada a continentalidade da região, que tem já, a oriente, certos traços dos planaltos castelhanos.

Influência continental e influência oceânica resumem-se e sintetizam-se nas duas correntes dominantes de E ou NE e de W. O predomínio alternado duma e doutra explicam as vicissitudes, a mobilidade do tempo, tão freqüentes na primavera e mesmo no inverno. A constância dos ventos de E e NE dá às vezes a certos períodos daquelas estações uma fisionomia especial: — os dias são então extraordinariamente frios, a fixidez e pureza do céu inalteráveis, abundantes as geadas. O vento nordeste ou leste que sopra no inverno designa-o o povo pelo nome de *sieiro*; se o teme pelo rigor do frio, reputa-o favorável às culturas, estimulante para o cereal em crescimento, «criançoso». Na região de Bragança, o vento nordeste é o *burganés* ou *burgalés*, que sopra do planalto castelhano, designado em terra de Miranda por *ayre de riba*. A alternativa de frio e de calor, consequência duma irradiação nocturna e duma insolação diurna que a secura do ar acelera, tradu-la o rifão

Ayre de riba  
ayre treidor  
pola manhana friu  
a la tarde calor (1).

---

(1) Os provérbios foram recolhidos nas excursões feitas na

Os ventos de W e SW são por excelência os ventos da chuva. Mas a disposição do relêvo, a orientação quasi meridiana dos vales e depressões (2) provocam um verdadeiro desvio destas correntes atmosféricas, de sorte que o vento pluvioso sopra num grande número de localidades, não de W ou SW, mas de S. Venha, porém, dos quadrantes ocidentais ou já de S, é sempre para o povo o *vento de baixo*.

A estas correntes principais juntam-se outras, de menor importância, mas que pela sua frequência e, mais ainda, pela sua má reputação têm lugar à parte na meteorologia do camponês: o vento norte e o vento leste que sopra de verão. Ao primeiro, que ocupa o terceiro lugar na ordem de frequência em Montalegre, chamam na região oriental de Trás-os-Montes *vento galego*; se em Barroso e Chaves é um vento norte, além Tua sopra já de NW. Frio, cortante, um pouco húmido, o camponês atribui-lhe uma nefasta influência nas culturas.

O vento leste de verão, raro em quasi todo o Alto Trás-os-Montes, é o *suão*, sêco e ardente. A disposição do relêvo impõe-lhe nalguns lugares uma direcção de SSE e mesmo até de S.

---

região; damos em mirandês os extraídos da colecção registada em terra de Miranda.

(2) Nalguns destes vales e depressões os ventos sopram com extraordinária violência. Assim em Vila Pouca, batida de ventos do sul fortíssimos, que enfiam pelo vale do Corgo.

## 3. AS CHUVAS

No seu regime e distribuição, as chuvas reflectem igualmente a acção das influências marítimas e continentais.

A altura anual da chuva varia de cêrca de 1.200<sup>mm</sup>, o máximo, a pouco mais de 500<sup>mm</sup>, o mínimo: Montalegre, 1.163<sup>mm</sup>; Vidago, 890<sup>mm</sup>; Moncorvo, 606<sup>mm</sup>; Mirandela, 548<sup>mm</sup> (1).

Êstes números não podem comparar-se absolutamente; se em Montalegre e Moncorvo representam a média de 20 anos de observações, no Vidago e em Mirandela correspondem a uma série de 6 anos apenas (2). Mostram, porém, imediatamente o contraste entre o extrêmo oeste de Trás-os-Montes e as regiões mais orientais.

A diferença resulta da influência do maciço montanhoso que limita a ocidente Trás-os-Montes. Levantando-se a altitudes de perto de 1.500<sup>m</sup>, constitui uma linha de condensação que atrai as massas de ar húmido que sopram de W e SW, mas priva, por isso mesmo, de precipitações abundantes a parte do território que lhe fica a leste. O contraste tão marcado

---

(1) Para Montalegre e Moncorvo as médias anuais e mensais são as de Almeida Lima, ob. cit., págs. 25-26 e 27-28. As médias de Vidago e Mirandela foram calculadas segundo os números consultados nas respectivas estações agrícolas.

(2) Com a agravante de êstes seis anos representarem um período geralmente sêco.

com o regime pluviométrico do Minho, mais que do afastamento do mar, deriva da diferente exposição aos ventos oceânicos: a secura da zona interior é, antes de mais, função da sua situação « trasmontana ».

Como é natural, a degradação das influências marítimas acentua-se à medida que se caminha para oriente. Vidago, na proximidade das montanhas de oeste, embora situado numa depressão — a 340<sup>m</sup> de altitude —, tem uma queda anual que quasi atinge 900<sup>mm</sup>; no extremo oposto, perto da fronteira oriental, Moncorvo regista apenas 606<sup>mm</sup>.

A distância do mar, a altitude e a exposição regulam por tôda a parte a pluviosidade. Às regiões mais altas, expostas mais directamente aos ventos dos quadrantes occidentais, correspondem maiores precipitações; aos vales e depressões, mínimos pluviométricos. Mirandela, centro duma depressão abrigada dos ventos, cercada de zonas altas mais frias, realiza o tipo de regime pluviométrico de vale; as nuvens pluviosas passam sem nada as deter, levando a humidade às montanhas e planaltos circunvizinhos.

Mais que o total das chuvas, interessa a sua distribuição no decorrer do ano :

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Montalegre. . . (1895-1914)	118,1	150,9	100,6	70,8	78,7	60,0	20,9	24,0	74,6	136,6	150,0	177,8
Vidago. . . . . (1924-1930)	74,8	113,8	109,8	74,8	57,1	45,6	21,2	9,9	41,9	80,0	134,7	126,3
Mirandela . . . (1924-1930)	50,9	52,0	56,8	46,9	48,7	26,6	23,4	7,5	34,0	50,3	84,7	66,4
Moncorvo . . . (1895-1914)	49,1	64,7	46,3	40,0	52,2	38,0	13,0	12,5	41,9	79,6	76,5	92,2

Vê-se daqui que as chuvas se distribuem muito irregularmente pelos diferentes meses. A partir de Outubro caem com abundância, atingindo o máximo em Novembro (Vidago, Mirandela) e Dezembro (Montalegre, Moncorvo). Janeiro, Fevereiro e Março são ainda caracterizados por fortes precipitações. O último mês tem uma queda inferior a Janeiro e Fevereiro, mas acusa quasi sempre um maior número de dias pluviosos, o que significa serem mais raros os fortes aguaceiros, mas mais constante a humidade. De Abril em diante a pluviosidade diminui, com uma ligeira subida em Maio, provocada pelas chuvas de trovoada, então frequentes. Junho, e mais ainda Julho e Agosto, são meses de fracas precipitações. O mínimo pluviométrico corresponde a Agosto em todos os postos, salvo em Montalegre, onde cai em Julho.

A distribuição das chuvas pelas estações do ano, embora com o inconveniente de anular as diferenças mensais dentro de cada estação, sintetiza e resume as condições pluviométricas de Trás-os-Montes:

**Proporção (%) da altura anual das chuvas**

	Primavera	Verão	Outono	Inverno
Montalegre . . . .	21,5	9	31	38,5
Vidago . . . . .	27,2	8,6	28,8	35,4
Mirandela . . . .	27,8	10,5	30,8	30,9
Moncorvo . . . .	23	10,4	32,6	34

A fisionomia do regime pluviométrico define-se, portanto, nas suas grandes linhas, por precipitações abundantes no outono e inverno, com máximos de inverno, chuvas ainda fortes na primavera e mínimo de verão. São as condições gerais realizadas em todo o país, que participa assim ao mesmo tempo da natureza atlântica e mediterrânica. O regime de chuvas de outono e inverno é um traço atlântico, reproduzido em tôda a costa ocidental da Europa, que se traduz não só na abundância das precipitações como na sua frequência. Os três meses de Outubro, Novembro e Dezembro têm em Montalegre e Moncorvo 35,2 e 24,3 dias de chuva, ou seja uma percentagem de 32,8 e 33,4 % do total do ano (1).

O verão sêco é uma característica do regime pluviométrico trasmontano. O predomínio pertence ainda na estação quente aos ventos marítimos; simplesmente, como a terra está então sujeita a altas temperaturas, êstes ventos aquecem, afastando-se cada vez

(1) Médias do período de 1909-1921.

mais do ponto de saturação. A secura reina por tãda a parte, as nascentes extinguem-se ou vêem o seu caudal reduzido, secam as ribeiras, os rios tornam-se correntes insignificantes. A hidrografia regista com tanta fidelidade como os udómetros e pluviómetros êste carácter particular do verão, que se reflecte não só nas médias pluviométricas como no número de dias de chuva. Montalegre acusa em Julho e Agôsto 6,5, Moncorvo 3,0 (1).

As chuvas violentas caem principalmente no fim do outono e comêço do inverno. Outubro, Novembro e Dezembro registam uma percentagem maior de máximos diurnos que os restantes meses. Montalegre tem, em 1913, dois máximos superiores a 50<sup>mm</sup> (70<sup>mm</sup>,3, a 10 de Novembro, 66<sup>mm</sup>,3, a 6 de Outubro); Vidago acusa 69<sup>mm</sup>,8 em 23 de Dezembro de 1927. Em Moncorvo as chuvas maiores raramente atingem 50<sup>mm</sup>; no período de 1906-1921, os máximos foram de 61<sup>mm</sup>,0 (1907) e 51<sup>mm</sup>,0 (1909). Certos períodos de outono e inverno, em anos mais húmidos, caracterizam-se por precipitações abundantes e contínuas. Em 1909, ano de cheias célebres, caíram de 17 de Novembro a 25 de Dezembro 262<sup>mm</sup> em Montalegre, 217<sup>mm</sup> em Moncorvo; Montalegre regista, de 23 de Outubro a 13 de Novembro de 1913, 19 dias de chuva com 355<sup>mm</sup>,1 e 300<sup>mm</sup>, de 1 a 8 de Novembro de 1916.

A contrapor a êstes, alguns outonos e invernos são extraordinariamente secos. O ano de 1917 pode servir de exemplo: de meados de Outubro a fim de Dezem-

---

(1) 1909-1921.

bro Montalegre tem apenas 11 dias de chuva com 22,<sup>mm</sup>1, Moncorvo respectivamente 4 dias e 9,<sup>mm</sup>6. As conseqüências são desastrosas, se estas condições excepcionais se prolongam pela primavera. De Setembro de 1906 a Abril de 1907, Montalegre regista apenas 401<sup>mm</sup>,9, o equivalente a 40 0/0 da média normal para êsses oito meses. A secura é maior ainda em Mirandela no período que vai de Outubro de 1928 a Maio de 1929: no total 106<sup>mm</sup>,6 de chuva (23 0/0 da queda normal).

#### 4. AS ESTAÇÕES E OS TRABALHOS AGRÍCOLAS

A variada combinação das influências que acabam de examinar-se dá ao Alto Trás-os-Montes estações bem individualizadas. Sujeita à tirania dos elementos, a gente dos campos exprime essa dependência dum modo pitoresco, criando para seu uso um calendário em imagens e ditados expressivos. Tôda a actividade duma população exclusivamente agrícola, como a tras-montana, rege-se pela marcha das estações; seguir esta é o mesmo, portanto, que surpreender o ritmo da vida rural, a pulsação dos trabalhos dos campos.

#### INVERNO

O inverno começa cedo e acaba tarde. O prolóquio *nove meses de inverno e três de inferno*, comum a Castela e a uma parte de Trás-os-Montes, traduz a



redução do jôgo das estações à alternativa dum longo inverno e dum verão curto e ardente. As oscilações das médias mensais da temperatura são pouco sensíveis. Dezembro, Janeiro e Fevereiro têm respectivamente em Montalegre 4°,4, 3°,1, 4°,2; no Vidago 6°,9, 5°,8, 6°,6; em Mirandela 7°,1, 5°,6, 7°,3. O frio é geral, a amplitude diária pouco acentuada.

O fim de Outubro acusa uma descida brusca do termómetro, que se torna mais marcada através do mês seguinte. Em fins de Novembro chegam os grandes frios que persistirão durante muito tempo.

Dia de Santo Andrés [30 de Novembro]  
pica l'embêrno de beç.

As geadas começam a cair consoante os lugares no fim de Outubro e princípios de Novembro. Janeiro, em que as noites são freqüentemente límpidas e a irradiação intensa, é um período de grandes geadas. Dêle reza o rifão

Janeiro  
geladeiro.

A neve cai com freqüência numa parte do Alto Trás-os-Montes, tanto mais quanto a pluviosidade é maior: Montalegre 22 dias (1906-1921). Nas montanhas da fronteira setentrional, em Barroso, no Alvão e Marão, as nevadas sucedem-se, persistindo por muito tempo. Na serra da Corôa caem 30 a 40 por ano, chegando a neve a atingir algumas vezes 1<sup>m</sup> de altura. Em Abril neva ainda abundantemente em Barroso e, a-pe-

sar-dos anos serem ùltimamente menos frios, em 1928 nevou em Julho, andava-se na ceifa do centeio. A serra das Alturas mantém-se durante muito tempo coberta de neve. Em Montesinho os primeiros flocos caem em meados de Outubro, estando às vezes oito dias e mais consecutivos a nevar; as tempestades de água, vento e neve são fenómeno freqüente quando sopra o *vento de baixo*, obrigando alguns anos os lavradores a conduzir os rebanhos para as terras mais quentes do sopé da serra.

A neve não assusta o camponês, que a considera « estrume para a terra »; sob o manto branco o grão frutificará com maior vigor

P'ra o ano ser bom de pão  
sete neves e um nevão.

As chuvas do fim de outono tornam-se mais intensas ao começar Novembro

Al día de Todos los Santos [1 de Novembro]  
pingan los tramos

a época dos nevoeiros (*nubrinha, cenceno*). Os dias de chuva miúda, monótona e persistente, de névoa e frio intenso são característicos dêste mês, alternando com os aguaceiros

Em Novembro e no mês do Advento  
racham as fragas co' a água e co' o vento.

Os frios de Janeiro abrandam um pouco em Feve-

reiro que, por alguns indícios, se pode considerar já o precursor da primavera

Em Fevereiro  
entra o sol no abixeiro.

É uma época de chuviscos, de «merujas» com intervalos de sol, um período mais doce no rigor do inverno. Mas o lavrador não se ilude; sabe por experiência que terá de suportar ainda grandes frios, que sòmente metade do inverno decorreu

Quando la Candêla tchôra [2 de Fevereiro]  
iã l'embêrno bai fôra  
mas tchôre que cante  
hai embêrno atrás e alantre.

Aliás êste relativo interregno no reinado do frio é perigoso por fazer adiantar a germinação, expondo as plantas ao retôrno das baixas temperaturas no mês seguinte

Fevereiro quente  
traz o diabo no ventre.

Antes a chuva, necessária aos cereais em pleno crescimento e às ervas dos prados

Se não chove em Fevereiro  
nem bom pão nem bom lameiro.

O inverno é na maior parte do Alto Trás-os-Montes uma quadra de repouso quási absoluto, *lâ primabêra dal lhabrador* como dizem os mirandeses. Descan-

sa-se da faina das sementeiras, aguardando os trabalhos da primavera. Se a estação é dura, não assusta ninguém, pois nesta região de pequenos proprietários quasi todos têm o suficiente pão para a bôca. Drenar os lameiros, cuidar do gado, assegurar a provisão de lenha e de mato para estrume são os únicos cuidados do camponês. Apenas nas regiões onde a viticultura e sobretudo a olivicultura caracterizam a economia rural, o inverno corresponde a um período de grande actividade. Na sucessão dos trabalhos agrícolas, os meses de Dezembro e Janeiro representam em Mirandela um máximo de trabalho, no vale de Mirandela mesmo com importação de mão de obra das regiões limítrofes para a apanha da azeitona.

## PRIMAVERA

A partir de Fevereiro as médias termométricas sobem gradualmente: — 6°,6 em Fevereiro, 9°,7 em Março, 12°,2 em Abril, 14°,8 em Maio (Vidago). As variações diárias são muito sensíveis, registando-se com freqüência amplitudes superiores a 20°. A média das máximas é em Montalegre no mês de Abril de 20°,0 e de -2°,1 a das mínimas; em Maio, a diferença é ainda maior (24°,2 e 1°,4). Mirandela regista em Março de 1926 as temperaturas extremas de 24°,5 e -1°,5, em Abril de 1927, 29°,0 e -1°,0, em Maio de 1926, 31°,5 e 2°,5. O solo aquece bastante de dia, mas nas noites, freqüentemente limpidas, a irradiação é muito intensa. Os ventos mostram uma tendência acentuada a saltar bruscamente dum quadrante a outro. As influências continentais e oceânicas predominam

alternadamente, por vezes dentro dum periodo muito curto, resultando daí um tipo de tempo caprichoso e flutuante. A primavera é uma época de perturbações, de variações bruscas, cuja fisionomia tarda a definir-se claramente.

Março é um mês nitidamente pluvioso (100<sup>mm</sup>,6 em Montalegre, 109<sup>mm</sup>,8 no Vidago, 56<sup>mm</sup>,8 em Mirandela) e ao mesmo tempo uma época de ventos fortes e agrestes que, quando sopram dos quadrantes continentais, fazem descer sensivelmente o termómetro. Conquanto em Abril venha a chuva e no fim da primavera calor e secura, o lavrador folgará

Marcio eiroso  
 Abril tchubioso  
 Maio pardo  
 São João claro  
 faen al año fermoso.

Março representa a última ofensiva do inverno, por vezes com temperaturas mais baixas que Fevereiro. Alguns flocos de neve caem ainda, neve fria e pouco consistente, que é quasi água: são as *marciadas*, como se designam na região de Bragança e Vimioso.

O mês de Abril mantém ainda bastante acentuado o carácter inconstante que o rifão acusa em Março

Março, marçagão  
 p'la manhã cara de cão,  
 ao meio dia cara de rainha  
 à noite sega co' a foicinha.

Alternam, no mesmo dia, os chuviscos e o sol; as chuvas, desde que não sejam fortes, são particularmente benfazejãs para as culturas.

O retôrno das geadas tardias pelo fim da primavera, quando em noites límpidas a irradiação se faz intensamente, inspira cuidados pelos renovos. Nada perdura tanto na memória da gente do campo como a lembrança destas geadas nefastas de Abril e Maio.

Mas não só o receio das geadas, senão o temor da chuva demasiada ou da secura grande preocupa o camponês na primavera. A tôdas as horas, a todos os momentos, êle interroga com ansiedade o céu. É que se atravessa o período crítico que decidirá da colheita, do bom ou do mau ano; em nenhuma outra estação as relações que unem o trabalho rural ao clima aparecem tão flagrantemente.

Com Maio entra-se num período mais estável. Anuncia-se o verão, o termómetro sobe. A passagem duma estação a outra é assinalada por trovoadas freqüentes, quasi sempre acompanhadas de granizo e saraiva. O período de Maio e Junho regista uma percentagem muito grande de trovoadas do total do ano (37,5 % em Montalegre, 40 % em Moncorvo) (1). Por vezes, o fenómeno manifesta-se duma maneira desastrosa para as culturas. Em 29 de Maio de 1922 houve em Carção (Vimioso) uma trovoadá enorme com queda de saraiva; as pedras, quasi do tamanho de nozes, chegaram a matar algumas cabeças de gado. Em 10

---

(1) 1906-1921.

de Junho de 1929 sobreveio na região de Valpaços uma outra, que só na vila inutilizou mais de 500 pipas de vinho. Em 4 de Junho de 1930 uma nuvem vinda de SW descarregou sobre Brunhosinho (Mogadouro) uma terrível trovoadá acompanhada de granizo que destruiu as culturas; o granizo conservou-se perto de 15 dias no solo.

A aparição dos primeiros renovos e a floração faz-se, em região de tão vivos contrastes climatéricos, em épocas diferentes consoante as condições de exposição e altitude. Na região de Mogadouro a diferença é de um mês do sul (por exemplo, Meirinhos) para Mogadouro, de 15 dias de Mogadouro para Variz e Sanhoane, mais a norte. Em 2 ou 3<sup>km</sup>, vão 15 a 20 dias de diferença das margens do Douro, Sabor e os outros rios para as povoações dos planaltos, mais próximas. Em terra de Barroso, a diferença regula por 15 dias de Covelo do Gerez, num vale mais quente, para Vila da Ponte, sobre o Regabão, e de um mês, da primeira localidade para Coimbró, na serra das Alturas. Regra geral, pode afirmar-se que, no têrmo da mesma povoação, a diferença oscila entre 8 e 15 dias dos sítios mais fundos e abrigados para os mais altos.

Com o despertar das energias da terra começa um período de trabalhos agrícolas mais intenso. A inactividade do inverno cessou. À primeira lavra (a *decrua*) — trabalho fácil porque a terra húmida deixa penetrar sem obstáculo o arado — que se faz de Janeiro e Fevereiro a Março, especialmente no último mês, juntam-se os trabalhos das hortas, da vinha e oliveira, a sementeira da batata e, na região onde predomina

o milho, a dêste cereal. Não é um trabalho pesado, intenso como o das colheitas, mas constante e regular.

#### VERÃO

O verão é, por tôda a parte, quente e sêco. De Maio para Junho, o termómetro acusa uma subida brusca e nova ascensão de Junho para Julho. A temperatura mantém-se depois elevada e constante. O calor extremo torna-se sufocante nos vales abrigados. Se em Montalegre as temperaturas superiores a 31° são excepção, em Moncorvo chegam a atingir 38 e 39°. Nos anos de 1924 a 1930 Mirandela regista em Julho duas máximas de 40° e duas de 39° e em Agosto uma de 41° e três de 40°.

Mais que o calor, a secura torna o verão trasmontano difícil de suportar. Os campos, sob a acção dum sol ardente, sofrem da penúria de água. Nos planaltos, quasi despídos de manto vegetal, desprende-se do solo árido, endurecido, a escaldar, da extensão monótona que se prolonga até longe e onde não corre um fio de água, uma desoladora impressão de deserto.

Em Junho a secura é ainda mitigada por algumas chuvas trazidas pelas trovoadas, que caracterizam, como atrás se viu, a transição da primavera para o verão. Quasi sempre estas trovoadas são impelidas pelos ventos de S e E e às vezes ainda pelos de SW. A influência que porventura a configuração do solo exerça na sua marcha e distribuição não é possível, à falta de observações seguras, defini-la.

O verão é a quadra dos grandes trabalhos agrícolas,



o período em que a terra concentra e absorve tôdas as energias do rural. Além-de outros trabalhos menores, efectuam-se então o corte dos fenos e as ceifas, que quási se seguem sem interrupção. Numa região que de pouco mais vive que dos gados e da exploração cerealífera, esta convergência de occupaões representa o máximo esforço de todo o ano.

O corte dos fenos faz-se no Alto Trás-os-Montes num período que varia de Maio a Julho. Em Mirandela começa em princípios de Maio; a 20 de Maio, prolongando-se por Junho, em Macedo; em Maio e Junho ainda, nas regiões de Bragança e Mogadouró; em Junho em Vimioso e Miranda, estendendo-se por Julho em Vinhais, Chaves e Valpaços; finalmente, em Julho e Agosto em Montalegre. Se, na quási totalidade dos casos, precede as ceifas, muitas vezes prolonga-se, coincidindo com elas e até, pôsto que excepcionalmente, continua depois de terminadas.

As diferenças regionais do clima, apressando ou retardando a maturação dos cereais, revelam-se nas datas das ceifas. Pode indicar-se o fim de Junho como uma data média

Segada tarde que cedo  
p'lo S. João e o S. Pedro.

As datas extrêmas são representadas por Mirandela e dum modo geral a *terra quente*, onde a ceifa começa ainda em Maio, e as povoações mais altas de Barroso, onde principia no fim de Julho. Uma série de datas intermédias escalona-se duma a outra (Macedo, 15 de Junho em diante; Bragança, desde comêço de Junho,

no sul, a comêço de Julho, no norte; Miranda, meados ou fim de Junho; Vila Pouca, meados de Julho; etc.). As diferenças são às vezes bastante sensíveis entre localidades próximas. Em Montalegre, a faina principia a 25 de Julho; em Vilar de Perdizes e Santo André, a 10; em Covelo, no comêço do mês; em Pitões, no fim (1). No concelho de Vinhais, a diferença máxima é de 30 dias (Rebordelo, 15 de Junho; Moimenta, 15 de Julho), representando Vinhais o termo médio (29 de Junho).

Os trabalhos dâs eiras ocupam Julho e ainda parte de Agôsto. Onde as ceifas são mais tardias, as debulhas entram por Agôsto até muito adiante, quando os dias vão já minguados. Dessa demora lastima-se o camponês

Até à Senhora de Agôsto [15]  
malha a teu gôsto.  
Da Senhora de Agôsto p'ra diante  
suor do teu rosto.

#### OUTONO

O outono, estação curta e a mais regular de tôdas, mostra uma progressão lenta para o frio. Setembro é ainda um mês geralmente quente. As oscilações diárias são consideráveis em Outubro, pois a irradia-

---

(1) Já Link observava que, nos arredores de Montalegre, a ceifa se faz pelo mesmo tempo que na Alemanha.— Link e Hoffmannsegg, *Voyage en Portugal, fait depuis 1797 jusqu'en 1799* (trad.). Paris, 1808, t. III, pág. 42.

ção nocturna sob um céu sem nuvens torna as noites frias. Novembro é já pròpriamente inverno.

As chuvas, escassas em Setembro, aumentam em Outubro, para atingirem o máximo em Novembro e Dezembro. As grandes quedas dos meados do outono assustam o lavrador, impedido de fazer as sementeiras ou arriscado a que as enxurradas lhe levem o grão, já na terra; porisso, o rifão reza

Quem querga ber perdido a Portugal  
que bengan três antchenas antes dal Natal.

O outono representa, no ciclo dos trabalhos da gleba, o ano que finda e o que começa. Na terra, molhada pelas primeiras chuvas, vai lançar-se o grão que há de dar a colheita futura. A época, sem ser de trabalho violento, é bastante ocupada. De meados de Setembro em diante ou ainda a partir do comêço de Outubro fazem-se as vindimas. Onde o milho é o cereal dominante, faz-se a colheita e esfolhada.

São, porém, as sementeiras a ocupação principal do lavrador no outono. Como nas ceifas, a sua data varia com a altitude e exposição. Um pouco mais cedo ou mais tarde, fazem-se a partir de fins de Setembro e todo o mês de Outubro. Nalguns pontos, como na ribeira de Oura, comarca vinícola importante, realizam-se em Novembro, retardadas pela acumulação dos trabalhos do vinho. No espaço limitado dum concelho as diferenças são às vezes consideráveis; em Valpaços, a sementeira, atrasada também pelo trabalho dos lagares, é pelos meados de Outubro, quando já na

*montanha* se fez um mês antes. O receio dos frios recua, nas regiões montanhosas do norte, a sementeira até começo de Setembro, logo em seguida às debulhas; o grão deitado à terra é assim o do ano anterior. Na serra das Alturas e nas aldeias vizinhas da Corôa chega a fazer-se mesmo em Agosto.

Finda a sementeira, a terra entra em repouso sob o manto das geadas e com ela os homens, recolhidos à lareira, nos longos serões de inverno, até que a primavera, despertando a natureza, de novo os enleie nas malhas dos mesmos trabalhos.

## REVESTIMENTO VEGETAL

O revestimento vegetal depende a um tempo do clima, do relêvo e do solo. Mas as associações vegetais não são apenas factos da natureza; o trabalho humano imprimiu-lhes uma marca indelével, criando de certa maneira uma paisagem nova. Assim, a fisionomia vegetal deriva da combinação dos bosques, do *monte*, dos prados e das culturas.

## 1. INFLUÊNCIAS GERAIS

As condições climáticas explicam a originalidade da vegetação trasmontana, composta de elementos de origem muito diversa. A exposição aos ventos atlânticos da região ocidental, a degradação das influências oceânicas à medida que se caminha para oriente e para sul, a pluviosidade, que varia de perto de 1200<sup>mm</sup>, nas montanhas ocidentais, a pouco mais de 500<sup>mm</sup> a leste, dão ao revestimento vegetal uma certa dualidade. Trás-os-Montes fica, como a maior parte de Portugal, no ponto de encontro de duas grandes regiões fito-

geográficas: a Europa atlântica e a região mediterrânica.

O revestimento vegetal traz impressa a marca desta dupla natureza. As espécies atlânticas, representantes do norte pluvioso, enlaçam-se às plantas xerófilas mediterrânicas. Das árvores de fôlhas caducas, espêssas ou membranosas, grandes e recortadas, passa-se às árvores esclerófilas, de fôlhas persistentes, duras, pequenas, coriáceas, adaptadas de diferente maneira a um período de secura estival prolongado. Umhas e outras aparecem lado a lado. O contraste entre a massa sobria, verde-escura dos soutos e a mancha cinzento-metálica dos olivais, por exemplo, é um traço característico da paisagem de certas regiões trasmontanas. Embora produtos da cultura, o castanheiro e a oliveira são aqui os símbolos de regiões fitogeográficas diferentes, de tipos opostos de vegetação.

A uniformidade relativa da constituição do solo, com predomínio quási exclusivo de formações xistosas e graníticas, torna secundária, dum modo geral, a influência dos factores edáficos.

Às influências naturais juntam-se as derivadas da actividade dos animais, aí compreendido o homem ou, para empregar a expressão dos geobotânicos, os *factores bióticos*. A acção humana, faz-se sentir largamente, reduzindo a extensão da floresta primitiva, destruindo os povoamentos espontâneos, introduzindo culturas e prados, numa palavra, modificando profundamente as associações vegetais (1).

---

(1) Afora os casos de cultura, não se nota no Alto Trás-os-

## 2. A PAÍSAGEM VEGETAL

Podem considerar-se os diferentes tipos de estações distribuídos por dois grandes grupos: estações de serra ou planalto, mesofíticas e xerofíticas, e estações de vale ou margens de cursos de água, tropofíticas.

No primeiro grupo, a vegetação arbórea constitui duas categorias de formações: a floresta de carvalhos de folhas caducas com o carvalho da Beira, vulgarmente *carvalho* sem mais (*Quercus toza*), o *carvalho alvarinho* (*Quercus pedunculata*) e o carvalho português, designado na região de além Tua por *pedamarro* (*Quercus lusitanica*), a que se associam o castanheiro (*Castanea sativa*), o pinheiro (*Pinus Pinaster*), o vidoeiro, *vido* ou *bedulo* (*Betula pubescens*) e certas plantas arbustivas, como o azevinho (*Ilex aquifolium*), tão característico do domínio atlântico, e o abrunheiro bravo (*Prunus spinosa*); a floresta de carvalhos de folhas persistentes com o sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira, que usa o nome regional de *carrasco* (*Quercus Ilex*). O segundo grupo compreende por sua vez as associações com olmo ou *negrilho* (*Ulmus glabra*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), amieiro (*Alnus glutinosa*), salgueiro (*Salix salviafolia*, *S. atro-ci-*

---

-Montes — região isolada, longe dos portos — o aparecimento de espécies resultante do progresso da circulação e das relações de transporte, como facilmente se observa no centro do país com os agaves e a praga daninha do trevo azedo de flores amarelas, por exemplo.

*nerea*), choupo (*Populus nigra*), o formoso choupo branco (*Populus alba*), cuja curiosa agitação de fôlhas à mais leve aragem lhe faz dar o nome popular de *folharanço*, etc. (1).

A floresta climática da região atlântica compõe-se de árvores mesófilas, de fôlhas caducas; o *Quercus toza* é de tôdas aqui a essência florestal predominante. Estendendo-se da fronteira oriental às montanhas de Barroso, aparece associado freqüentemente ao carvalho português ou ainda, como na depressão do Corgo-Chaves, ao castanheiro e pinheiro marítimo. Com o seu rijo enraizamento segura-se fortemente nas encostas íngremes; trepa assim às maiores altitudes. Os *maquis* de carvalhos cobrem o flanco oeste da serra de Nogueira até 1.200<sup>m</sup> e sobem na serra do Larouco acima das nascentes do Cávado, a uma altitude superior a 1.400<sup>m</sup>. A ocidente, na região barrosã, associa-se-lhe o carvalho alvarinho ou roble que dá, com o pinheiro marítimo, o tom dominante ao revestimento da região litoral; acompanha-o também um pouco por tôda a parte, particularmente além Tua, o carvalho português, tipo de transição dos carvalhos

---

(1) Os catálogos de plantas trasmontanas referem-se quási só à região oriental. Veja-se Antonio Xavier Pereira Coutinho, *Apontamentos para o estudo da flora trasmontana*. BOLETIM DA SOCIEDADE BROTERIANA, I, 1880-1882. Coimbra, 1883, págs. 129-163; Joaquim de Mariz, *Duas excursões botânicas na provincia de Traç os Montes*. Coimbra, 1889; P.<sup>o</sup> José Manuel Miranda Lopes, *A flora do concelho de Vimioso*. Coimbra, 1927; *A flora do concelho de Vimioso* (2.<sup>a</sup> lista). Coimbra, 1928; e ainda Júlio Henriques, *Serra do Marão*. BOL. SOC. BROT., III, 1884, págs. 38-49.



de fôlhas caducas para os de folhagem persistente; e finalmente o castanheiro, cujo povoamento é mais denso na região de Vinhais, no sopé oriental da serra da Padrela, na região de Bragança, ao longo do sopé da serra de Nogueira e nas faldas e base da serra de Bornes.

O pinheiro marítimo, representando as coníferas, confina-se quási só a ocidente; além Tua, o povoamento de resinosas é insignificante. Transposto o rio, o pinhal começa a caracterizar a paisagem à volta de Valpaços, estendendo-se do Tinhela a Vila Real, subindo depois a depressão do Corgo-Chaves, onde aparece associado ao carvalho e castanheiro. Nota-se, porém, que ainda mesmo na região ocidental o pinheiro prefere as encostas voltadas a poente, mais directamente expostas aos ventos atlânticos. Quási falta, por exemplo, na vertente leste da serra da Padrela, revestindo o flanco oposto até muito acima. No maciço xistoso de Santa Bárbara, que limita a sul a depressão do alto Tâmega, o contraste é ainda mais flagrante: o pinheiro cobre a encosta ocidental, cedendo o lugar, na vertente contrária, ao carvalho.

Com estas espécies atânticas e da Europa do norte, outras se encontram ainda: olmos, freixos, amieiros, choupos, salgueiros e, por fim, o vidoeiro, que habita certas montanhas de norte e oeste (Montesinho, Marão, Alvão) e todo o Alto Barroso (1).

---

(1) O vidoeiro tem sido apenas indicado em Trás-os-Montes nas três referidas serras, mas cresce em abundância no Alto Barroso, dando mesmo origem a um comércio activo de exportação de madeiras.

A vegetação arbórea mediterrânica está representada pelas duas espécies características — sobreiro e azinheira. Frequentemente associadas, encontram-se quasi só na região oriental e, dentro dela, de preferência, nas zonas mais baixas de sul (1). O sobreiro, que aparece também a oeste do Tua, em Valpaços, associado ao pinheiro, no vale do Tâmega e noutros lugares, caracteriza tôda a região de além Tua; não há concelho do distrito de Bragança que não o inscreva no cadastro das suas matas. São, porém, a bacia média do Tua e a parte mais baixa do concelho de Alfândega da Fé que possuem os mais extensos povoamentos. Quem sobe na linha férrea para Bragança, começa a encontrar acima de Mirandela, as encostas revestidas de densas matas de sobreiros: é um verdadeiro *enclave* de montados nestas terras setentrionais.

A azinheira habita a oriente do Tua, subindo para norte vinda do Alto Douro, onde constitui a essência dominante do agrupamento climático primitivo. Isolada em pequenos grupos, associada ao sobreiro e ao car-

---

(1) Daveau notava a analogia florística de certas regiões do Alentejo com Trás-os-Montes, observando que a azinheira habita o vale superior do Douro com muitas espécies características da associação dos carvalhos sempre verdes. — *Géographie botanique du Portugal. III. Les stations de la zone des plaines et collines.* Bol. Soc. Brot., XXI, 1904-1905, pág. 28. Willkomm inclui o Douro e os seus afluentes inferiores até perto de Moncorvo na região quente da zona atlântica ocidental. — *As regiões botânicas de Portugal* (tradução). Bol. Soc. Brot., XVII, 1900, pág. 128. O grande fitogeógrafo da Península, que não conhecia o norte do país, indica muito por alto o limite da região quente du-riense, o qual ultrapassá Moncorvo.



O DOURO EM PICOTE.

Vale excavado no granito. Na margem portuguesa,  
oliveiras.



INTERIOR DA SERRA DE MONTESINHO.

Paísagem de urze

*Clichés V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

valho português, vai até à fronteira. Ao longo do vale do Douro, entre Paradela e Miranda, aparece ainda a azinheira de frutos comestíveis (variedade *ballota*), cujo limite polar, segundo os botânicos, não ultrapassava a Beira Baixa (1). Nas margens do Douro e Sabor, as coníferas estão representadas pelo zimbro (*Juniperus oxycedrus*). Determinadas plantas se associam também a esta vegetação mediterrânica; citaremos o medronheiro (*Arbutus Unedo*), com a sua folhagem dum verde profundo, e a cornalheira (*Pistacia Terebinthus*).

Finalmente, ao grupo mediterrânico pertence ainda a árvore cultivada mais importante — a oliveira — que dá o tom dominante à paisagem vegetal principalmente no vale médio do Tua (Mirandela). Ao longo dos vales dos rios sobe muito para norte, penetrando no vale superior do Tâmega até além da fronteira, no Tuela e Rabaçal até alturas de Vinhais, no Sabor até acima de Bragança, no Douro até Miranda. O seu limite altitudinal atinge quasi 800<sup>m</sup> (2).

#### O « MONTE »

Fazendo parte da associação do *quercetum* ou independente dela, trepando às maiores altitudes, cobrindo

---

(1) Willkomm, trad. cit. BOL. SOC. BROT., XII, 1900, pág. 101. O sr. D. A. X. Pereira Coutinho indica apenas como seu *habitat* o Alentejo e Algarve. — *A Flora de Portugal*. Lisboa, 1913, pág. 168.

(2) Como facilmente observa quem viaja no caminho de ferro de Macedo para Bragança. A linha sobe até aproximadamente metade do trajecto e desce depois; a oliveira detém-se perto da estação de Sendas.

as terras incultas, os agrupamentos de plantas arbustivas e sub-arbustivas são outro traço da fisionomia vegetal.

No cimo das montanhas, especialmente a ocidente, esta formação assume bastante o aspecto da *lande* atlântico-europeia com o predomínio da urze, dos tojos e dos fetos.

O termo de *monte* serve em Trás-os-Montes para designar os tractos de terreno cobertos duma vegetação arbustiva geralmente lenhosa em que intervêm também certas espécies erbáceas. Em grande parte consecutivo à desarborização, o monte corresponde aos diversos estádios de degradação da floresta primitiva. Dêle fazem parte plantas que pertencem à Europa atlântica e à região mediterrânica. Entre as primeiras citaremos, além dos carvalhos que constituem frequentemente moitas de *carvalheiras*, os tojos (*Ulex europaeus*, *U. nanus*), a giesta das vassouras (*Sarothamnus scoparius*) e urzes diversas (*Calluna vulgaris*, *Erica cinerea*, *E. Tetralix*). O grupo mediterrânico está representado, por sua vez, pelas esclerófilas sempre verdes — as moitas de *carrasqueiras* são bastante características na região mais oriental —, certas genístas mediterrânicas ou pròpriamente ibéricas e ibero-mauritânicas (*Genista falcata*; *G. hystrix*; os codeços, diversas espécies do género *Adenocarpus*; a carqueja, *Pterospartum tridentatum*), o tumelo ou arsã (*Lavandula Stoechas*), os tomilhos (*Thymus Mastichina*, *T. Zygis*, *T. vulgaris*), o trovisco (*Daphne Gnidium*), diferentes espécies de urzes, como a *urze alvarinha* ou *riádega* (*Erica arborea*), de flor branca e rosada, que

chega a atingir o porte duma pequena árvore e sobe em Montesinho até 1.300<sup>m</sup>, a *queiroga* (*Erica umbellata*), de flores azuladas ou róseas, a *Erica australis*, de flor rosada, plantas com bulbo como o gamão (*Asphodelus albus*) e, finalmente, o grupo das estevas ou *xaras*, constituído por várias espécies de cistos (*Cistus ladaniferus* principalmente, *C. laurifolius*, *C. salvifolius*, *C. populifolius*, *C. hirsutus*), os quais com as suas flores brancas por vezes manchadas de púrpura são uma nota típica na paisagem de certas regiões xistosas de além Tua.

Na composição do *monte*, a ocidente, entram principalmente leguminosas (giestas, tojo, carqueja) e ericáceas (urzes atlântico-europeias e mediterrânicas). As labiadas (*Lavandula*, *Thymus*) e as estevas são características da região de além Tua, mais sêca, de céu mais puro e luminoso.

É curioso notar, por fim, que a acção do homem também de certo modo se faz sentir na vegetação do *monte*, pelo menos alterando a percentagem das espécies que a integram. Os tojos e as giestas chegam mesmo, nalguns lugares, a cultivar-se. É que o *monte* tem a sua função no sistema agrícola trasmontano: — dêle sai, em grande parte, o adubo para as terras. Não admira, pois, que o homem tivesse protegido as plantas mais úteis, como as leguminosas, desprezando ou excluindo as outras.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



## VI

### AS CULTURAS

O Alto Trás-os-Montes é habitado por uma população de rurais. No entanto, as condições físicas favorecem pouco a cultura: — o clima é excessivo, a terra geralmente pouco fértil. À pobreza natural do solo acresce a sua utilização por uma agricultura que se mantém bastante atrasada.

#### 1. EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA

##### O SOLO

As condições naturais pesam fortemente sobre a agricultura. O clima, de temperaturas irregulares, extremamente seco de verão, além de eliminar ou pôr em risco certas culturas delicadas, exerce sobre a mentalidade do camponês uma influência deprimente, levando-o a olhar com desconfiança toda a inovação e a fechar-se nas concepções estreitas duma agricultura tradicional. Mas, mais do que o clima, a natureza do solo imprime aos factos agrícolas um carácter especial. A terra é quasi por toda a parte pouco pro-

funda, imprópria para as culturas de grande rendimento. Os xistos cristalinos ou paleozóicos dão solos argilosos e argilo-siliciosos. Se a xistosidade permite às águas penetrarem no sub-solo, a argila que constitui predominantemente o solo arável transforma-se, no tempo húmido, num cimento, o qual, obstruindo as fendas, impede a infiltração. A terra vegetal oscila assim entre uma grande secura e uma excessiva humidade.

Ao invés do que sucede com os xistos argilosos, nos granitos o solo, constituído pelo saibro que resulta da desagregação da rocha, é permeável, o sub-solo impermeável. As águas infiltram-se até encontrarem a rocha subjacente e surgem à superfície em nascentes numerosas. A terra vegetal é ligeira, solta, de fácil lavoura.

Êste carácter físico comum a xistos e granitos — impermeabilidade do solo nos primeiros, do sub-solo nos segundos — explica a extensão e importância dos prados e pastagens. A economia pastoral, que desempenha tão grande papel na vida dos habitantes dos planaltos, filia-se assim nas condições naturais dum solo embebido em água durante uma parte do ano.

Tanto nos solos que derivam dos xistos, como nos que resultam dos granitos, é medíocre a riqueza do húmus em elementos fertilizantes. O valor agrícola torna-se maior ao longo dos filões eruptivos que atravessam as rochas ou quando nos xistos luzentes predomina a mica, tornando mais fácil a decomposição da rocha, e ainda nos vales. Sob a acção das águas correntes, que se exerce sem obstáculo num território

em parte despido de revestimento vegetal, a terra é arrastada dos cimos e encostas para os vales; aí se acumula, dando solos férteis, profundos e húmidos. Em compensação, nos cumes e vertentes das montanhas a rocha quasi aflora à superfície.

No ponto de vista químico, os solos trasmontanos escasseiam em dois elementos essenciais a uma terra fértil: — a cal e o ácido fosfórico. As análises accusam, quasi sem excepção, uma percentagem inferior do segundo elemento e quasi nula de calcáreo (1). Semelhantes condições agrológicas fizeram de Trás-os-Montes um país de culturas pobres, onde os cereais de grande rendimento, como o trigo, têm um lugar secundário. O homem não quis ou não pôde remediar a pobreza natural do solo, mantendo-se fiel a um sistema cultural rotineiro que ignora as adubações cuidadas. O agricultor trasmontano explora a terra quasi como ela se lhe oferece.

#### A CONQUISTA DO SOLO PELA CULTURA

A acção humana começou por estender os espaços cultivados, fazendo recuar a floresta. A avaliar pelas testemunhas existentes e os vestígios que ficaram no toponomástico, o revestimento vegetal teria sido, em

---

(1) Consultamos os resultados de dezenas de análises nas estações agrícolas trasmontanas e no Instituto Superior de Agronomia. Por várias razões, que seria longo enumerar, desistimos de transcrever algumas dessas análises, cujo alcance e valor exacto têm já sido contestados.

tempos, muito mais denso. Lance-se um olhar sôbre a carta e ver-se-á que tôdas as essências que crescem em Trás-os-Montes estão aí largamente representadas. O carvalho deu Reboredo, Revoreda, Carvalhas, Carvalhal, Carvalhais; o castanheiro Soutelo (há pelo menos sete povoações com êste nome), Souto, Soutelinho, Castanheira; o sobreiro e a azinheira aparecem em designações como Sobredo, Sobreiró, Azinhal, Azinhoso, Isei, Iseda; o pinheiro deu Pinho, Pinelo, Pinela, Pinhal. Mas são as espécies dos lugares húmidos que sobretudo dominam na toponímia, o que era natural, visto o povoamento se localizar de preferência junto de água. Nenhuma das árvores que se perfilam ao longo dos rios e ribeiras ou bordam os lameiros falta na variada colecção que oferece o Alto Trás-os-Montes: — Freixeda, Freixedo, Freixedelo, Freixedinha, Freixiosa, Olmos, Amedo, Serzedo, Salgueiro, Salgueirais, Vale de Salgueiro, Lodeiro, Vimieiro, Vidueiro, Vidual, Viduedo...

Ao período de ocupação e de paz romana corresponde de-certo uma primeira extensão das culturas e, portanto, um recuo da floresta. Dos altos fortificados onde se acantonava nos tempos prè-romanos, a população desce para as melhores terras, os vales e baixas, até então abandonados à selva densa e às águas pantanosas. As vilas tornam-se os centros colonizadores, donde irradia a actividade agrícola (1). O desbravamento de bosques e matagais precede naturalmente

---

(1) Veja-se Alberto Sampaio, *As villas do norte de Portugal*, nos ESTUDOS HISTÓRICOS E ECONÓMICOS, I. Pôrto, 1923, págs. 5 e seg.

a extensão da cultura; por tôda a parte o machado vai adiante do arado.

Através da Idade-Média prossegue a obra de conquista e ocupação do solo. Os casais, quintas e vilares em que se dividiu a antiga unidade cultural herdada dos romanos multiplicam-se, como se vê dos diplomas e da toponímia. Nêles exerce a sua actividade uma população que vive da lavoura e da criação de gados, agricultando os seus campos ou os que pertencem ao rei, aos nobres e às ordens religiosas. O território era, tanto quanto os documentos permitem julgar com segurança, bastante despovoado. Como o mostrou Gama Barros (1), o facto de pertencer a Trás-os-Montes, no período que vai até ao século XIII, uma percentagem maior de cartas de foral e de aforamento que às outras regiões do país, prova que para aí sobretudo se procurava atrair colonizadores.

A acção dos primeiros reis exerce-se dêste modo no sentido de fomentar a colonização e povoar o país. Com ela concorria a actividade dos mosteiros, a qual se entrevê, embora às vezes indirectamente, através dos documentos. O mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, próximo de Bragança, cuja fundação remonta à época visigótica, devia ter sido um centro colonizador importante. Não só era essa a tradição da ordem, como se sabe de povoações que receberam foral da comunidade monástica (2). As *Inquirições* permitem

---

(1) *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, t. II. Lisboa, 1896, págs. 22-23.

(2) Vale de Prados de Milhão, Milhão, Rio Frio, Paçó de Ou-

avaliar da extensão dos seus domínios, que em 1435 abrangiam doze aldeias, além de casais e prédios dispersos pelo território de cinco actuais concelhos (1). Os mosteiros cistercienses leoneses de S. Martinho de Castanheira (Senabria) e de Moreirola são também centros de onde irradia a colonização, que tem por teatro a região fronteiriça, particularmente terra de Miranda (2).

Uma agricultura limitada nos seus meios de produção, como o era a cultura antiga, reclama vastos espaços onde se possa instalar; outro tanto sucede com a criação de gado, em certas regiões, então como hoje, sobrelevando à cultura. Daí o combate a bosques e matas.

O homem e o gado são os dois grandes agentes de destruição da floresta: — a acção do primeiro muito mais importante que a do último. O sistema de cultura comportava antigamente, como ainda hoje em muitos sítios, as *queimadas* ou seja a preparação do terreno maninho para a lavoura pelo fogo. O fogo foi de-certo o pior inimigo da floresta. Reduzida esta pelo trabalho humano a bosques esparsos, intervém o gado — e no

---

teiro e Grandais. Ver os documentos que respeitam ao célebre mosteiro em F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, III, passim, e *Castro de Avellãs mosteiro beneditino*. Coimbra, 1910, págs. 25 e seg.

(1) F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, III, doc. n.º 47, pág. 84. Ver as *Inquirições* no mesmo vol. e no vol. IV, passim.

(2) Documentos em F. M. Alves (Reitor de Baçal), ob. cit., III e IV, passim.

lugar da antiga selva subsiste apenas por fim o monte de *carvalheiras* e a moita de azinhos.

Pelo trabalho de inúmeras gerações a cultura vai-se alargando, abrangendo um raio de acção cada vez mais vasto. No século passado o aumento da população, a multiplicação dos pequenos proprietários, a decadência das instituições comunais são factores dêsse progresso. A-pesar-de tudo, a tirania das condições naturais, contra a qual nada pode uma agricultura primitiva, contraria essa tendência. Subsistem em parte os maninhos e baldios destinados à pastorícia, ao fornecimento de matos para estrume. A pobreza do solo torna aleatória a cultura nos terrenos magros das encostas e montanhas, que dão um maior rendimento como pastagens. O isolamento, a dificuldade de comunicações tolhem a agricultura, limitando-a às necessidades do consumo local. Sem o incentivo do comércio, exige-se apenas da terra quanto baste à sustentação dos habitantes.

Os últimos cinqüenta anos viram operar-se algumas transformações. O apetite da terra leva à partilha dos baldios, mesmo em regiões isoladas e essencialmente pastoris, como terra de Miranda. A circulação mais fácil anima o comércio e por aí reflecte-se na produção. Mas a conquista do solo pela cultura está ainda longe do que podia ser. A estatística de 1902 acusa para os distritos de Bragança e Vila Real respectivamente 292.064 e 246.655<sup>ha</sup>, o que representa 44 e 57 % da superfície total (1). Mesmo descontando

---

(1) Cêrca de trinta anos antes, segundo um cálculo de Ge-

o que há de exagerado e falso nestes números, fica ainda uma área demasiado grande onde a cultura se pode estender.

EVOLUÇÃO DA CULTURA; SITUAÇÃO  
ACTUAL

O sistema rural antigo assentava, como hoje, na criação de gado e na cultura cerealífera. A primeira era possível pela extensão dos prados naturais que ocupavam — e ocupam actualmente em muitas regiões — os solos mais profundos e pela importância que tinham ainda maninhos e incultos. Os documentos medievais mencionam os lameiros e falam de *terras irruptas*, *bauzas* e *saltus*, significando as duas primeiras expressões solos que nunca receberam amanho, o *monte actual* (1). Longe de representarem um retrocesso agrícola eram condição *sine qua non* do sistema cultural pela parte que tinham na alimentação do gado e por delas saírem em grande parte os estrumes. A exploração fazia-se em comum pelos habitantes dum mesmo povoado. Que as comunidades pastorais seriam a regra provam-no os vestígios que ficaram nas *vezeiras* barroas e da raia de Bragança.

A cultura tinha por base a exploração cerealífera: — centeio, trigo, cevada, sobretudo o primeiro. O sistema das *fólhas* alternadamente em amanho cons-

---

rardo Pery, a superfície dos incultos corresponderia a 74 % do território da provincia. — *Geographia e estatistica geral de Portugal e Colonias*. Lisboa, 1875, pág. 108.

(1) Veja-se Alberto Sampaio, ob. cit., págs. 97 e seg.



tituía de-certo a regra da lavoura. A sucessão ininterrupta das culturas nos mesmos solos, possível no momento de ocupação da terra virgem, desapareceria depois completamente, dando lugar à generalização de pousios mais ou menos largos. O gado, as leguminosas do monte forneciam os estrumes.

Ao lado dos cereais, duas outras culturas tinham então bastante importância:— a vinha e o linho. A viticultura achava-se difundida por tódo o território até onde o permitia o clima; os diplomas medievais mencionam quasi sempre *vineas* e *vineales*. O linho, por sua vez, crescia nos solos mais férteis, à beira de água. Na linguagem do camponês ficaram os vestígios da extensão da sua cultura; *linhar*, *terra de linhar* são ainda hoje, em que o linho cedeu o lugar ao têxtil exótico, o algodão, os têrmos correntes que designam os solos profundos, irrigados, destinados às culturas mais rendosas.

Os pomares, as hortas, o souto de castanheiros completavam a paisagem agrícola.

A distribuição das culturas era função da topografia, da exposição, da vizinhança da água e habitações. Junto das casas, os quintais, cortinhas e hortas; à beira de água, os linhares; as vinhas, nas colinas e encostas viradas ao sol; estendendo-se mais longe, as searas; e por fim, trepando às encostas, manchando de verde sombrio os planaltos, a mata de castanheiros. Tudo o mais era o descampado, a imensa extensão das terras bravias e incultas.

A situação, na verdade, não mudou tanto como à

primeira vista pode parecer. Alargou-se o raio de acção da cultura, instalou-se a lavoura em muitos espaços então desertos, introduziram-se produtos novos, a oliveira, o milho e a batata; mas no fundo a exploração do solo persiste a mesma, como idêntico é o sistema cultural. A-pesar-dos progressos atingidos em certas regiões, a cultura continua dependente das aptidões naturais dum solo pouco fértil. O isolamento particularmente exerceu uma influência retardadora sobre os habitantes. A produção dos cereais de grande rendimento é diminuta; a cultura cerealífera repousa quasi só sobre o centeio, com o pousio como regra geral da exploração. A batata constitui, é certo, uma cultura mais cuidada e lucrativa, mas sofre das adubações incompletas e da necessidade de renovação da semente. Os métodos agrícolas primitivos persistem através dos progressos agronómicos realizados noutras regiões. Dois traços apenas bastam para o ilustrar.

A lavoura faz-se ainda com o arado tradicional de madeira. É verdade que a charrua se tornou de uso corrente numa parte de Trás-os-Montes, penetrando mesmo, de há dez anos para cá, nas regiões mais isoladas; mas o agricultor conserva a seu lado o arado antigo, dando-lhe a preferência. Se é certo que nos solos delgados e pedregosos a charrua se tornava pouco menos do que inútil, não o é menos que as lavouras com o arado são insuficientes nas terras mais profundas.

A recomposição do solo, esgotado por culturas sucessivas, mantém-se intimamente ligada às práticas tradicionais. São o gado e o *monte* que fornecem os

estrumes necessários. Mas o regime de manadio ou semi-manadio em que vivem os animais faz com que se desperdice uma parte dos estrumes. Procura-se remediar o inconveniente, aproveitando a vegetação natural do monte, quer pelas *queimadas*, quer enterando directamente certas leguminosas na terra ou fazendo com elas as estrumeiras (1). Assim o *monte* desempenha capital papel no sistema agrícola: — a terra cultivada é-o em grande parte à custa dos terrenos vizinhos, abandonados a si próprios. Aí reside uma das causas da grande extensão dos incultos.

A adubação química começa a fazer-se timidamente, salvo numa ou outra região de cultura mais progressiva, como o vale de Mirandela e a veiga de Chaves (2). Não só, porém, o agricultor se limita ao uso exclusivo de superfosfatos de cálcio, como é insuficiente a quantidade lançada à terra. Os progressos, a-pesar-da dificuldade de comunicações, observam-se já, aqui e além. O concelho de Mirandela não tinha há meia dúzia de anos uma só nitreira; actualmente contam-se algumas dezenas, espalhadas por tãda a região. Quási tãdas as povoações recebem anualmente a sua provisão maior ou menor de adubos. Iseda, a sul do concelho de Bragança, consome por ano uma média de 40.000<sup>kg</sup> de adubos; o concelho de Macedo de Cavaleiros cal-

---

(1) O espectáculo das ruas dos povoados e caminhos próximos cobertos dum tapete de mato e palha, onde, no inverno, estagnam as águas é bem característico das aldeias *trasmontanas*.

(2) Os dados, aliás escassos, que se seguem são o resultado de inquéritos feitos através da região.

cula-se que importe perto de 1.000<sup>tn</sup>. No vale de Chaves usam-se já para as batatas os adubos compostos. O costume geral é aplicar aos cereais a adubação de superfosfatos à razão de 100<sup>kg</sup> por geira de terra. O movimento, porém, ainda não ganhou certas regiões. Barroso, confinado no seu isolamento, quasi desconhece a adubação química; quando muito começou a ensaiar-se na veiga de Boticas, mais aberta às influências exteriores, mas apenas na cultura da batata.

Em resumo, se nalguns lugares os progressos são evidentes, se certas regiões praticam já uma cultura progressiva, o resto vive apegado a uma cultura tradicional, de forte ressaibo arcaico, sujeita à tirania das condições naturais dum solo pobre e duma circulação lenta e difícil.

## 2. OS PRODUTOS DA CULTURA

### DISTRIBUIÇÃO DAS CULTURAS. ASPECTOS DA PAÍSAGEM AGRÍCOLA

O panorama agrícola é bastante uniforme e monótono. Por tôda a parte a economia rural tem por base a criação de gado e a cultura cerealífera: — a seara de centeio e o lameiro são, porisso, as notas típicas da paisagem. Mas esta monotonia não exclui uma certa variedade que, se resulta das diferentes condições de solo e clima, deriva também do facto histórico de a região ter vivido num quasi completo isolamento, obrigada a adoptar, dentro das possibilidades dum

meio desfavorável, uma policultura que satisfizesse a tôdas as necessidades da população.

Vejamos, rapidamente, os principais aspectos da paisagem agrícola. Nos planaltos de entre Douro e Sabor a cultura assenta quasi exclusivamente na produção do centeio e da batata. A oliveira e a vinha refugiam-se nos vales do Douro e Sabor. A primeira constitui uma mancha característica que abrange a faixa ribeirinha do Douro, de Miranda para sul: Miranda, Sendim e Bemposta abastecem em grande parte de vinho as terras mais frias dos planaltos. À cultura alia-se a criação de gado. Mais exacto seria até inverter os termos, pois aí o homem, sobretudo o mirandês, é antes de mais nada um criador de gado.

Na zona que se estende a norte, do Sabor ao Rabaçal, e compreende Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros persistem os traços dominantes que se observam no extremo leste; a variedade é, no entanto, maior. O clima mais húmido e o território mais acidentado dando aso à emergência das nascentes tornam mais produtivos os lameiros; aí se criam os mais corpulentos bois de raça mirandesa. As culturas do centeio e da batata são a nota típica do clima agrícola; a vinha dá-se por tôda a parte, salvo nas altas montanhas; a exploração dos soutos concorre para a alimentação do homem e do gado; por último a oliveira cresce nos sítios de clima mais brande e menor altitude, sobretudo no planalto de Macedo. Aqui também o solo mais fértil permite em maior escala a cultura do trigo.

A bacia média do Tua, que abrange além de Mi-

randela parte dos concelhos de Valpaços e Murça, com a região mais baixa de Alfândega da Fé constituem a *terra quente*. A base da economia agrícola é ainda a cultura dos cereais, mas a seu lado a oliveira e a vinha têm um lugar de relêvo. Os olivais e as culturas hortícolas dão ao vale de Mirandela um aspecto peculiar, como a vinha nos arredores de Valpaços. As influências meridionais manifestam-se ainda na cultura da amendoeira, característica de certas povoações mais baixas do concelho de Alfândega. O clima, quente e sêco, relegou para um plano secundário a produção dos lameiros; o pastoreio tem já aqui por base a criação de carneiros, os chamados *badanos* da terra quente.

Do Tua até aquém Tâmega estende-se a região de Chaves. Cortada a ocidente pelas depressões do alto Tâmega e Vidago, divide-se em três sub-regiões agrícolas: — a *veiga de Chaves*, com um xadrês complicado de culturas, a vinha, a oliveira, a horticultura, o centeio e milho; a *ribeira de Oura*, onde a vinha predomina (1); e, finalmente, a *montanha*, que compreende os planaltos, as terras frias de centeio, batata, castanha e lameiros.

Descendo para sul, os planaltos, montanhas e vales da região da Padrela, Alvão e Marão apresentam uma fisionomia agrícola um pouco diferente, cujo traço mais

---

(1) *Ribeira de Oura* é a designação usada pelos naturais e as gentes de Barroso, que aí sobretudo se abastecem de vinho. Compreende as freguesias de Loivos, Selhariz, Vidago, Oura, Arcossó e Vilarinhó das Paranhos.

característico é a importância que começa a ter a cultura do milho, associada à cultura da batata e aos lameiros. Como na região de Chaves, também aqui os vales contrastam com os planaltos. A cultura concentra-se sobretudo nos primeiros; nas montanhas e planaltos dominam as grandes extensões maninhas.

Por último vêm os planaltos e montanhas mais ocidentais, a *terra de Barroso*, com as duas sub-divisões designadas na linguagem do povo pelos nomes de *ribeira de Terva* e *Alto Barroso* ou simplesmente *Barroso*. Compreende a primeira os vales ocidentais (1), onde a horticultura, o milho, a batata e a vinha caracterizam a produção. Por sua vez, o Alto Barroso é, como Miranda, uma região predominantemente pecuária, onde a agricultura quasi só conhece o centeio e a batata. No extremo ocidente, nos vales fronteiros ao Gerez como no vale profundo em que assenta a povoação de Covas, os campos de milho, a vinha alta evocam já as terras verdes e húmidas do Minho.

#### OS CEREAIS

Os cereais ocupam a maior parte da terra cultivada, ultrapassando em muito os restantes produtos. O primeiro lugar pertence ao centeio, acompanhado do trigo e a par do milho em certas regiões ocidentais, onde são já mais visíveis as influências oceânicas.

---

(1) Abrange as seguintes freguesias do concelho de Boticas: — Eiró, Fiães, Granja, Pinho, Sapiãos, Bobadela e Ardãos. A ribeira de Terva corre de N a S, encostada ao flanco oriental da serra do Leiranco e lança-se no Tâmega, a montante de Fiães.

As lavouras fazem-se quasi exclusivamente com o gado bovino. Link, relatando no fim do século XVIII, a viagem do conde de Hoffmanssegg por Trás-os-Montes, notava já os inconvenientes dos processos da cultura: «*Usa-se uma charrua especial — escreve — cuja relha é curva e abre sulcos pouco profundos afastados uns dos outros dezasseis polegadas; como o sulco da relha não tem mais de quatro polegadas de largura, fica entre cada régo um espaço inulto de dez a doze polegadas. Este método usado em muitas províncias de Portugal é sem dúvida uma das causas principais do pouco rendimento das terras. Não se estrumam os campos, porque se imagina isso inútil.*» (1). A mais de cem anos de distância as críticas do botânico alemão não perderam ainda a oportunidade.

O afolhamento bienal, com um ano de pousio, é a regra do sistema de cultura. A terra consagrada à lavoura divide-se em duas *fóllhas* que se cultivam alternadamente. Os pousios podem ir, nos solos magros dos cimos e encostas, a dois, três, quatro, cinco e mais anos. Um pouco por tôda a parte praticam-se ainda as *queimadas*, sobrevivência do antigo modo de cultivar. Por Janeiro ou Fevereiro arranca-se a vegetação do *monte*, à qual se lança fogo num dia ardente e sêco de verão ou do comêço de outono, espalhando-se em seguida as cinzas pela terra.

Nos solos mais profundos e melhor adubados vigora o afolhamento bienal em que entra quasi sempre a batata associada às vezes ao milho e, consoante as

---

(1) Link e Hoffmanssegg, ob. cit., III. pág. 7.



regiões, um dos dois cereais de inverno — trigo ou centeio. O tipo mais generalizado é aquele em que participam a batata e o trigo. Onde o milho tem mais importância — na região de Vila Pouca, por exemplo — as culturas repartem-se do seguinte modo: 1.º ano: centeio; 2.º ano: culturas sachadas (batata ou milho). Em Barroso, onde o trigo quasi se não cultivava, a rotação faz-se entre a batata e centeio, seguindo-se este àquela.

Nestes tipos mais comuns de afolhamento intervêm somente os produtos destinados à alimentação do homem (1). O gado tem assegurado o sustento essencialmente com a produção dos lameiros. Porém às vezes a rotação completa-se com a cultura do nabal, que serve ao homem e aos animais, a qual se associa à batata, sobretudo ao trigo e também, como no planalto de Chaves, ao centeio.

Nos afolhamentos em uso nas aluviões férteis da veiga de Chaves intervêm uma variedade maior de plantas: é que a cultura tem de prover aí quasi por si só à alimentação do gado. Alternam assim os cereais de inverno com o milho, a batata e certas forragens como o trevo. Entre os tipos mais comuns de rotações pode citar-se o seguinte: 1.º ano: cereais de inverno, a que se segue o milho semeado em Setembro (o chamado *milho de restolha*); 2.º ano: nabal ou trevo, batatas e milho temporão. A cultura é praticada de

---

(1) Na região onde o milho tem já importância semeia-se bastante espesso e vai-se depois *arralutando* para o gado.

maneira a fazer render o máximo aos cereais, principalmente ao milho.

O *trigo* não se aclimata bem nas terras, na sua maioria pobres, de Trás-os-Montes. Embora cultivado um pouco por tôda a parte — e não só o trigo de inverno, como também o de primavera, o *seródio* —, representa uma percentagem mínima em face do centeio. Certamente, sempre assim foi. Na estipulação dos foros a pagar pelos povos mencionam os documentos medievais quási sempre o trigo ao lado do centeio; outras vezes referem-se apenas ao *pão meado*. Mas que o trigo não se produzia por tôda a parte, depreende-se duma concessão régia de 1424, permitindo aos habitantes de Bousende pagarem em centeio, por não colherem trigo (1).

Actualmente são os concelhos de Alfândega da Fé, Mirandela, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros aqueles em que o trigo ocupa uma percentagem maior em relação ao centeio: em todos excede 40 0/0, aproximando-se de 50 0/0 em Mirandela (2). O agricultor consagra sempre ao trigo as suas melhores terras; como

(1) F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, III, doc. n.º 130, pág. 281.

(2) Sementeira do trigo em relação à do centeio nalguns concelhos do Alto Trás-os-Montes em 1923 (proporção 0/0):

Mirandela.....	48	Valpaços.....	26
Alfandega da Fé.....	43	Vinhais.....	20
Mogadouro.....	41	Miranda do Douro.....	17
Macedo de Cavaleiros....	38	Chaves.....	12
Vimioso.....	28	Bragança.....	9

a sua cultura alterna geralmente com a da batata, êle também beneficia de adubação mais completa. Apesar-de tudo, os rendimentos raro excedem 8 sementes.

O *milho* constitui com o centeio a cultura cerealífera da região do Alvão, Padrela e Marão, dominando quasi exclusivamente na ribeira de Terva, na bacia da Campeã, no vale de Aguiar e em certos vales de Barroso (1). Sabe-se mesmo que nalguns pontos quasi conseguiu eliminar o centeio. Os habitantes da região maronesa da Campeã ainda no século XVIII pagavam a sua cõngua exclusivamente em centeio, sucedendo o mesmo com as terras foreiras (2). Hoje, domina a bem dizer só o milho.

É, porém, o *centeio* que imprime carácter à cultura frumentária trasmontana. Êle constitui o fundo da alimentação, quer só, quer misturado ao milho em certas

---

(1) Produção de centeio e milho nos concelhos de oeste (1923):

	Centeio	Milho
Vila Pouca.....	13.500 <sup>hl</sup>	12.800 <sup>hl</sup>
Montalegre.....	42.000	12.000
Boticas.....	25.000	9.566
Chaves.....	54.600	6.780
Vila Real.....	7.350	34.219
Murça.....	4.800	1.080

(2) Informação do pároco, baseada nos documentos do arquivo paroquial. O carácter da antiga cultura cerealífera ficou impresso no toponomástico: — as designações *veiga de baixo* e *veiga de cima* correspondem às antigas *fóllhas* do centeio.

regiões ocidentais. O trigo raras vezes entra na mesa do rural, destinando-se quasi só a exportação.

Cultivam-se duas variedades de centeio— o de inverno e o de primavera conhecido pelo nome de *centeninho* ou *centenico*, o qual nas terras graníticas à volta de Valpaços vai melhor que o primeiro. Os rendimentos oscilam entre 5 sementes nas terras mais delgadas e 8 nas melhores. Os solos mais profundos, as *terras de trigo*, podem dar excepcionalmente 10 sementes. O afloramento granítico da Moimenta, na raia de Vinhais, constitui caso único em Trás-os-Montes e porventura mesmo em todo o país:— o centeio dá aí médias de 18 a 20 sementes. As searas chegam a atingir 2<sup>m</sup> de altura. É um espectáculo bellissimo contemplar, no fim da primavera, da serra da Coroa a vasta chã coberta de centeais verdes ondulando ao vento. Note-se ainda que a quantidade de grão dispendido em semente anda por  $\frac{1}{3}$  da média normal das terras vizinhas:— em Vinhais o hectare de terreno leva 9 alqueires de sementeira, na Moimenta apenas 3.

#### A BATATA

Com os cereais, a batata é a cultura mais generalizada e um dos poucos produtos de exportação dos planaltos. Mencionada já por Link (1) entre as produções do vale de Chaves, constitui o *segundo pão* do rural trasmontano e serve ainda à alimentação dos

---

(1) Link e Hoffmanssegg, ob. cit., III, pág. 6. A cultura da batata devia ser recente à data da viagem de Hoffmanssegg.

animais. Para ela vão os maiores cuidados do agricultor que consagra à sua cultura os solos mais férteis — e uma parte importante da sua reserva de estrumes.

Tanto os solos graníticos, como os xistosos, prestam-se bastante à produção do tubérculo. Os rendimentos oscilam entre 6 e 10 sementes (1). Certos vales, de solo mais húmido e profundo, contrastam com os planaltos vizinhos: — no vale de Aguiar a batata dá um rendimento de 15 por 1, enquanto na *montanha* anda por 8. Em Chaves o hectare pode produzir em média 12.000<sup>kg</sup>, mas é possível atingir-se o dôbro e mesmo o triplo. Na veiga de Boticas a batata, em rotação com o centeio, produz 18 a 20 sementes. O Alto Barroso é terra privilegiada na cultura do tubérculo com rendimentos de 20, podendo chegar a 30 sementes. Daí sai a semente para uma grande parte da província e até para fora dela: — Valpaços, Mirandela, Régua, Pôrto, etc. Esta exportação, que rende anualmente algumas centenas de contos, figura entre as receitas importantes do agricultor barrosão.

---

(1) Produção e rendimentos da batata (1923):

Chaves . . . . .	3.706 <sup>tn</sup>	6	Mogadouro . . . . .	841 <sup>tn</sup>	6
Valpaços . . . . .	2.176	8	Vila Pouca . . . . .	801	5
Montalegre . . . . .	1.721	5	Miranda do Douro . . . . .	689	5
Vinhais . . . . .	1.657	6	Mirandela . . . . .	367	10
Bragança . . . . .	1.450	10	Alfândega da Fé . . . . .	363	10
Macedo . . . . .	1.025	9	Vimioso . . . . .	342	3
Boticas . . . . .	1.008	5,8	Murça . . . . .	537	4,9
Vila Real . . . . .	2.405	8			

Em todos tempos a vinha se cultivou em Trás-os-Montes. A frequência com que aparece citada nos documentos medievais é indício de que já então se explorava largamente.

Excluídos os planaltos da região de Chaves, da Padrela e do Alvão, bem como quasi todo o Alto Barroso, a vinha adapta-se por tôda a parte. A variedade de condições climáticas, de altitude e exposição contribui para uma extraordinária riqueza de tipos de vinho, como talvez não possua outra região portuguesa.

Mais que as condições do solo e clima, o isolamento, a dificuldade de comunicações foram causa da difusão da vinha, mesmo até nos lugares onde a colheita, com os gelos e geadas, corre o risco de perder-se e o fruto não logra amadurar. O agricultor tinha, para beber, de produzir êle próprio. Havia que refrear contudo a tendência natural para exagerar a cultura, e para fazer subir a produção além das necessidades do consumo, quando não a vinha — cultura delicada e cara que reclama constantes cuidados — era factor de desequilíbrio económico em vez de beneficio. Porisso cada centro de produção se defende contra a concorrência e procura garantir-se o monopólio do consumo local; os documentos não deixam a êste respeito nenhuma dúvida (1).

---

(1) Veja-se o privilégio concedido por D. Afonso V em 1446 a Bragança e seu termo para que não entre vinho de fora a ven-

A crise filoxérica arruinou quasi completamente a vinha. Em 1882 a filoxera faz o seu aparecimento em Bragança e em sete anos tinha devastado a maioria dos vinhedos de além Tua (1). É fora de dúvida que o repovoamento não atingiu todos os lugares onde outrora a vinha prosperava.

Ligada intimamente à pequena propriedade e pequena cultura, a vinha não passa, em todo o caso, duma cultura secundária na maior parte da região. Além Tua, vêm à cabeça dos concelhos produtores Miranda e Bragança, a seguir Mogadouro e Vinhais. No último, a febre das plantações que se nota por tôda a parte contagiou o camponês; vê-se a cultura instalar-se em regiões onde não era de esperar que vingasse, como na Moimenta, a norte da serra da Coroa. Em Miranda a vinha acantona-se nas povoa-

---

der enquanto o houver da terra. O costume de defender a importação de vinhos data af pelo menos do comêço do século anterior, pois já se refere a êle um documento de D. Denis, de 1315. Nas côrtes de Évora de 1495, respondendo aos capítulos dos procuradores de Bragança, D. João II proíbe que os estalajadeiros metam vinho de fora, o que fazem «*por danarem os binhos dos vizinhos da dita cidade.*» O documento de 1446 atrás citado é confirmado por Felipe III, em 1636.—F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, III, doc. n.º 79, págs. 169-173, doc. n.º 91, pág. 197.

(1) Ob. cit., I, págs. 288-289. — Segundo um relatório oficial relativo ao ano de 1887 a produção do vinho descera nessa data, nos concelhos que constituem a nossa região de 335.301 a 138.764 <sup>hl</sup>, o que representava um prejuízo anual de mais de 1.400 contos. — *BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA*, n.º 1, Janeiro de 1889, págs. 16-17.

ções vizinhas do Douro — Sendim, principalmente. Ao contrário do mirandês das restantes aldeias, antes de mais criador de gado e produtor de centeio, o sendinês é sobretudo vinhateiro.

Em duas regiões a vinha ocupa um lugar de relêvo: — Valpaços e a ribeira de Oura. Na primeira os vinhedos fizeram mesmo recuar a cultura cerealífera. A produção do concelho atingiu, em 1923, 26.420<sup>hl</sup> [média da produção de 1920 a 1925, 13.682<sup>hl</sup>] fazendo-se a exportação em larga escala para Chaves, Barroso, Mirandela e Pôrto.

É, porém, a ribeira de Oura o maior centro vitícola da região trasmontana do norte. A vinha cobre as encostas marginais do Tâmega e da depressão de Vidago e constitui a primeira preocupação do camponês. De todos os concelhos do Alto Trás-os-Montes, é Chaves que produz mais vinho [35.000<sup>hl</sup> em 1923, média da produção de 1920 a 1925, 28.877<sup>hl</sup>], mercê sobretudo da ribeira de Oura. Daí saem para Barroso importantes carregamentos. Como tôdas as populações de terras onde a vinha não medra, os criadores de gado barrosãos são grandes bebedores; no período áureo da valorização do gado uma parte dos seus rendimentos escoava-se, acto contínuo, para as mãos dos viticultores da ribeira de Oura (1).

Mas nem tôdas as povoações do Alto Barroso desconhecem a vinha. Na chã de Vilar de Perdizes e Santo André, a leste do Larouco, nos vales fronteiros

---

(1) Calcula-se entrassem então anualmente em Montalegre para cima de 1.000 pipas.



ao Gerez, ela aparece, não já a vinha baixa, mas a vinha alta, em *bardos* à margem dos campos cultivados, enlaçada às árvores ou em *ramadas* (1). Porém, a vinha alta aqui, como a vinha baixa na Campeã e na ribeira de Terva, entram já no domínio do vinho verde.

Com maiores exigências climáticas, a oliveira tem um *habitat* mais restrito. Excluída da maior parte dos planaltos, concentra-se quasi só nas margens dos rios, vales, depressões e terras mais baixas.

A cultura da oliveira não remonta, senão em tôda a província ao menos na região oriental, além do século xvi. Os documentos medievais não contêm a seu respeito uma única palavra. Moncorvo, onde hoje os olivais têm bastante importância, desconhecia-os ainda em 1478, pois um documento dessa data citado por Viterbo (2) não menciona o azeite entre os produtos que pagavam dízimo; a acreditar no depoimento de Severim de Faria os olivais datariam aí dos fins do século xvi (3). A primeira referência à oliveira em

---

(1) A vinha em Santo André e Vilar de Perdizes é ainda geralmente a vinha baixa, com bastantes *latadas* ou *ramadas*. O domínio da vinha alta abrange as povoações dos vales do Gerez (Cabril, Ferral, Covelo do Gerez), Covas de Barroso, Couto de Dornelas e ainda outros lugares de Boticas. No concelho de Vila Pouca encontra-se a vinha baixa ou disposta em *bardos* e também algumas *ramadas*.

(2) *Elucidario*, v. *Decimas*.

(3) *Itinerario da jornada q̄ fez o Sor Met Seuerim d' Faria, Chantre e Conego da See d'Evora, a Miranda no anno de 1609*, ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Mirandela encontra-se no Dr. João de Barros, com a indicação de que as plantações são recentes. Descrevendo a região escreve: « *Os montes dali são muito suaves, cheios de alecrim, rosmaninho, ruda, macella, manjerona, dormideiras e outras eruas cheirosas, e muito pouco ha que ali se plantarão as primeiras oliveiras, e agora ha muito azeite na terra.* » (1). Com o testemunho de Barros concorda um documento de 1532 que dá notícia da ordem régia que manda se plantem oliveiras em Miranda e noutros lugares, onde as condições o permitam (2).

A olivicultura pratica-se nos vales do Sabor e Douro, em Alfândega, Bragança, Macedo, Valpaços, Murça, vale de Chaves, ribeira de Oura e sobretudo em Mirandela, onde a produção de azeite é superior à de todo o restante território. Aqui, como noutras partes, foi a cultura da vinha que principalmente contribuiu para o progresso da oliveira, pois uma e outra andam quasi sempre associadas. Os olivais vão revestindo as encostas, outrora cobertas dos pâmpanos das videiras: êles ajudaram o agricultor a sair do mau passo em que o colocara a invasão da filoxera.

A produção de azeite no concelho de Mirandela passou de 3.000<sup>hl</sup> em 1866, a 6.000<sup>hl</sup> em 1892 e foi de 21.100<sup>hl</sup> em 1925 (3).

---

(1) *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, pág. 119. Barros menciona o azeite entre os produtos de diversas terras trasmontanas, mas além Tua apenas em Freixo.

(2) F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, IV, doc. n.º 19, pág. 23.

(3) Produção de azeite nos principais concelhos produtores

## CULTURAS HORTÍCOLAS

No panorama agrícola da região a horticultura representa um traço absolutamente secundário. A *horta* — forma cultural inseparável de toda a casa agrícola — é o tracto de terreno de pequena, minúscula superfície, quasi sempre próximo das habitações, junto de água, onde o agricultor gosta de consumir os seus ócios, mas cuja produção não vai além do consumo da família. Em duas únicas regiões a cultura hortícola assume já o aspecto da exploração com objectivo comercial: — o vale de Mirandela e a veiga de Chaves.

O solo profundo e fresco do vale de Mirandela pertence relativamente a poucos agricultores, mas divide-se numa infinidade de pequenos talhões que o proprietário explora directamente ou as mais das vezes arrenda a *terroeiros*. Além da batata a cultura compreende diversas leguminosas (o feijão e o grão de bico ou *erbanço*, especialmente), a couve e, de há 15 anos para cá, a beterraba. Um único produto, a couve, se explora com o fim da exportação, que se faz quasi toda para o Pôrto. Por Dezembro e Janeiro partem em cada semana duas ou três camionetas carregadas de hortaliça, transportando em média 800 a 1.000 pés de couve.

Na veiga de Chaves, a exploração hortícola pratica-se também em minúsculas áreas que pouco excedem

---

(médias de 1920-1925): — Mirandela, 10.059<sup>hl</sup>; Alfândega da Fé, 3.586<sup>hl</sup>; Valpaços, 1.638<sup>hl</sup>; Macedo, 1.491<sup>hl</sup>; Murça, 1.312<sup>hl</sup>; Mogadouro, 1.245<sup>hl</sup>.

1 are. A toalha de água, que se encontra nas aluviões a profundidade de 2,5 a 4<sup>m</sup>, permite a irrigação fácil feita por meio de poços, de onde a água se extrai por noras e baldões (*cegonhas*). A venda dos produtos hortícolas estende-se fora da região, sem que se possa avaliar ao certo o seu montante. Em 1930 a estação de Chaves expediu com diversos destinos 44.603<sup>kg</sup> de hortaliças.

#### O CASTANHEIRO

O quadro da produção agrícola ficaria incompleto, a não figurar nêlo o castanheiro, característico não já de tôda a região, mas duma parte dos planaltos. Em Mogadouro, Macedo, Bragança, Vinhais, no planalto de Chaves, a oriente da Padrela, no Marão os soutos constituem um recurso de importância na economia rural. Além da madeira, êles dão a castanha, que entra na alimentação do homem e dos animais. O caldo de castanhas e mesmo o pão de castanhas têm o seu lugar na mesa das populações de certas aldeias mais pobres (1).

Os mais belos soutos encontram-se na região de Macedo e Bragança, em Bornes, no sopé oriental da serra da Nogueira, no sopé da serra da Padrela à volta de Carrazedo de Montenegro e sobretudo na região de Vinhais. Da rua principal desta última povoação

---

(1) No Marão, em Louredo, o castanheiro possui mesmo as suas construções próprias — as *cardenhas* —, pequenas casas cobertas de lousa no meio dos soutos, para abrigo das gentes na apanha e secagem da castanha.

a vista abrange as ladeiras de além Tuela, revestidas de milhares de pés de castanheiros. Árvore das encostas e dos cimos, sobe a mais de 1.100<sup>m</sup> de altitude e é por tôda a parte, salvante a zona mais alta da Coroa, uma nota característica da paisagem.

A castanha exporta-se não apenas de Vinhais, mas ainda de Bragança, Macedo, Mogadouro, Carrazedo de Montenegro, etc., destinando-se ao Pôrto, de onde em parte é embarcada para o Brasil.

A considerar, no conjunto, a produção agrícola desde logo se nota que ela visa pouco mais que a assegurar as necessidades imediatas do rural. Que a terra mantenha os habitantes, eis o que importa. Longo tempo paralizada pelo isolamento, e sob o pêso de condições físicas pouco favoráveis, a agricultura continua a viver apertada nos moldes tradicionais. Se há movimento, êle só ganhou certas regiões mais privilegiadas. No resto o trabalho da gleba mantém-se estreitamente dependente das energias da terra, fundado na observação de regras estabelecidas desde séculos.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

## VII

### CRIAÇÃO DE GADO

A criação de gado tem a maior importância na vida rural dos planaltos trasmontanos. Região montanhosa, de clima excessivo e solo magro, a cultura dava apenas com que sustentar a população. Não admira pois que a ela tenha andado aliada, desde remotos tempos, a economia pastoral.

A erva não falta ao gado grosso: prados naturais e pastagens cobrem vastos espaços, uma parte importante do território. Por outro lado, a região viveu sempre isolada, e êsse isolamento, se pesava fortemente sôbre a agricultura, era incentivo ao pastoreio. É que a dificuldade de comunicações se faz sentir menos na produção pecuária — mercadoria que por si própria se transporta — que nos produtos da terra.

Assim, criação de gado e cultura se associam e se completam. A dupla preocupação da colheita e dos rebanhos traduz-se primeiro na paisagem, onde ao lado da seara avulta a mancha verdejante do lameiro e reflete-se depois na casa rural, tanto habitação do homem e dos animais, como celeiro. Numa parte dos planaltos exige-se até mais dos produtos do gado que da cultura. Não é por mero acaso que os lameiros

ocupam quasi sempre os solos mais férteis e são de tôdas as terras a mais estimada e a de maior preço: é a herança dum tempo em que a cultura constituía ocupação subsidiária e a fortuna se contava pelas cabeças de gado. O conceito em que sempre teve a produção pecuária exprime-o o agricultor de maneira pitoresca

Não há casa boa  
sem gado nem c'roa (1).

### 1. PASTAGENS E PRADOS

A alimentação do gado é assegurada essencialmente pelas pastagens e lameiros.

Constituem as pastagens o *monte* e os terrenos de pousio, tôda a imensa extensão dos incultos, a qual dá uma relva grosseira e pouco abundante. Aí tem o gado miúdo o seu pascigo permanente. Como, porém, a produção pratense é deficitária e há necessidade de coutar os lameiros, também em muitas partes se apascenta no monte o armentio.

Os lameiros estendem-se nos vales, depressões e encostas, por tôda a parte onde a terra é regada ou mais húmida. Há lameiros « de secadal » ou de sequeiro que produzem um feno mais fino e aromático, embora em menor quantidade e lameiros de regadio,

---

(1) Ou seja, sem gado nem padre. Fazer entrar um filho na carreira sacerdotal foi sempre ambição de lavrador mais abastado.



naturalmente de maior rendimento. Em certas regiões designam-se ainda por *lameiros de erva* os prados com água permanente, aproveitados da primavera em diante, e que, por ficarem junto das povoações, recolhem parte das enxurradas que escorrem das ruas, o que aumenta extraordinariamente a produção. Nuns e noutros as ervagens constam de espécies diversas de papilionáceas e sobretudo de gramíneas (1); as últimas, à medida que se desce da zona mais alta da fronteira para as terras do sul, vão cedendo o lugar às leguminosas, de mais fraco valor nutritivo. Nos prados alagadiços dos vales a produção é maior, mas o predomínio das más ervas, juncáceas, ciperáceas e outras plantas duras, reduz o valor da pastagem.

A região dos melhores prados estende-se do Sabor ao Rabaçal compreendendo Bragança, Vinhais e parte do concelho de Macedo de Cavaleiros. Mais humidade no ar, um solo mais impermeável, um território mais acidentado e porisso de abundantes mananciais são condições propícias ao desenvolvimento das ervas; não só o rendimento é aí maior, como ainda aí crescem as melhores espécies de gramíneas.

Esta região é, pois, neste ponto mais favorecida que

---

(1) Sobre a composição dos prados de Trás-os-Montes, seu rendimento e exploração veja-se António Xavier Pereira Coutinho, *Os fenos espontaneos e as palhas de trigo, em Portugal (Estudos agronomicos)*. Lisboa, 1884, págs. 34 e seg.; José Antonio de Moura Pegado, *Os prados naturaes do norte de Portugal (lameiros)*. Dissertação inaugural apresentada ao Instituto de Agronomia e Veterinaria, 1905, passim.

outras mais adstritas de resto ao regime pastoril, como terra de Miranda. Do planalto mirandês já se disse, e com alguma razão, não ser o país pascigoso que se imagina, mas antes uma zona intermédia entre as regiões cerealíferas da Castela e os territórios ricos em erva de Trás-os-Montes (1). Embora os melhores solos estejam ocupados pelos «cerrados», as condições físicas, particularmente a escassez de água, reduzem a produção. Com dificuldade Miranda cria com rebanho bovino que excede as suas disponibilidades em forragens.

A máxima densidade dos prados encontra-se, a ocidente, no alto país de Barroso e coincidindo com ela, a máxima densidade do gado bovino [15,6 cabeças por 100 hectares em Montalegre, 12,4 em Boticas]. As condições naturais dão a razão desta importância. Está-se aí na região mais húmida e pluviosa de Trás-os-Montes (cêrca de 1.200<sup>mm</sup> de queda anual), onde o solo, predominantemente granítico, armazena a água; o clima rigoroso exclui certas culturas limitando a importância das ocupações agrícolas; o isolamento impede o camponês de preferência para exploração do gado, tanto mais que o rural minhoto seu vizinho se encarrega de recriar os bois que êle cria: — numa palavra, tudo se combina para fazer dos planaltos e montanhas barrosãos a primeira região pecuária transmontana. Mais do que em parte alguma, a economia

---

(1) João Francisco Tierno, *O gado bovino mirandês*. BOL. DIR. GERAL AGRIC., 8.º ano, n.º 1. Lisboa, 1904, pág. 19.

rural tem aí por base a regra: cultura que sustente a população, gado para vender.

Descendo de Barroso para os altos planaltos do Alvão e Padrela não é já pròpriamente o lameiro que se nos depara, mas vastos espaços a perder de vista, cobertos de curta relvagem, onde os povos pastoreiam livremente os seus rebanhos. No Marão os prados também rareiam, tirante algumas povoações mais chegadas à encosta da serra e em comunicação directa com ela. A pastagem é a da montanha; os lameiros são, na designação popular, os *campos do monte*.

À parte dos planaltos setentrionais figuram as regiões mais baixas do sul, a *terra quente*. O clima sêco relegou para um plano inferior a pradaria, formada de ervas mais grosseiras, com predomínio das leguminosas. Não é já um país de lameiros, mas de pastagens do *monte*. Conseqüência natural, o gado bovino perdeu o seu primado. Mirandela, Alfândega da Fé e Murça têm o mínimo de densidade de tóda a região (2 a 4 cabeças por 100<sup>ha</sup>); em Valpaços a densidade atinge 4,8, graças aos planaltos mais frios do norte do concelho. O boi transformou-se exclusivamente em animal de trabalho, importado das regiões criadoras vizinhas. Nesta região de montes secos e céu mais luminoso é o carneiro que caracteriza a exploração pecuária.

Dum modo geral, nas regiões onde o camponês está atido principalmente ao pastoreio e mesmo em todo Trás-os-Montes as ervas dos prados não chegam para sustentar o gado. Em terra de Miranda — os próprios criadores são os primeiros a reconhecê-lo — o rebanho

bovino é duplo do que os lameiros poderiam manter; dêste modo os animais chegam ao cabo do longo inverno lastimosamente emmagrecidos. E o que sucede em Miranda verifica-se, embora em menor escala, no resto da região.

O criador recorre porisso a forragens subsidiárias. Tudo lhe serve: — ferrãs de centeio e de cevada, nabal, milho, palha e grão de centeio, lentilhas, mesmo até a folhagem das árvores, freixo, olmo e carvalho. No Alto Barroso, a-pesar-do inverno longo e rigoroso, a manutenção dos animais torna-se mais fácil; além das ervagens dos prados, só o nabal e a batata entram aí na alimentação do rebanho bovino.

A criação tem portanto existência própria, independente da cultura. O rural trasmontano cinge-se por tôda a parte à exploração dos lameiros e pastagens e quasi desconhece os prados temporários, tão característicos do Minho. Êstes apenas se encontram a ocidente, na região de Chaves, nos vales e planaltos de Vila Pouca e na ribeira de Terva. No vale de Chaves o trevo, o azevém e a erva molar entram nos afolhamentos bienais, em rotação com os cereais de inverno e as culturas sachadas; na ribeira de Oura semeia-se o azevém e a erva molar em cultura intercalar do milho e feijão nas chamadas *terras de lima*; na veiga de Boticas alternam os prados de erva castelhana e erva molar com as searas de milho regadio. Idêntica cultura se faz em Vila Pouca, não já só no vale, mas em certos lugares da *montanha*, nas propriedades à volta das aldeias a que se dá o nome de *vessadios*

— de *vessada*, a lavoura que transforma o prado em chão de cultura —, semeadas na altura da segunda sacha do milho de erva molar, trevo e azevém. Por Setembro, ao recolher-se o milho, dá o prado a primeira camada de erva e os cortes sucedem-se depois até Maio.

Pastagens e prados naturais formam um conjunto importante nos planaltos trasmontanos. O lameiro, bordado e entrecortado além Tua de freixos, choupos e negrilhos e em Barroso de carvalhos, quasi sempre vedado de muro de pedra solta — de onde o nome mirandês de *cerrado* — põe na paisagem uma nota verdejante, que desde logo impressiona o viajante. O contraste é flagrante com a *terra quente* e ainda mais com o Alto Douro, exprimindo tudo quanto separa a economia rural das duas regiões. A criação de gado constitui, nas altas terras do norte, uma forma de ocupação do solo que faz por vezes recuar a cultura. Em Barroso, no planalto mirandês, sem deixar de ser um agricultor, o homem vive sobretudo dos seus rebanhos.

## 2. O GADO

### GADO BOVINO

É o boi a verdadeira riqueza pecuária dos planaltos. Duas raças de bovinos, uma delas a mais importante de Portugal, têm aí o seu centro de produção e daí irradiaram para uma parte do país. A seu lado e

derivados delas, dois outros tipos de bovinos se encontram ainda em Trás-os-Montes (1).

À *raça mirandesa* (2) pertence o primeiro lugar não só pela extensão que ocupa em Trás-os-Montes, como no resto do país (Beiras e Estremadura). O seu solar abrange os planaltos de entre o Sabor e Douro, a terra de Miranda, tal como se encontra defenida nalguns documentos medievais (3). O boi mirandês é um animal corpulento, espadaúdo, resistente, com um pêso vivo médio de 608<sup>kg</sup>. Fora dos planaltos orientais, em Bragança, Vinhais e parte setentrional

---

(1) É curioso notar como o poder transformador do insulamento se fêz sentir em Trás-os-Montes, multiplicando os centros de criação bovina. Repare-se na distribuição das raças em Portugal. Nos plainos abertos do sul do Tejo só existe um tipo indígena, filiado no grupo étnico das estepes meridionais da Península, com algumas alterações somatológicas quando muito indicadoras de sub-raças. Pelo contrário a norte, em Trás-os-Montes e no Minho, o solo montanhoso, tornando incomunicáveis pontos às vezes muito próximos, deu motivo a que se diferenciasssem diversos tipos bem marcados. O maior número das raças indígenas pertence à região a norte do Douro. — Veja-se João Tierno, ob. cit., pág. 11.

(2) Vejam-se os estudos de Bernardo Lima publicados no ARCHIVO RURAL e coleccionados depois sob o título *Os escritos de Silvestre Bernardo Lima — Bovideos e eqüideos* no BOLETIM DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ano I, n.º 7. Janeiro de 1919, págs. 151 e seg.; João Tierno, ob. cit., págs. 10 e seg.

(3) Num documento de D. Denis, de 1286, menciona-se o « *meu villar que he terra de Mirãda que he chamado Lagoaça.* » Lagoaça fica a sul, junto do Douro, no concelho de Freixo. O referido documento vem em J. Leite de Vasconcelos, *Estudos de Philologia Mirandesa*, v. II, pág. 235.

da região de Macedo, onde o território é mais acidentado, o solo mais húmido e as ervagens mais abundantes, os seus caracteres morfológicos alteram-se: a corpulência aumenta, a côr castanha carrega-se mais, o contôrno torna-se menos elegante. Certos traços aparentam êste novo animal, porventura mais próximo do tipo ancestral, ao boi leonês e Bernardo Lima (1) chega mesmo a admitir a hipótese de ser a sua continuação. Seja ou não assim, forma uma variedade a que uns chamam *sub-raça*, outros *familia bragancesa*.

O boi mirandês, tanto o puro como o tipo mais pesado bragancês, explora-se como animal de trabalho e criação. Esta última confina-se apenas nos planaltos mais a norte, do Douro ao Rabaçal, em Mogadouro, Miranda, Vimioso, Bragança, Vinhais e Macedo, que são por excelência a região pecuária de além Tua. O rebanho bovino compõe-se aí principalmente de vacas e vitelos. A raça, simultâneamente explorada no trabalho e criação, põe-se ao serviço pelos dois anos e nêle se conserva até aos doze e mais; êsse é também o período em que se reproduz. As crias regulam por 75 % das vacas em idade de criação; os vitelos vendem-se dos quatro para cinco meses, a bezerreiros do sul do Douro e para ali vão recriar-se. É curioso seguir a marcha desta recriação, caminhando do alto da Beira, do planalto da Guarda, da Beira central e de parte da Beira litoral para sul até à Estremadura, onde os jôvens animais saídos dos planaltos trasmontanos aparecem já bois feitos, arrancando a charrua nas alu-

---

(1) Ob. cit., pág. 158.

viões fundas do Tejo. Pela sua proveniência beiroa, conhecem-nos lá pela designação de *bois ratinhos* (1).

Fora da zona criadora, o boi mirandês encontra-se, partilhando o lugar com outros tipos, em Alfândega e um pouco no vale médio do Tua, deitando até às terras altas de Valpaços e de Chaves. Simplesmente, ao passo que nos planaltos do norte se empregam as vacas no serviço de lavoura, aqui a faina agrícola incumbe aos bois, importados novos do centro de produção e recriados (2). No limite entre a região criadora e as terras que recriam para trabalho as trocas são intensas. Ao lado das grandes feiras de bois dos planaltos do norte — o Naso, na terra de Miranda, Bragança, Chãos, Chacim — a Tôrre de D. Chama, na fronteira da *terra quente*, reúne, em certas ocasiões no seu imenso toural mais de um milhar de cabeças.

Tôda a área produtora de gado mirandês, incluída a variedade bragancesa, limita-se apenas à criação; raro se recriam os animais e menos ainda se poderiam engordar. É curioso que não só as aptidões do boi mirandês para o trabalho se exploram no mais alto

---

(1) Bernardo Lima, ob. cit., pág. 154.

(2) Nas grandes explorações é sempre o boi mirandês o preferido, não só em Portugal como em certas regiões fronteiriças de Leão. Tierno notava que os seareiros de Zamora e da Tierra de Campos acorriam às feiras de Bragança, Vinhais e Tôrre de D. Chama comprar as melhores juntas mirandesas com que substituíam os muares na lavoura. — Ob. cit., pág. 29. Hoje o comércio de bois com Espanha quási não existe.



grau fora do seu solar, como é ainda entre Douro e Tejo que êle entra em função de engorda.

Como animal de leite, o bovino mirandês vale pouco; as crias absorvem tôda a produção. Na zona de dispersão do gado mirandês apenas as terras altas do concelho de Vinhais sustentam uma pequena indústria de fabrico de manteiga, bastante antiga, pois a ela se refere já o P.<sup>o</sup> Carvalho na sua *Corografia* (1). A produção insignificante consome-se em Vinhais e Bragança.

A *raça barrosã* (2) tem o seu solar nos planaltos e montanhas de Barroso, da fronteira da Galiza ao Tâmega e da Ribeira de Terva às serras do Gerez e da Cabreira. O boi barrosão — tão conhecido, pois êle se vê, sob o seu pitoresco jugo, puxar o carro nas ruas do Pôrto — é meão de estatura (1<sup>m</sup>,18 a 1<sup>m</sup>,23), sóbrio e rústico, e como o mirandês animal de trabalho e criação. Dos dois para os três anos as vacas começam a procriar, ao mesmo tempo que se submetem ao jugo. Os toiros são quási sempre propriedade comum dos criadores de cada povoação (*boi do povo*). A comunidade dos armentários regula cuidadosamente o sustento do animal, sendo as práticas neste particular o mais variadas possível; ora o toiro é sustentado à

---

(1) T. I, art. *Vinhais*. — Chegou a haver uma tentativa de exploração, funcionando durante dois anos, em Paçó, uma pequena fábrica, a qual fechou em Maio de 1930 por dificuldade de abastecimento de leite.

(2) Bernardo Lima, ob. cit., pág. 10 e seg.

vez pelos estábulos dos associados, ora por criador próprio encarregado dêsse serviço ora ainda por divisão na época do corte dos fenos da forragem necessária para o inverno. Em quasi tôdas as aldeias também o toiro tem os seus prados próprios — as *lamas do povo* ou *do boi* (1).

Como tôdas as raças serranas e de talhe curto, a barrosã é rija, segura e rápida no trabalho, sem contudo possuir a solidez e energia da mirandesa. Estas qualidades a tornam estimada nestas terras montanhosas. São as vacas que fazem todo o trabalho da lavoura, já de si limitado e fácil pela grande quantidade de animais que o agricultor possui. O trabalho jãmais aperta; de resto, o camponês tem o cuidado de poupar o seu gado, que para êle vale sobretudo pela criação.

---

(1) O regime em que vivem os animais tem de particular que no verão se pastoreiam nos matos da serra. Em muitos lugares está ainda em uso a *vezeira*, ou seja o rebanho comum pastoreado à vez pelos donos das rezes ou por pastor assalariado. As *vezeiras* são quasi tôdas de gado miúdo; porém em Barroso, sobretudo a ocidente, na região fronteira ao Gerez, há também a *vezeira* de gado grosso. A hora anunciada por pregão público — *¡bota a rez à vezeira!* —, toque de buzina ou sinal no campanário ajuntam-se as rezes. O apascento da *vezeira* dura desde 1 de Maio ao S. Miguel (29 de Setembro); as manadas praticam uma verdadeira transumância, deslocando-se dos vales e das baixas, por onde andam de manhã, para os cimos na hora do calor, pernoitando em recintos — os *rebolais*, *currais* ou *tapadas* — amalhados, ao ar livre. É costume separarem-se as rezes, pelas idades, em diversas *vezeiras*. Êste arcaico regime pastoril, que evoca os tempos patriarcais, quasi já só existe em Barroso.

E vale ainda pelo leite. Sem que as suas aptidões lactígenas sejam notáveis, a vaca barrosã dá o bastante para que o leite constitua um dos alimentos essenciais do camponês. Já Bernardo Lima notava que o barrosão é essencialmente um galactófago (1). Também a manteiga se fabrica por quasi tôda a parte e se exporta, sob a forma de pães ou bolos — as chamadas *bicas* — para Chaves e mesmo para o Minho.

Mas é como país de produção de gado, como *região emissora*, se assim se pode dizer, que Barroso se notabiliza. Vizinho das terras húmidas e férteis do Minho, onde se pratica uma cultura intensiva, para aí envia os animais novos recriar. De Montalegre saem todos os anos em direcção a Braga e Amarante enormes manadas de vitelos, 5 a 6.000 antigamente. Aí se engordam com os despojos da cultura e daí se vão vender, bois feitos, na feira da Maia, nos arredores do Pôrto, donde o nome de *maianos* com que por lá os designam. Dêste modo uma diferença de condições naturais dá aso entre as duas regiões limitrofes à divisão do trabalho na criação bovina: os altos planaltos ricos em ervagens de Barroso criam, o litoral, com os produtos duma cultura intensa, recria e engorda os animais, cujo último destino vem a ser o matadouro de Lisboa e Pôrto e foi em tempos também a Inglaterra.

O *boi maronês* (2) (*cervato, montanheiro, de trás da serra, pinheiro* como se designa geralmente, pe-

---

(1) Ob. cit., pág. 83.

(2) Bernardo Lima, ob. cit., pág. 149.

*nato*, lhe chamam em Barroso) encontra-se nos planaltos do Alvão desde o Tâmega até além do vale de Aguiar (Mondim, Ribeira de Pena, Vila Pouca, Vila Real), estendendo-se para oriente até Valpaços e o vale do Tinhela. É um animal com certos traços do barrosão, do mesmo talhe ou um pouco maior, de côr escura ou parda; destinam-no sobretudo ao trabalho e nêle se mostra resistente, firme e ligeiro. Por se adaptar facilmente aos territórios íngremes, o preferem numa parte da região vinhateira do Douro.

Além dêstes bovinos, todos nativos de Trás-os-Montes, aparece ainda no vale de Chaves até ao vale de Aguiar, em Valpaços, Mirandela e Alfândega, subindo até ao planalto de Macedo o *boi galego* que da zona raiana (Limia, Viana del Bollo) passa a Portugal. Aparentado ao mirandês e como êle corpulento, tem fama de robusto e enérgico no trabalho, embora de sangue pouco vivo. Antes da guerra a importação fazia-se principalmente pela veiga de Chaves. Saído da Galiza dos três para os quatro meses, ia-se recriando ao longo do vale do Tâmega e daí para sul, até deitar por fim às margens do Douro. As suas qualidades de resistência, precocidade no trabalho e sobretudo o ser sóbrio e fácil de contentar faziam com que o preferissem nas regiões onde a *secura* tolhe já o desenvolvimento das ervas e nas aluviões fundas da veiga de Chaves, mais pobres em recursos forraginosos que os planaltos. A isso acrescia a vantagem da valorização da moeda portuguesa. Com a subida da peseta, o comércio decaiu. Mesmo os agricultores de Chaves

passaram a importar, embora contra a vontade, os bois mirandeses de Bragança e Vinhais ou os maronezes de Vila Pouca ao mesmo tempo que se faziam os primeiros ensaios de criação, particularmente na *montanha*, onde há melhores pastagens. Apesar de tudo, o boi galego ainda se encontra em abundância.

¿ Como se distribui o gado bovino pela região? (1). São Barroso (16.594 cabeças) e Miranda (5.716) as zonas de máxima densidade: 15,6 cabeças por 100<sup>ha</sup> em Montalegre, 12,4 em Boticas, 12,0 em Miranda. Só elas duas têm à sua parte  $\frac{1}{3}$  do gado de toda a região. Vêm a seguir Vila Pouca e Chaves, com densidades de 10,3 e 10,0. Nos restantes concelhos criadores de além Tua a densidade varia entre 6 e 8. Macedo de Cavaleiros e Valpaços ficam já no limite da zona pecuária; também porisso a densidade baixa a 4,6 e 4,8 respectivamente. A *terra quente*, pouco propícia aos prados, regista as menores densidades, representando Mirandela o mínimo (2,1).

A comparar a densidade com a de Portugal não parece que se deva atribuir à economia pastoral no Alto Trás-os-Montes uma importância extraordinária: os planaltos criadores têm 9,3 cabeças por 100<sup>ha</sup>, o que pouco excede a densidade do continente (8,1). Mas o caso muda de figura se em lugar de se referir o rebanho bovino à superfície, se comparar com a população; ver-se-á assim que enquanto a estatística

---

(1) Os números que se seguem baseiam-se nos dados do *Arrolamento geral de gados no Continente em 1925*. Lisboa, 1926.

registra para Portugal 1 boi por 7,4 habitantes, o Alto Trás-os-Montes atinge 1 por 4,1 habitantes. E ainda neste cálculo estão incluídos os concelhos do sul, onde o rebanho bovino é bastante reduzido. A média torna-se muito mais alta nas regiões predominantemente criadoras: 1 boi para 1,6 em Montalegre, para 1,8 em Miranda.

## OVINOS E CAPRINOS

Pelo seu clima predominantemente sêco e os seus vastos espaços vazios e incultos, Trás-os-Montes convém ao carneiro. De facto e embora os seus produtos sejam muito desiguais, a criação faz-se por tãda a parte, seguindo-se imediatamente à criação bovina. O efectivo total da região atinge 411.303 cabeças, o que representa  $\frac{1}{8}$  do rebanho lanígero português. Portugal possui 65,5 cabeças por 100 habitantes; no Alto Trás-os-Montes essa proporção eleva-se a 147.

Nos planaltos e montanhas de norte e oeste, que registam aliás algumas das maiores densidades, o carneiro não prima pela qualidade; do tipo bordaleiro ou churro mais ordinário, designado lá por *galego* ou *serrano*, é uma rês pequena, de lã curta e grosseira, de preferência preta, mais estimada por com ela se fabricar o *pardo* ou burel. O inquérito feito em 1870, quando do primeiro recenseamento de gados, revelou o mau estado dos rebanhos — e nesse ponto coincidem os relatórios posteriores dos intendentés da pecuária (1).

---

(1) Veja-se, por exemplo, o relatório do veterinário de Vila Real, relativo ao ano de 1891 no BOL. DIR. GERAL AGRIC., 5.º ano, n.º 5. Lisboa, 1894, pág. 496.

A verdade é que as condições geográficas não são favoráveis ao carneiro nas terras mais altas a ocidente e a norte, onde o clima é frio e húmido. Demais, o camponês presta quasi exclusivamente a sua atenção à criação bovina. Para o boi vão todos os seus cuidados; o carneiro só secundariamente lhe interessa, tanto mais que o seu principal rendimento, a lã é, além de pouca — o velo dum carneiro pesa 3<sup>kg</sup> —, de mediocre qualidade. Os criadores só gozam aí da vantagem de possuírem extensas pastagens de montanha a explorar.

Outras são as condições na *terra quente* e nos planaltos de entre Douro e Sabor. Não só o seu clima sêco convém mais ao carneiro, como é êle na *terra quente* o principal objecto da criação. O *badano*, que se encontra aqui desde Valpaços ao vale do Sabor, subindo de Mirandela até ao planalto de Macedo e às povoações mais a sul do concelho de Vinhais, é um animal de tipo merino — provavelmente resultado do cruzamento do bordaleiro comum com o merino espanhol —, de velo comprido, com o pêso de 5 a 6<sup>kg</sup>, e lã mais fina. Na bacia média do Tua se confina a melhor criação; as feiras de Mirandela e Tôrre de D. Chama reünem milhares de cabeças e são os maiores centros de comércio de gado lanar de tôda a provincia.

Fora da *terra quente*, só nos planaltos de Miranda e Mogadouro a criação é mais apurada. Miranda, produz uma variedade do badano da *terra quente* de menor corporatura e velo mais curto, e tem a particularidade de atingir a máxima densidade da região

(90,8 cabeças por 100<sup>ha</sup>). Num meio como êste, orientado essencialmente para a criação bovina, os rebanhos de carneiros — os *ganados* como lá dizem — teriam decrescido, tanto mais que os baldios quási desapareceram, se não fôra o alento que sempre lhes deu a exportação para Espanha, intensa a partir do tratado de 1893. Além da importância das pastagens de serra, só o comércio com Espanha explica o facto contraditório das maiores densidades coincidirem exactamente com as regiões da fronteira, onde — tirante os planaltos de além Sabor — as condições naturais se mostram menos propícias ao carneiro que no sul. Há assim uma cintura de criação mais intensa que abrange os concelhos raianos, do Douro ao Gerez. Os coeficientes nunca descem aí, com excepção de Vinhais, abaixo de 50 cabeças por 100<sup>ha</sup>. Pelo contrário, Mirandela — a região por excelência da produção ovina — regista apenas 40,0 e o mesmo os outros concelhos meridionais.

Salvo nas terras montanhosas dos concelhos de Bragança e Vinhais, em Barroso e nos planaltos de ocidente, o gado vive em regime de manadio, recolhendo sòmente por ocasião dos grandes temporais. Todo o ano pernoita nas *cancelas* ou *bardo*, acantonado nas terras a estrumar para a lavoura. Herança de épocas passadas, o compáscuo mantém-se aqui teimosamente. Aos rebanhos reconhece-se o livre acesso aos territórios destinados a pastagem, quer sejam baldios quer particulares. Esta limitação do direito de propriedade está profundamente arreigada nos hábitos da população e é, pode dizer-se, uma imposição do regime dominante de pequena propriedade, como que um correctivo ao



parcelamento do solo. Os rebanhos são quasi sempre pequenos, sobretudo a norte; é uma criação em pequena escala, doméstica e, em certos lugares, comunal. Na fronteira de Bragança o gado dum mesma povoação anda a cargo dum pastor comum, sustentado á vez por casa dos criadores e por espaço de tempo proporcional ao número de cabeças que possuem. Eis mais outro vestígio do antigo regime comunalista.

Lado a lado do carneiro encontra-se por tóda a parte a cabra. Animal de dente daninho, prejudicial ás plantações, tem-no dizimado em muitos sítios as posturas proibitivas dos municípios e a vontade dos povos. Afugentaram-no dos vales ricos e das regiões onde cresce em abundância a vinha e oliveira. Como a tendência é para confinar a rez caprina nos territórios pròpriamente serranos tirando-a da vizinhança de certas culturas, ela abunda sobretudo na zona montanhosa e planáltica de ocidente, onde a sua importância quasi iguala ou mesmo excede a do carneiro. Barroso possui 53,5 cabeças de caprinos para 59,9 de ovinos por 100<sup>ha</sup>; nos planaltos do Alvão e Padrela, no Marão o gado caprino bate mesmo o lanar: — 42,9 para 26,5 no concelho de Vila Pouca, 50,3 para 30,8 em Vila Real. Além Tua a cabra tem reduzida importância, salvo na região montanhosa de Vinhais e de Bragança e no planalto de Mogadouro.

## SUÍNOS; OUTRAS ESPÉCIES

A criação suína está espalhada por tãda a região e constitui um elemento apreciável na vida rural. Não só o porco proporciona a reserva de carne para todo o ano, como ainda a sua gordura serve, nesta região fria e montanhosa que desconhece em grande parte a oliveira, de base culinária. Èle é também das poucas coisas de que o camponês conta fazer algum dinheiro.

O tipo que em Trás-os-Montes constitui o grosso da espécie é o bisaro, de crescimento lento, difficil engorda e mais rico em carne que em gordura, mas a partir de 1883, e por iniciativa official, começaram a ensaiar-se os cruzamentos com o berkshire e o yorkshire, resultando daí um mestiço mais vigoroso, menos exigente e sobretudo mais precoce.

As práticas da criação são aqui mais ou menos o que são em outras partes. A batata e onde os soutos abundam a castanha formam a base da alimentação no período de çeva. Em muitos lugares também os suínos andam *em vezeira* pelos campos, a ocidente da região barrosã aproveitando a lande dos carvalhos. A extensão da criação revela-se no facto de não existir povoado um pouco mais importante que não possua o seu mercado de porcos. A exploração é um pouco mais intensa na região de Chaves, pela abundância de alimentos que a cultura pode fornecer, em Barroso e em Vinhais. A densidade, que varia nos restantes concelhos entre 3, e 7 cabeças por 100 hectares, atinge em Chaves o máximo (15,0); vêm a seguir Boticas, Montalegre e Vinhais com respectivamente 13,4, 12 e

8,6. Chaves sobretudo exporta em abundância carnes, justamente afamadas em todo o norte.

A criação das outras espécies animais tem somenos importância. O cavalo é besta de luxo, privilégio de lavrador mais abastado, utilizado mais como animal de carga que de sela. Em tempos, quando vigorava o sistema das antigas coudelarias, algumas regiões trasmontanas tiveram criação hípica de certo quilate, mas hoje, na maior parte, a casta cavalgar destina-se à produção mulateira. O recenseamento de 1925 acusa na região um efectivo total de 5.562 equídeos, quasi todos de tipo galiziano, animais rústicos e sóbrios adaptados a êste *habitat* montanhoso.

A criação muar tem relativa importância, bem diminuta em todo o caso, em terra de Miranda, Vimioso e Mogadouro, onde as populações de certas aldeias se consagram especialmente à arriaria. Por último, o jumento aparece em tôda a região, mais denso nos planaltos ocidentais e na região de Chaves: no alto distrito de Bragança particularmente a sua criação está generalizada.

Não é possível, à falta de dados estatísticos, comparar a actual riqueza pecuária com a de épocas muito afastadas. Mas um rápido cotejo dos efectivos das principais espécies acusados pelo primeiro recenseamento (1870) (1) e o recente arrolamento de 1925 permite algumas conclusões interessantes (2).

---

(1) *Recenseamento geral dos gados no Continente*. Lisboa, 1870.

(2) O quadro refere-se à região trasmontana do norte, incluídos os concelhos de Murça e Vila Real.

	Bois	Carneiros	Cabras	Porcos
1870 . . . . .	<b>48.057</b>	453.035	119.325	86.802
1925 . . . . .	<b>67.788</b>	411.303	172.157	58.329

O quadro mostra primeiro que o número de carneiros e porcos diminuiu. O efectivo total dos segundos desceu 32 % — descida que se verifica em todos os concelhos sem excepção e se deve naturalmente attribuir às epizootias que o tem dizimado. O gado lanar decresceu igualmente, embora menos (9,2 %). É certo que a criação progrediu em Bragança e na zona planáltica e montanhosa de ocidente, mas diminuiu em todo o resto. O que surpreende é terem sido as regiões mais propícias ao carneiro as mais desfalcadas nos seus rebanhos; Miranda viu o seu efectivo reduzido em 18 % e em Mirandela, o centro criador do *badano*, quasi desceu a metade. Por mais estranho que o caso pareça, tem uma fácil explicação. No planalto mirandês foi a partilha e a quasi extinção dos baldios, efectuadas nos últimos 50 anos, que provocaram a descida; quanto à *terra quente* ¿ que outra explicação a dar senão que ela se afasta decididamente da exploração pecuária? De facto, em Mirandela não foi só o rebanho ovino que diminuiu, foram todas as espécies pecuárias. ¿ E não é significativo que a este declínio dos gados corresponda um progresso acentuado da cultura, sobretudo da olivicultura?

Os efectivos caprinos baixaram na *terra quente* e nos planaltos orientais, mas em compensação acusam

na zona montanhosa de norte e oeste um sensível aumento. Confirma-se assim o que atrás se disse, a tendência para acantonar a cabra nas regiões montanhosas. São os progressos especialmente realizados nas montanhas e planaltos de oeste que fazem subir o efectivo total.

Eis, por fim, a criação bovina; só ela cresce uniformemente. Tirante os concelhos de Mirandela e Alfândega, em todos os outros o número de bois subiu. Os progressos nos planaltos criadores são por vezes extraordinários: Bragança vê o seu efectivo passar de 4.895 cabeças a 7.332, Mogadouro de 3.529 a 5.501, Macedo de 2.410 a 3.241. As mesmas diferenças a ocidente: Vila Pouca regista 3.251 cabeças em 1870, 4.439 em 1925; Chaves respectivamente 4.359 e 5.493 e em Barroso, o rebanho sobe a mais do dôbro — de 11.132 a 26.594 cabeças. Das regiões eminentemente pastorais só Miranda acompanha mais de longe este progresso, registando uma subida de 13% apenas. É que o planalto mirandês quasi atingira já em 1870 no tocante à criação bovina o ponto de saturação, se assim se pode dizer.

Em resumo, enquanto a criação dos outros animais diminui ou pouco progride a criação bovina aumenta extraordinariamente. A estatística de 1925 acusa sobre os efectivos de 1870 uma diferença para mais de 38%. Perderam as outras principais espécies, só o boi ganhou. Os planaltos trasmontanos orientam a sua economia pastoral num sentido cada vez mais especializado, mantendo e firmando a sua categoria de país produtor e distribuidor de bois.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

## VIII

### PROPRIEDADE E EXPLORAÇÃO DO SOLO

Uma população de rurais, como a dos planaltos trasmontanos, tem na terra a sua principal e quasi única fonte de riqueza. O estudo das relações íntimas que unem o homem ao solo que habita e que o sustenta é o estudo da propriedade e da exploração. No Alto Trás-os-Montes a propriedade comunitária ocupa ainda uma extensão considerável, ao lado da propriedade individual, na sua maioria de pequena superficie e fragmentada.

#### 1. OS BALDIOS (1)

São principalmente as encostas e territórios mais altos, de terreno sáfaro, impróprios para a cultura ou

---

(1) Baldio é, na linguagem corrente, o terreno maninho, inculto, mas em Trás-os-Montes significa particularmente a propriedade colectiva. Diz-se *uma terra baldia*, *um lameiro baldio*. De resto, as duas noções confundem-se visto os bens comuns abrangerem quasi só áreas incultas.

onde ela seria muito aleatória que estão sujeitos ao regime de propriedade colectiva. E compreende-se que seja assim. Numa região onde desde cêdo a economia pastoral iguala a economia agrícola e mesmo a excede a cultura subalternizou-se, quasi se reduzindo ao objectivo limitado da manutenção da população. Tal fim conseguia-se com a apropriação individual e a exploração pela lavoura dos melhores solos. O resto ficava « a monte », terras de pastagem, de lenhas e de matos e a sua fruição em comum era preferível ao domínio individual que obrigaria cada um a organizar por sua conta, e com as suas únicas fôrças, uma exploração cujo rendimento não compensava o esforço dispendido. Acresce ainda que destinando-se os incultos a pastagens, o parcelamento em glebas, dificultando a livre circulação dos gados, diminuiria sensivelmente o seu valor económico (1).

Dum modo geral a situação na maior parte dos planaltos seria esta ainda há um século: — os vales, terras mais fundas ou mais próprias à cultura cerealífera di-

---

(1) Causas de ordem histórica concorreram também para que a propriedade comunitária ocupasse em Trás-os-Montes um lugar importante. O sistema de colonização seguido nos primeiros tempos da nacionalidade foi aí o aforamento colectivo ao contrário do que succedeu no Minho, onde a fórmula adoptada era a dos casais encabeçados. Dêste modo procurava-se adaptar aos hábitos e tendências radicados na população o sistema colonizador; mas o pêso dêsses mesmos costumes e tendências dificultava depois a divisão das terras. — Veja-se L. A. Rebelo da Silva, *Memoria sobre a população e agricultura de Portugal*. Lisboa, 1868, págs. 111 e 112.



vididos em parcelas e constituindo as propriedades individuais, os solos mais altos, de mais difícil acesso, e mais pobres — e, por excepção, algumas terras férteis — indivisas, domínio da exploração comunitária. A superfície dos incultos, segundo o cálculo de Pery, andava nos meados do século passado em toda a província por 74% do território; a propriedade comunitária devia entrar com larga cota nessa percentagem.

O quadro, no momento actual, mostra-se bastante diferente. A apropriação individual do solo foi conquistando gradualmente o território pelas sucessivas divisões de baldios. O crescimento da população, a ambição viva e pertinaz na alma do camponês da apropriação plena e total do solo, essa sede e fome de terra de que tanto sofre a gente dos campos, levaram à redução dos comunais. Estes dois factos — um geográfico, outro psicológico — esclarecem o processo da evolução rápida da propriedade comunitária em particular.

Se em regiões que praticam uma cultura mais progressiva e onde têm mais fácil acesso as influências de fora, como Mirandela e Macedo, a propriedade comunitária é já muito reduzida, noutras, tal em Bragança e nos planaltos ocidentais, abrange ainda áreas extensas. É o *monte* o último refúgio deste tipo de propriedade, o seu domínio predilecto no momento actual. Logradouro comum dos vizinhos de cada povoado ele dá os matos para estrume, lenhas e pastagens e quando a necessidade o impõe transforma-se ainda em terra de lavoura transitória e accidental.

O lameiro como domínio colectivo é excepção em

Trás-os-Montes, embora haja exemplos um pouco por tãda a parte. Os prados comuns em Vinhais, onde aliás vão quási extintos, representam para certas frêguesias um valor importante: — mais de 200 contos os da Moimenta, cêrca de 100 contos um em Rebordelo. Mas salvo um caso ou outro no resto da região, é Barroso que oferece ainda com mais freqüência êste tipo de comunal. Aí existem, como se viu, os lameiros destinados ao sustento do « boi do povo » — as chamadas *lomas do boi*. A designação de *lomas do povo* aplica-se aos prados baldios onde se apascenta em comum o gado, a *fazenda* como lá dizem, dos habitantes dum mesmo lugar. Constantemente pastoreados, a erva pisada pelos animais, cobertos de água empoçada, estão num estado lastimoso.

No extrêmo leste de Trás-os-Montes a divisão dos baldios fêz-se já completamente ou quási. Em Mogadouro data de há 50 anos e pouco resta aí hoje que recorde essa forma de ocupação do solo. No planalto mirandês vai quási totalmente desaparecida. As grandes desamortizações de baldios fizeram-se em Malhadas quandô da instalação, em 1911, do pôsto zootécnico que ali funciona e mais recentemente, há cêrca de seis anos, na frêguesia da Póvoa, que possuía os melhores da região. Surpreende à primeira vista que a apropriação individual do solo se tenha generalizado mais ràpidamente aqui, onde os povos vivem sobretudo da criação de gado — com a qual anda mais relacionada a propriedade comunitária — que noutras partes menos atidas à economia pastoril. A razão está no facto de a região mirandesa constituir um planalto de insigni-

ficante relêvo, onde a cultura — de resto fácil porque as terras são no geral ligeiras e sôltas — se pode levar a tôda a parte, e mais ainda na circunstância de os solos baldios serem muitas vezes os mais férteis (1).

Na maioria dos casos os povos acordam na partilha, mas outros há em que é imposta por via administrativa, levantando resistências e contestações. Compreende-se que, em determinadas circunstâncias, o camponês deseje manter indivisos os baldios: nisso vê além do seu direito, transmitido desde tempos imemoriais, o seu interêsse. Onde não há necessidade de apropriar para a lavoura novos solos, terrenos extensos de pastagem convêm mais ao criador de gado que a « sorte » ínfima que lhe toçava na partilha. Porisso, as divisões de baldios são raras no Alto Barroso; no concelho de Vila Pouca, onde os planaltos se exploram como pastagem, não há mesmo exemplo antigo ou recente de partilha.

Onde o arcaísmo do regime comunitário sobressai com mais vigor é no modo de fruição e aproveitamento dos baldios. Duram ainda, estratificados no espirito dalguns povos, costumes e instituições que, regulando o usufruto da propriedade comunitária, representam os últimos vestígios dum regime social e dum tipo de economia rural de há muito desaparecidos (2).

---

(1) Foram êstes baldios que, algumas vezes, deram a « faceira » de hortas, como aconteceu em Constantim.

(2) Cf. Rocha Peixoto, *Formas da vida communalista em Portugal*, nas NOTAS SOBRE PORTUGAL, I. Lisboa, 1908, pág. 73-83.

Alguns exemplos servirão a mostrar o que são essas práticas. Em Barroso, quando os terrenos de lavoura são insuficientes, delimita-se nos baldios a área destinada à cultura, a qual se faz à enxada: são as *cavadas*. É o *couto* ou assembleia dos vizinhos da povoação que resolve a apropriação do terreno, o escolhe, regula a vedação da seara e fixa a data dos trabalhos agrícolas.

O *couto*, *adjunto* ou *conselho*, que assim se designa a assembleia popular, goza, consoante os lugares, de atribuições mais ou menos largas. Ele resolve acerca da cultura nos baldios, das coutarias, da drenagem das *lomas* ou prados comuns e do mais que interessa à comunidade.

O caso mais típico de regulamentação minuciosa no tocante à exploração dos baldios oferece-o o pequeno povoado de Rio de Onor, na fronteira do concelho de Bragança (1). Aparecem aí três tipos diferentes de propriedade colectiva: os lameiros (*coutos*), as terras de lavoura (*roçadas*) e o *monte*. Os últimos não constituem objecto de quaisquer disposições: cada morador dispõe livremente de pastagens e lenhas e escolhe nas *roçadas* o lote destinado a aumentar a sua colheita cerealífera. Doutro modo sucede com os «*coutos*», onde intervém já a assembleia popular, o *conselho*. A segada dos fenos faz-se em comum, em dia previamente fixado, e ela acabada rateiam-se os moihos havendo o cuidado de que a distribuição seja equita-

---

(1) Cf. F. M. Alves (Reitor de Baçal), *Vestigios do regimen agrario communal*, na ILLUST. TRASM., 1910, págs. 137 e seg.

tiva. Antes dos prados serem coutados, a pastagem é livre, mas limitada a três cabeças de gado por morador.

Êstes regulamentos têm fôrça de lei por consenso unânime das gentes e transmitem-se inalterados de pais a filhos. Ao *conselho* cumpre velar por que se executem integralmente e aplicar em caso de transgressão a tradicional multa, expressa numa dada medida de vinho. Êle decide ainda sôbre vedação de searas e de vinhas, drenagem de prados, etc. As suas atribuições transcendem mesmo o domínio dos agros comuns: pode dizer-se que tôda a vida rural lhe está sujeita.

A propriedade comunitária representa uma forma de ocupação do solo que dura ainda em parte por as populações viverem apegadas aos seus hábitos tradicionais, em parte por o imporem circunstâncias de ordem geográfica e económica. Mas o caminho andado no último meio século pela apropriação particular do solo foi imenso. O movimento vai-se comunicando pouco a pouco a tôda a região e há-de acabar por vencer definitivamente.

## 2. AS PROPRIEDADES

A maior parte do território entra no domínio da propriedade individual. Dois factos caracterizam sob êste aspecto a região trasmontana: o grande número de pequenos proprietários e a divisão cada vez maior do solo.

Desde muito longe, antes mesmo da fundação da nacionalidade, a pequena propriedade tem um lugar de relêvo no norte do país. São inumeros os documentos dos séculos x e xi que fazem supor a existência entre Minho e Mondego duma população agrícola numerosa e duma certa divisão e parcelamento da propriedade (1). Trás-os-Montes não fugiria à regra, embora fôsse muito menos povoado que a região litoral.

Causas históricas e geográficas impediram a formação dos grandes domínios rurais que caracterizam o sul de Portugal. Ao contrário do Alentejo, reconquistado já bastante tarde, no norte assentava desde remotos tempos uma população que praticava a pequena cultura. O sistema de colonização seguido pelos primeiros reis foi o aforamento, quer singular, como no Minho, quer colectivo, como em Trás-os-Montes; em qualquer dos casos favorecia a dispersão da propriedade e a pequena cultura. No sul predominaram as grandes doações e êste carácter perpetuou-se na forma latifundiária que ainda hoje aí tem a propriedade (2).

As condições físicas contrariavam também em Trás-os-Montes a formação dos grandes domínios. O território é dividido pelas cumeadas das serras e vales profundos numa série de compartimentos isolados. Nada menos próprio para a grande propriedade e cul-

---

(1) Gama Barros, ob. cit., II, pág. 13 e seg. — Cf. Alberto Sampaio, *As villas do norte de Portugal*, passim.

(2) Anselmo de Andrade, *Portugal economico*, t. I. Coimbra, 1918, pág. 64.

tura, que exigem de preferência vastas extensões uniformes, a superfície monótona e ondulada das planícies. Neste ponto o contraste é ainda flagrante com o Alentejo e o Ribatejo.

Pequena propriedade e pequena cultura têm, pois, atrás de si uma longa tradição. No século passado a venda dos bens das congregações e corporações religiosas, a extinção dos vínculos, a aplicação do Código civil que institui a partilha igual e até nossos dias a divisão dos baldios mais vieram aumentar o número dos possuidores do solo.

¿ Como se distribui a terra pelos habitantes? O primeiro facto a notar é a percentagem de proprietários por cada 100<sup>ha</sup>: nos concelhos de Valpaços e Chaves superior a 25, em Miranda, Mirandela, Mogadouro, Vinhais, Boticas e Montalegre entre 10 e 20, em Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Vimioso e Vila Pouca abaixo de 10. No conjunto da região 12,8 proprietários por cada 100<sup>ha</sup>, média inferior à de Portugal (16) (1).

Êstes números não esclarecem suficientemente o problema da divisão da propriedade. Não só é preciso distinguir a superfície susceptível de aproveitamento das áreas incultas por inaproveitáveis, que em Trás-os-Montes atingem uma alta percentagem, como haveria ainda a descontar o que pertence à proprie-

---

(1) Êstes números e os que se seguem foram calculados segundo os dados oficiais do *Anuário das Contribuições Directas. Parte I. Contribuição Predial*. Ano de 1918. Lisboa, 1923.

dade comunitária. A-pesar-de tudo, êles indicam aproximadamente onde a propriedade está mais dividida e onde o está menos. Bragança, Macedo, Alfândega e Vila Pouca, que dão as percentagens menores de proprietários por 100<sup>ha</sup>, são os concelhos em que é menor também a percentagem de proprietários em relação ao total de habitantes.

Comparando o número de proprietários com a população pode fazer-se idea da conquista do solo pelo camponês. Por tôda a parte o número de proprietários excede em muito o número de fogos (1). A percentagem de proprietários por 100 habitantes mantém-se bastante elevada: entre 25 e 30, nos concelhos de Bragança e Macedo, de 30 a 50 nos de Miranda, Mogadouro, Vimioso, Chaves, Boticas e Montalegre, acima de 50 em Mirandela, Vinhais e Valpaços. Vila Pouca dá a média mais baixa, verdadeira excepção (18), o que se explica pela extensa área que nos planaltos ocupam os baldios. No conjunto da região há 42 proprietários por 100 habitantes (Portugal, 25), percentagem que figura entre as mais altas do país (2).

São os pequenos proprietários que constituem esta

---

(1) Veja-se, por exemplo, Miranda 5.246 proprietários para 2.745 fogos, Valpaços 16.330 para 6.119, Vinhais 11.276 para 4.304, quasi o triplo.

(2) Estas cifras são mais expressivas se se compararem, não já às do Alentejo, onde ao lado dum pequeno contingente de grandes senhores de terra pulula uma massa enorme de proprietários rurais (Portalegre e Beja 12, Évora 8), mas às das regiões de propriedade dividida, que são também as de mais densa população (Viana do Castelo 43, Braga 18, Aveiro 32).



forte proporção; êles são por tôda a parte o número e por quasi tôda a parte representam o grosso das terras.

Não é possível, pois as estatísticas são nesse ponto omissas, fazer-se o cálculo da grande, média e pequena propriedade, mas pode afirmar-se com segurança que em Trás-os-Montes domina a pequena e média propriedade. A grande propriedade é excepção (1).

(1) O *Anuário das Contribuições Directas* de 1918 — a última estatística que pode servir a êstes estudos — dá o número de proprietários por cada taxa de tributação, agrupando os contribuintes segundo o rendimento colectável. É possível fazer-se assim um cálculo, embora imperfeito, da importância de cada tipo de propriedade considerando pequena propriedade a que tem um rendimento colectável abaixo de 300.00, média propriedade até dois contos e grande propriedade acima de dois contos. O método é muito grosseiro, mas serve, num país que não tem um cadastro moderno da propriedade e onde faltam todos os elementos de informação, para dar uma idea da distribuição das formas da propriedade. Escolhemos como tipos de regiões onde a propriedade está mais tlividida e onde o está menos respectivamente os concelhos de Montalegre e Macedo de Cavaleiros. Eis um primeiro quadro já elucidativo:

	População	Proprietários	Isentos	Colectados
Montalegre . . . . .	20.003	8.074	5.325	2.749
Macedo. . . . .	18.387	5.357	2.405	2.952

Tomando agora só a propriedade sôbre que incide imposto:

	Pequenos proprietários	Médios proprietários	Grandes proprietários
Montalegre . . . . .	2.715	34	-
Macedo . . . . .	2.797	146	9

São os concelhos de Mirandela, Macedo e Alfândega aqueles em que êsse tipo de propriedade ocupa um lugar mais importante.

Muito mais freqüente do que a grande propriedade é a média propriedade. No conceito comum « proprietário rico » designa quasi sempre o proprietário médio. Mas como o movimento da propriedade se verifica sobretudo pela partilha, muito mais que pela troca ou venda, a divisão vai-se acentuando cada vez mais: Trás-os-Montes evoluciona, embora lentamente, para a generalização do tipo de pequena propriedade.

É já esta que atinge no momento actual o maior desenvolvimento. Atente-se na importância das colectas que lhe dizem respeito, comparando as às que incidem sobre as outras formas de propriedade e ver-se-á que a vida rural e a exploração do solo têm por fundamento o pequeno património do camponês. Certas diferenças se notam contudo de região para região. Nos planaltos de Miranda e Vimioso, em Vinhais, em Barroso a percentagem de pequenos proprietários excede a do restante território.

Distinguem-se nesta fragmentação da terra graus diversos consoante a natureza e qualidade dos solos. Nas terras férteis, nos vales profundos chega quasi à pulverização. Nas veigas das ribeiras, junto dos povoados a divisão é levada às últimas conseqüências. Não há solo mais cobiçado do que êsse e raro será o agricultor que não possua aí a sua gleba. As *faceiras* de hortas das aldeias mirandesas — e o mesmo vale para as demais regiões — são um pitoresco mosaico de retalhos minúsculos, de alguns metros quadrados

às vezes, onde é milagre o horticultor poder mover-se. Que contraste com os solos mais afastados, consagrados à lavoura e às pastagens!

Propriedade dividida, propriedade parcelada: — um facto deriva naturalmente do outro. A exploração agrícola dispersa-se por um sem número de parcelas, separadas, disseminadas. Nem mesmo a grande propriedade escapa a estas condições gerais, chegando a haver casos de grandes proprietários que possuem prédios esparsos pelo território de vários concelhos limítrofes. A tradição é antiga, como se vê dos documentos. O mosteiro de Castro de Avelãs possuía terras espalhadas por uma grande parte da região de leste. Um documento de 1536 que institui o morgadio da casa dos Távoras mostra idênticas características naquele tipo de propriedade: enumeram-se nêles bens rústicos situados nos actuais concelhos de Mirandela, Alfândega, Mogadouro, Macedo e Miranda (1).

O parcelamento do solo traduz-se em estatística pelo grande número de inscrições matriciais. Folheando o cadastro de qualquer povoação é freqüente deparar-se a cada passo com 20, 30, 40 e 50 parcelas inscritas sob o mesmo nome. A área média de cada prédio regula entre 32 ares o mínimo, no concelho de Vinhais e 70 o máximo, em Vila Pouca.

Como a divisão, a fragmentação do solo vai-se acentuando cada vez mais. O número de prédios inscritos

---

(1) F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, IV, doc. n.º 129, pág. 378.

na matriz em Miranda passa de 78.433 em 1905 a 88.398 em 1919; Valpaços sobe no mesmo tempo de 59.110 [área média por prédio 93 ares] a 108.054 [média 51 ares], quasi o dôbro. Progresso tão rápido filia-se nas práticas geralmente adoptadas na partilha, segundo as quais em vez de dividir-se a herança em tantos quinhões independentes quantos os herdeiros, se atribui a cada co-herdeiro uma fracção am cada um dos prédios herdados (1).

Na paisagem o parcelamento do solo traduz-se na multiplicidade de vedações, sebes e divisórias. Os lameiros, as hortas, os pequenos prédios isolam-se dos vizinhos por um muro baixo, de pedra sôlta, enquanto as terras de lavoura ficam quasi sempre abertas.

### 3. AS EXPLORAÇÕES

País de média e pequena propriedade, o Alto Trás-os-Montes é ainda um país de média e pequena cultura. A grande cultura propriamente não existe; a grande propriedade cinde-se num certo número de médias e pequenas explorações. A dispersão das explorações agrícolas constitui o traço original dos planaltos trasmontanos.

Esta situação resulta da interacção dum facto natural

---

(1) O costume remonta a muito antigos tempos e explica o facto de nos actos de alienação de propriedades publicados nos *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA* figurarem bens rústicos de área ínfima. — Veja-se Gama Barros, ob. cit., II, págs. 14-15.

e dum facto social. As condições físicas do território, acidentado e cortado de vales, as diferentes aptidões dos vários solos, o predomínio das terras magras que não exigem para a lavoura uma grande concentração de esforços, impunham desde logo a dispersão da cultura, se não fôra bastante para determiná-la o regime de propriedade. Do facto da pequena e média propriedade deriva naturalmente o facto da pequena e média cultura.

Certas circunstâncias particulares, relacionadas com a natureza e aptidões do solo, multiplicam o número das pequenas explorações. Sucede assim em todos os vales férteis que se prestam a uma cultura mais variada e delicada. Nas aluviões da veiga de Chaves, que concentram em pequeno espaço a vinha, o olival, os cereais e os produtos hortícolas, o tipo de pequena cultura é mais freqüente que nos solos graníticos e xistosos dos planaltos a oriente e ocidente, onde o cultivador para viver tem de alargar o seu esforço a uma área mais vasta. A necessidade de largos pousios nos solos pobres dos planaltos explica a extensão maior em superfície das explorações nestes territórios consagrados quasi só à cultura cerealífera.

Na linguagem comum dá-se o nome de *casal* ao tipo corrente da grande e média propriedade. Constituído por um número maior ou menor de prédios esparsos, terras de sementeira, hortas, lameiros, vinhas, olivais e *monte*, necessariamente que a exploração há de ter aí um carácter dispersivo. À primeira vista idêntico aspecto oferece o Alto Douro, onde ao casal cabe o mesmo significado que no norte; contudo as diferenças

são flagrantes. No Douro subsiste por si só ou dentro do casal, mas formando um todo independente, a *quinta* — e é este elemento novo que imprime um cunho especial à exploração. A quinta duriense, com as suas casas de habitação, lagares e armazens anexos, os *cardanhos* para os trabalhadores e as suas encostas íngremes plantadas de vinha, de oliveis e na região mais a leste ainda de amendoeira, constitui um organismo autónomo. A especialização na viticultura e o fabrico dum produto de qualidade como é o vinho do Pôrto absorvem a atenção do cultivador-proprietário, que porisso engeita qualquer outra exploração. Desde então dois tipos diferentes de cultura surgem ali: — uma concentrada nas quintas, outra dispersa, aparentando a mesma fisionomia que as explorações dos planaltos de norte.

O tipo corrente de cultura do casal ocupa um lugar intermédio entre a exploração directa e as outras formas, arrendamento e parceria. O mesmo monta dizer que o possuidor dum domínio mais extenso cultiva por si, pelos seus feitores e criados uma parte, a maior parte do seu património; mas porque o seu esforço não abarque tóda a área da sua propriedade, dispersa ou parcelada, ou porque confine a sua actividade mais especialmente em certas culturas, arrenda ou *dá a meias* a outra parte dos seus prédios. O arrendamento — forma mais comum hoje que a parceria — faz-se geralmente pelo prazo dum ano; a renda é paga a maior parte das vezes em géneros e varia de região para região, computando-se às vezes, para as terras de lavoura, no equivalente à semente necessária. Quanto à parceria

— o contracto *a meias* —, ela não tem a mesma importância em tôda a região; quasi não existe em Barroso, está em via de desaparecer em Macedo e Mirandela, iguala talvez os contractos de arrendamento no planalto de Mogadouro. O tipo de contrato é com pequenas variantes o mesmo: — o *meeiro* cultivador entra com a mão de obra e a metade das despesas da semente, o gado e a outra metade fornece-os o proprietário.

A querer cingir de mais perto a realidade dos laços que unem o trabalho humano à terra, poder-se-ia dizer que a originalidade da cultura nos planaltos trasmontanos está num tipo intermédio entre a pequena e a média exploração. O pequeno proprietário tem a seu cargo muitas vezes uma exploração média; mas é sempre o seu próprio património que forma o núcleo da cultura. A vitalidade e o valor desta cultura residem na presença, real, continuada, diária, da mão de obra do camponês. Além de proprietário, o cultivador é ainda o seu principal jornaleiro. Êle só, com a família sem exclusão de mulheres e crianças, revolve o seu torrão. Quando o calendário agrícola marca a hora dos grandes labores, auxilia-o ainda o vizinho. Nestas terras pobres e de longa tradição colectivista o sistema da *torna-geira* vigora desde tempos imemoriais, representando uma forma de assistência e cooperação que não deixa de ter a sua beleza. Tudo menos recorrer ao braço estranho que haja de pagar-se; a regra da boa economia está em possuir um canto de terra e fazê-lo produzir com o próprio suor.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



## IX

# RELAÇÕES ECONÓMICAS

### I. INDÚSTRIA

#### A ANTIGA INDÚSTRIA DA SEDA. OS PEQUENOS MISTERES DECAÍDOS DOS PANOS E CURTIMENTA

Nos planaltos trasmontanos o homem vive quasi exclusivamente da terra. Agricultor ou pastor, as duas coisas a um tempo, tóda a sua atenção se fixa nas lavouras e nos rebanhos. Não há porisso nesta região montanhosa, longe do mar e dos grandes centros, pouco povoada, onde mesmo as cidades não passam de mercados rurais, indústria que mereça menção especial. Mas se não se conhecem aqui os aglomerados humanos que tiram da máquina a sua razão de ser, não deixa de existir contudo um certo trabalho industrial, consequência inevitável do isolamento. Retraído nos seus planaltos sulcados por caminhos quasi intransitáveis, o camponês teve de fabricar para o consumo da família o que difficilmente lhe podia vir de fora. Assim se espalharam pelos campos os pequenos misteres e cada casa foi uma pequena manufactura.

O quadro da actividade industrial trasmontana tem quasi só um interêsse retrospectivo, demonstrativo em todo o caso do processo de decadência da manufactura doméstica em face da concorrência da grande indústria. Aliás, dêssees antigos pequenos misteres sobrevivem ainda restos.

De tôdas as indústrias foi a dos tecidos de seda que teve maior importância conseguindo transpor o limiar dos mercados locais e ganhar uma certa celebridade no país. Ela fêz, com o comércio da seda, a prosperidade da região oriental especialmente no fim do século XVIII e comêço do século passado (1).

A criação do bicho da seda data em Trás-os-Montes de tempos muito antigos; a ela se refere já um documento de 1233 que diz respeito à região de Chaves (2). Pela segunda metade do século XV iniciou-se a manufactura em Bragança (3) e decerto progrediu depressa porque um século mais tarde a fama dos seus produtos corria já em provérbio recolhido por Jorge Ferreira de

(1) É grande a bibliografia sôbre a sericicultura e a manufactura das sedas em Trás-os-Montes. Veja-se a indicação das principais espécies em F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH* II, págs. 470-471.

(2) É o foral concedido ao couto de Ervededo pelo arcebispo de Braga. — D. Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, parte II, cap. XXV, pág. 112.

(3) Em 1475 concede D. Afonso V ao duque de Guimarães diversos privilégios para os teares então fundados em Bragança. Veja-se a referência a êste e outros documentos em F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, II, págs. 452-453.

Vasconcelos, na *Eufrosina*: — « *um engano de afeição he mais brando que veludo de Bragança* » (1).

Sob o impulso da política económica do conde da Ericeira o fabrico da seda vai-se desenvolvendo. Ao mesmo tempo que se funda em Lisboa a primeira fábrica, Bragança, Vinhais, Moncorvo e outras terras trasmontanas tornam-se notáveis na manufactura de veludos e na tinturaria. O movimento continua no século XVIII, no tempo de Pombal. Chacim é então um centro muito industrioso com manufactura de gorgorões, mantos, veludos lavrados e lisos que faziam viver muita gente e animavam o trabalho de 70 teares e mais de vinte tornos de torcer. Parte da matéria prima era importada; a Itália fornecia a seda para os tafetás doubles e a mais fina da provincia empregava-se na confecção dos mantos e veludos. Com Chacim concorria Bragança, que exerce durante algum tempo o primado entre os centros industriais trasmontanos. « *A fabrica de Bragança — escrevia um economista contemporâneo — é das mais famosas não só da provincia mas de todo o reino. Ha pouco mais de cem annos que se conserva em Bragança mas o mau regimen, falta de methodo e consumo das fazendas a teem feito decahir por muitas vezes. Fabricavam-se nella diversas qualidades de obras que tinham grande estimação em todo o reino pela bondade da tinturaria e das manufacturas, que por mais de cincoenta annos se conservou no seu florescimento* » (2). As vicissitudes por

(1) Ed. da Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pág. 22.

(2) Dr. José António de Sá, *Compendio de Observações que*

que passou não provinham só da deficiente organização e do pouco escrupulo dos fabricantes, mas também da inconstância da moda. Segundo declara o mesmo autor o desuso em que caíram na côrte os mantos, um pouco antes do terramoto, lançou a miséria entre os lavrantes da seda que chegaram a ter de viver de esmolos. Com a moda das pelúcias, generalizada mais tarde, a laboração volta a animar-se.

A situação era de novo angustiosa quando em 1773 e 1774 a iniciativa dum negociante audacioso e de largas vistas imprimiu ao fabrico um novo movimento. Chamando um especialista de Lisboa montou tinturarias e começou a fabricar pelúcias, tafetás, nobrezas e setins da melhor qualidade que chegaram a bater os tecidos italianos. A exportação fazia-se activamente para todo o país e mesmo para a América. Bragança, com os seus 200 teares e 40 tornos, conhece então um período áureo. A seda chegava para sustentar as indústrias locais e ainda largamente se exportava para todo o país; às grandes feiras anuais de Valbemfeito e Mirandela concorriam os negociantes de Lisboa abastecer-se. Tôda a seda tecida em Portugal se torcia em Trás-os-Montes; em parte alguma se tingia melhor em prêto e da arte de dobar viviam muitas mulheres pôsto que « *ainda ignoram os engenhos de dobar a tres e quatro dobadoúras* ». A produção total de seda na província calculava-se em 40.000 arráteis.

A grande dificuldade da indústria fôra sempre a im-

---

*formam o plano da Viagem política e philosophica, que se deve fazer dentro da Patria. Lisboa, 1783, págs. 213 e seg.*

perfeição do fiado, impróprio para certos tecidos mais finos, o que obrigava a importar de Itália. Para obviar ao inconveniente, o governo de D. Maria I resolve criar um filatório à maneira piemontesa, pondo à sua frente técnicos italianos, e por carta régia de 1778 estabelece-se em Chacim a escola de fição, que «*hade ser matriz e modelo das mais*» (1). Dentro em pouco começou Chacim a fabricar veludos, glacés, tafetás, nobrezas, setins e pelúcias da melhor qualidade, com larga venda para o país e estrangeiro. As duas corporações de fabricantes dessa vila e de Bragança trabalham activamente. Bragança conta então 400 teares, havendo-os ainda espalhados por tôda a região (2).

Mas a ruína vem próxima. O trabalho manual não pode competir com a laboração mecânica, que produz mais perfeito e por menor preço; a máquina mata o tear arcaico. Sob o pêso da concorrência estrangeira 60 teares fecham em Bragança em 1844 e por 1867 restam apenas 6, que produzem tafetá, sarja e nobreza; neste ano já só trabalhavam em todo o distrito 24 tornos e mesmo êsses com intermitências (3).

(1) Link attribui a decadência do labor da seda à intervenção do estado, classificando de «inconvenientes» as medidas tomadas quanto ao estabelecimento de Chacim. — Hoffmannsegg e Link, ob. cit., II, págs. 69-70, III, pág. 13.

(2) O estado próspero da fábrica de sedas de Bragança deduz-se ainda do facto de em 1804 os fabricantes proporem ao fisco a avença annual de 300.000 réis. — F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, III, doc. n.º 113, págs. 252-253.

(3) Segundo o relatório do júri da exposição de sericultura do Palácio de Cristal de 1867. Ver extractos em F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, II, págs. 460 e seg.

Não finda aqui a prosperidade que a seda trouxe á região trasmontana. As doenças que nos meados do século passado devastam as criações em França e se transmitem a tôda a Europa fazem de novo a fortuna da sericultura trasmontana. Vêm de França os negociantes procurar avidamente as sementes das sirgaziás destas longinquas « montanhas ocidentais »; a procura, os altos preços estimulam a criação e enriquecem o camponês. Mas dura pouco o eldorado. Por 1863 os primeiros sintomas de doença manifestam-se em Trás-os-Montes. A produção mantém-se, no entanto, bastante elevada (200.000<sup>kg</sup> de casulo em 1864 para o distrito de Bragança) e vai subindo progressivamente até 1868. Nos quatro anos seguintes a doença generaliza-se e a partir de 1876 a criação entra em completa ruína (1).

A seda é uma indústria já morta ou quasi, mas a dos outros téxteis — a lã e o linho — dura ainda. Rara é mesmo a aldeia que não possui os seus teares,

---

(1) Sôbre a decadência da sericultura no distrito de Bragança ver os extractos dos notáveis relatórios dos agrónomos Alfredo Carlos Le Cocq, de 1875, e do seu sucessor sr. D. António X. Pereira Coutinho, de 1876, publicados no BOL. DIR. GERAL AGRIC., n.º 5, Maio de 1889, particularmente a págs. 317-318, 321-322. — O ministro Emídio Navarro tentou mais tarde, de colaboração com um agrónomo distinto, Menezes Pimentel, fazer renascer a criação. Menezes Pimentel, estudado o problema, relíniu as suas observações no relatório *Tentativa de um plano de regeneração da sericultura portuguesa*. BOL. DIR. GERAL AGRIC., 4.º ano, n.º 2 Lisboa, 1892, e no livro *A Sericultura portuguesa*, 1902. As tentativas de M. Pimentel têm sido continuadas na escola agrícola de Mirandela, que hoje tem o seu nome.

reduzidos embora ao silêncio quantos dêles pela concorrência dos produtos da grande indústria.

A manufactura do linho sofreu mais que a da lã. O tecido de algodão bateu o velho pano, rijo e durável, de linho. Em tempos a cultura era bastante extensa ocupando uma parte das terras mais fundas e frescas, junto das ribeiras. O camponês semeava quantidade suficiente que lhe permitisse renovar o bragal e vender ainda alguns panos. Hoje cultura e fabrico estão em franca decadência. Só nas regiões serranas ou mais isoladas a pequena planta mancha ainda com as suas flores azues as veigas das ribeiras. Isso e a vista do bragal quando succede entrar-se na casa do lavrador deixam ver que, a-pesar-de tudo, a indústria ainda não morreu.

Como a manufactura do linho, a da lã anda adstrita à casa agrícola, mas o consumo relativamente importante em tempos permitia subsistirem aqui e além pequenos núcleos de famílias que viviam exclusivamente do fabrico. No século xvii Bragança tinha uma corporação de tecelões e um inquérito feito no fim do século xviii (1) mostra que nos planaltos de além Tua o trabalho da lã sustentava alguns centos de pessoas. Em Alfândega da Fé e seu termo havia 217 fabricantes e 77 cardadores, em Vimioso 3 e 26; Miranda e Algosó tinham respectivamente 80 e 38 fabricantes. Fiava-se e tecia-se a lã preta, mais estimada por escusar tintura. Actualmente, embora em menor escala,

---

(1) *Descrição da Provincia de Tras os Montes*, atrás cit.

ainda se fia e tece e se produzem os panos de estamemha e burel.

O tecido de burel — o *pardo*, como se designa além Tua — duma solidez à prova de anos, servia para a confecção do traço regional. Em Miranda o homem vestia ainda nos meados do século passado sôbre o *jaleco* de grossos botões de pano, a *vestia* curta, de estreita gola, debruada vistosamente de burel, calção de alçapão e polaina, envolvendo-se até aos pés, como numa solene dalmática, na ampla e pesada *capa de honras*, com a sua espécie de capelo caprichosamente ornamentado e a *honra*, terminada por compridas franjas, caindo até meio das costas; as mulheres usavam espesso *saiote* e o *baju*, casaquinho duplamente pregueado nos ombros, terminando atrás pelo *rabecho* bordado. A maior facilidade de comunicações, a concorrência dos tecidos de fora arruinando as indústrias caseiras, vão fazendo desaparecer o traço antigo. Em Miranda só perdura a *capa de honras*, o calção voltou-se em calça, que nem sempre é já de burel, a jaqueta perdeu os seus ornatos e passou a talhar-se por molde menos arcaico. O mesmo sucedeu nas outras regiões. A mulher barrosã ainda conserva, com a grossa saia de estamemha, a *capucha*, capa de burel que se põe pela cabeça e cai até ao joelho; nos planaltos de Valpaços tecem ainda o *picote*, uma lâ grosseira de que se faz o *avental*, capa simples talhada num só pano, usada no inverno; mas tudo o mais se perdeu.

Outra pequena indústria que existia também sobretudo a leste era a da curtimenta de peles. A sua dispersão pelo território de além Tua pode deduzir-se



das naturalidades dos curtidores e surradores processados durante dois séculos pela Inquisição, pois era labor quasi exclusivo da população de judeus entrada em Trás-os-Montes no fim do século xv. A estatística já referida de 1796 aponta em Outeiro 240 fabricantes de courama, os quais, embora o inquérito o não diga, deviam pertencer às povoações de Carção e Argoselo, então do termo da vila de Outeiro, hoje do concelho de Vimioso. Na primeira a manufactura extinguiu-se há três anos, mas em Argoselo ainda existem alguns pequenos estabelecimentos com os seus poços — os *pelames* e *omadouros* — para a curtimenta, que se faz por processos bastante primitivos. Fabricam-se peles de carneiro ou de cabra e de vaca — as *carneiras*, *esquinote* e *cordovom* da tecnologia local.

#### MINAS E PEDREIRAS. ÁGUAS MINERAIS

Existem nos jazigos minerais de Trás-os-Montes vestígios de exploração muito antiga, provavelmente do tempo da ocupação romana. Através da Idade Média também decerto a extracção se fêz, mas só a partir dos séculos xv e xvi os documentos começam a referir-se particularmente às minas trasmontanas. Por 1453 o duque de Bragança instala em Bragança uma ferraria para a qual consegue do rei grandes privilégios e isenções (1). No tempo de D. Manuel começou a explo-

---

(1) D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. III, livro VI, prova n.º 27. — Cf. F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, III, doc. n.º 82, pág. 175.

ração dos jazigos de estanho, que a lei das minas de 1557 reserva para a coroa. Para estas minas, bem como para as da Guarda e Viseu, publica-se em 1655 um regulamento. Finalmente no primeiro quartel do século XIX o estado intenta sem grande resultado a lavra dos jazigos estaníferos de Rebordosa e Brunhosinho e de galena de Ventuzelo(1).

A-pesar-da abundância e variedade das mineralizações — a região oriental passa por ser das mais ricas em jazigos de todo o país — a indústria extractiva tem diminuta importância. O isolamento, a dificuldade de comunicações tornando o transporte caro e obrigando a um preço de revenda que impossibilita a concorrência com minerais de outra proveniência, têm feito recuar as iniciativas; aliás, os ensaios de exploração feitos até aqui deram resultados bem mediocres.

Os principais jazigos dos planaltos(2) parecem ser — pois neste particular uma parte da região é ainda *terra incognita* — os de cassiterite, até hoje quasi os únicos explorados com alguma continuidade(3). A zona esta-

---

(1) A mina de Ventuzelo, reconhecida pelo barão de Eschwege, e outras de Trás-os-Montes fôram objecto duma memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1.<sup>a</sup> série, t. V, p. II, págs. 77-91.

(2) Veja-se em Severiano Monteiro e João Augusto Barata, *Catalogo descriptivo da secção de minas. Grupo I e II*. Lisboa, 1889, a descrição de alguns jazigos trasmontanos, especialmente a págs. 152-159, 170-172.

(3) Nas casas trasmontanas sempre foram numerosos os objectos fabricados de estanho.

nifera trasmontana compreende diversos jazigos que se estendem a norte, entre o Douro e o Rabaçal — Brunhosinho (Mogadouro), S. Martinho de Angueira (Miranda), Parada, Paredes e Coelhooso (Bragança), Ervedosa (Vinhais). O metal aparece em filões de quartzo de possança inferior a 0<sup>m</sup>,50, juntamente com mica amarela, volframite e mispíquel — filões que surgem no contacto dos xistos cristalinos e precâmbrios com os granitos ou ainda atravessando as intrusões graníticas. A exploração tem-se feito com intermitências, tal por exemplo nas minas de S. Martinho de Angueira onde há três anos trabalhavam apenas 30 a 35 operários. Em Rebordosa, Brunhosinho e Parada a laboração tem sido mais regular. As minas de Parada, pertencentes a uma sociedade franceza, representam a tentativa mais séria de exploração.

Durante a guerra a actividade mineira recrudescceu, estimulada pela procura e os altos preços. Data daí a exploração de numerosos jazigos de volframite, ao depois abandonados. Mas a extracção dêste minério fazia-se já muito antes nas minas da Borralha, no extremo ocidental de Barroso, onde a laboração, embora bastante lenta, ainda continua.

A exploração das pedreiras anda a par em indigência com a das minas. Granitos e xistos aproveitam-se para a construção tais como aparecem à superfície, quasi sem serem aparelhados. Dos xistos silúricos extraem-se as ardósias com que se cobrem as casas na fronteira de Bragança e no Marão. A exploração da cal, reduzida às raras formações de calcáreos cristalinos e silúricos, tem porisso uma importância maior.

São os jazigos de Vale da Porca (Macedo), com os seus 6 a 8 fornos em laboração, e os do Marão que fornecem a cal para quasi tôda a provincia e mesmo até para certas povoações da Beira. Quanto aos mármore e alabastros de Santo Adrião, objecto duma já grande bibliografia desde que Nery Delgado fêz o seu primeiro reconhecimento (1), acham-se hoje abandonados, tolhida a exploração pela dificuldade do transporte.

No inventário desta reduzida actividade industrial falta mencionar a exploração de argilas para o fabrico da telha, em vários lugares; e para a olaria, no vale de Chaves e em Pinela, próximo de Bragança, sobretudo. Pinela modela em barro vermelho cântaros, jarros, vasos de vária espécie que irradiam para uma parte da região. Os púcaros, talhas, moringas e cântaros negros ou prateados das povoações da veiga de Chaves (Nantes, Vilar de Nantes, Samaiões) jámais faltam nas feiras, de Barroso a Mirandela.

Ocupando um lugar aparte entre as riquezas mineralógicas trasmontanas vêm por fim as nascentes minerais. O grupo principal é o da *bacia do alto Tâmega*. Ao longo da depressão do Corgo-Chaves emerge das diaclases do granito porfiróide e em Chaves dos xistos recobertos de depósitos aluviais tôda essa série de nascentes bicarbonatadas, de fama em todo o país: — Pedras Salgadas e Vidago, onde a mineralização

---

(1) Veja-se a nota atrás a pág. 35 e F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, II, págs. 439-440.

atinge o máximo, Sabroso, Oura, Vila Verde, Chaves e Vilarelho da Raia (1).

## 2. O COMÉRCIO

### AS FEIRAS

Em todos os tempos neste país sem comunicações fôram as feiras a expressão mais característica da actividade comercial. Periòdicamente o camponês se deslocava acorrendo a êsses pontos de reunião com os seus gados, os produtos da sua lavoura para, ao mesmo tempo que fazia algum dinheiro, se prover de tudo o necessário.

O inquérito já mencionado do fim do século XVIII (2) mostra o estado das relações comerciais nesse tempo. O número de feiras era bastante inferior ao actual, mas porisso mesmo, e porque na feira se concentrava então quási todo o tráfico, o montante das transacções devia ser maior. Cada cabeça de concelho tinha pelo menos a sua feira mensal, algumas ainda como Chacim, Mirandela e Chaves uma mensal e outra anual e Mogadouro duas mensais e duas anuais. A actividade comercial era maior nas duas capitais regionais — Bragança e Chaves — e na *terra quente*, onde a Tôrre de D. Chama seria já um centro importante de comércio

---

(1) Veja-se P. Choffat, *La depression Regoa-Verin et ses sources carbonnatées*.

(2) Veja-se a lista das feiras. *Descripção da Provincia de Tras os Montes* na ILLUSTR. TRASM., 1908, pág. 82.

de bois, tal qual a feira dos Chãos, no t ermo de Bragança. O planalto mirand es tinha duas feiras mensais — Miranda e Sendim. Em todos êstes mercados se transaccionavam o gado, cereais e os restantes produtos da terra, seda em fio, tecidos e os produtos da pequena indústria local.

A situação é agora bastante diferente. A abertura das vias de comunicação p s em contacto mais directo o negociante com o produtor e f z duma parte das aldeias centros de aprovisionamento, de sorte que o campon es não são passou a fazer parte das vendas na sua pr pria casa, como já não precisa de deslocar-se para prover-se d  mais necessário à vida. Perderam com isso as feiras aquele aspecto peculiar que tinham, misto de parada de gado e bazar, para se transformarem quási são em mercados de gado. Contudo o seu número cresceu extraordinariamente: de 26 povoações onde se fazia feira no fim do século XVIII, o número subiu a 53. As grandes transacções são as de gado bovino, sobretudo nas feiras de inverno e primavera, as de carneiros também na *terra quente* por Junho e Agôsto. Bragança, os Chãos, Chacim, Tôrre de D. Chama, Montalegre constituem os principais centros do tráfico de bois. Mirandela e ainda a Tôrre especializaram-se nas transacções de gado de l . A ocidente o grande centro comercial   Chaves a cujas feiras e mercados concorrem as populações dos vales e planaltos vizinhos. Moga-douro, com a sua célebre feira dos Gor zes, em Outubro, especializou-se nas trocas de bestas de sela e carga. No centro duma região de intensa cultura da oliveira, Mirandela tem uma *feira de azeite* que fixa os preços

para este produto. E por fim a pequena povoação de Frieira (Bragança) goza do privilégio duma *feira de homens*, que se faz pelo S. João e onde vêm de longe, por vezes mesmo de Chaves e Barroso, contractar a mão de obra que aí se oferta.

#### AS TROCAS DE PRODUTOS

Os planaltos de Trás-os-Montes contribuíram sempre com pouco para o comércio geral do país. As grandes produções, o centeio e a batata, absorve-as a alimentação; as trocas fazem-se no interior da região, compensando as terras mais favorecidas as suas vizinhas deficitárias. Exporta-se vinho de certas zonas mais acentuadamente vitícolas (Valpaços, Ribeira de Ourea), mas em quantidade diminuta, pois também aqui os principais mercados são os da região, exporta-se ainda castanha; Mirandela e Chaves enviam também para o Pôrto os seus produtos hortícolas. Junte-se a isto os produtos florestais, que tiveram em certos lugares uma grande extracção durante a guerra. Neste particular, a cortiça representa o maior valor. As matas de sobreiros de além Tua, especialmente de Mirandela onde só a floresta do Quadraçal tem para cima de meio milhão de pés, exportam anualmente alguns milhares de toneladas.

Tanto como os produtos da terra pesa na exportação o gado. Não voltaremos ao que ficou dito. De Barroso saem para o Minho grandes manadas de vitelos que ali se fazem bois de trabalho ou de açougue; por sua vez, os planaltos criadores de leste, de Miranda a

Vinhais, enviam os animais para a Beira, donde deitam até ao vale do Tejo.

E eis ao que se reduz o tráfico da região. É para o Pôrto que êle se orienta. Às três gares do Pocinho, Tua e Régua vêm dar as mercadorias e daí seguem à metrópole do norte, tanto centro de atracção económica da região litoral como dos recuados planaltos trasmontanos.

### 3. A CIRCULAÇÃO

As mais antigas e as mais célebres estradas cujo traçado se conhece datam da dominação romana e dispunham-se, no noroeste da península, de modo a assegurarem a ligação entre as duas metrópoles — Braga e Astorga.

Claro é que já em épocas anteriores o trânsito existia, mas certamente feito através duma rêde difusa de caminhos, não hierarquizados nem disciplinados: uma circulação de pormenor, apenas. Pelo contrário, os romanos, para quem a estrada é antes de mais a armadura do estado, subordinam todo o trânsito às grandes vias que unem os centros administrativos. Para nos servirmos duma expressão sugestiva que algures emprega J. Brunhes, o caminho sai da fase esporádica para atingir a concepção mais alta da rêde.

Das três vias que saíam de Braga em direcção a Astorga só uma atravessava Trás-os-Montes. Penetrando aí pelo vale do Cávado, em Salamonde e Rui-vães, seguia depois ao longo do planalto que medeia entre aquele rio e o Regabão até além de Montalegre e





TRÔÇO DA VIA ROMANA DE BRAGA A ASTORGA,  
NA SUBIDA DE CHAVES PARA O PLANALTO.

Ao fundo a veiga e a mancha branca da cidade.



TIPO DE CASA MIRANDESA (CONSTANTIM).

*Clichés V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

daí descia para Chaves. É provável que neste trajecto de Ruivães a Chaves se inserissem duas vias, a segunda das quais seguiria pela serra das Alturas a passar o Bessa para Boticas e daí por Sapiãos e Curalha, tal como a actual estrada, a Chaves (1).

De Chaves a via cortava a veiga, escalando depois o rebordo do planalto (Est. VI) e nêle corria por Vila-randelo a Vale de Têlhas, sôbre o Rabaçal. Daí em diante, entra-se no dominio das conjecturas; porventura subiria para norte entre o Rabaçal e o Tuela a passar a fronteira para Lubian, destacando-se outro ramo para leste, na direcção de Bragança.

Certamente desta artéria média — a única mencionada no Itinerário de Antonino — partiam estradas divergentes, mas nada se sabe ao certo delas.

Estratégicas mais do que económicas, as vias romanas seguiam de preferência ao longo das cumeadas e planaltos. Parece contudo que nem sempre os engenheiros do império deixavam de ter em conta a topografia e os acidentes do relêvo, pois que de Braga a Chaves vão 15 léguas e o Itinerário de Antonino conta 22,5: — o desejo de estabelecer o mais curto percurso cedeu diante das dificuldades da construção.

Com a Idade Média cai-se de novo num período anárquico da circulação e tanto mais quanto o país se prestava pouco a via de passagem. De novo o trânsito se dissemina por uma infinidade de caminhos secundários, sem grandes artérias que o canalizem e concen-

---

(1) Contador de Argote, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*. Lisboa 1734, t. II, págs. 570 e seg.

trem. É contudo certo que se o tempo apagou quasi todos os traços materiais da estrada romana, ela sobrevive pela sua direcção. Em muitas regiões o tráfico continua a seguir os mesmos rumos, talvez mesmo as suas próprias pistas. O caminho de Barroso a Braga foi sempre pelo planalto de entre Cávado e Regabão, direito a Ruivães e Salamonde, o mesmo trajecto hoje seguido pela estrada em via de concluir-se. De Chaves para Valpaços a estrada actual ajusta-se também perfeitamente até Vilarandelo à velha via que levava a Asturica. E as chamadas *estradas velhas* quantas vezes não representarão afinal a persistência do trânsito, nos mesmos trilhos da circulação romana!

Um segundo momento começa na evolução das vias de comunicação com a abertura, nos meados do século passado, das modernas estradas macadamizadas. A rêde actual, de resto incompleta e pouco densa, dispõe-se de modo a assegurar a comunicação dos planaltos, quer com os seus centros administrativos ou económicos, quer com a linha férrea do Douro, o que tanto monta dizer com o Pôrto.

Bragança e Chaves são os dois núcleos da rêde, um a oriente outro a occidente. Da primeira irradiam estradas para oriente até Miranda, para oeste até Vinhais e depois Chaves, para sul, até Iseda a continuar para o vale do Sabor, e duas para Mirandela, uma pela Torre de D. Chama, outra por Macedo. Aqui insere-se no sistema a estrada que se bifurca adiante, indo um ramo para o Pocinho, pelo vale da Vilariça e um outro para Mogadouro. O nó onde vão prender as malhas da rêde dum e doutro lado do Tua é Mirandela, no centro

geométrico da província, ligada a Vila Real pela estrada que passa em Murça e irá transpor o Marão, para o Pôrto, e a que vai por Valpaços a Chaves e segue em parte, como se viu, a via romana.

Chaves comanda por sua vez o sistema do ocidente. Além das estradas de Bragança e Mirandela e doutras de interêsse mais local, aí vêm dar a estrada de Braga por Montalegre e a que sobe da Régua, ao longo da via férrea e continua depois para a fronteira. As ligações com a rêde espanhola fazem-se apenas aí (para Verim), a norte de Bragança (para Puebla de Senabria) e na fronteira de leste, em Quintanilha (para Alcanices e Zamora).

Se algumas destas estradas aproveitam os cortes dos vales — é o que succede especialmente com a da Régua-Chaves que segue a grande depressão longitudinal tantas vezes mencionada — a grande maioria corre ao longo dos planaltos. As dificuldades da construção claro é que estavam, portanto, na passagem dos vales, onde se sucedem as curvas e as rampas de perfis íngremes.

A rêde da circulação trasmontana, constituída nas suas grandes linhas, é contudo insufficiente nos pormenores. Quási tanto como as grandes artérias contam os pequenos veios que a elas se prendem e dos quais em grande parte se alimenta o trânsito; e se isto é verdade em qualquer parte, mais o é em Trás-os-Montes onde a densidade das estradas é relativamente baixa. Porque o sistema de caminhos vicinaes é deficiente, o trânsito diminui rapidamente longe dos pontos privilegiados por onde passam as estradas. Aí a cir-

culação ainda se mantém no último degrau da hierarquia, no caminho rural difuso e pedregoso que só conhece a penosa tracção do carro de bois e no atalho que não comporta transporte diferente do que se faz a dorso de besta.

#### LINHAS FÉRREAS

O caminho de ferro só tarde chegou aos planaltos de Trás-os-Montes. A primeira linha que se construiu foi a de Tua há pouco mais de 30 anos, mas sem passar além de Mirandela onde largo tempo se imobilizou, só muito tarde alcançando Bragança. O mesmo sucedeu com a do vale do Corgo, aberta à exploração até Vila Real em 1906 e concluída em 1922. Quanto à linha do Pocinho, atingiu Mogadouro há dois anos e ainda há pouco se não sabia ao certo onde havia de levar-se. Ao todo, no momento actual e dentro dos limites da região, 194<sup>km</sup> construídos, o que para uma superfície tão vasta é bem pouco. É verdade que Trás-os-Montes se presta difficilmente aos novos meios de transporte, só acessível do vale do Douro pelos cortes dos vales afluentes e ainda assim à custa de trabalhos dispendiosos. A subida directa do vale do Douro para o planalto implica difficuldades técnicas que se podem avaliar por êste simples facto: — a linha do Pocinho tem a vencer nos 13<sup>km</sup> primeiros até Moncorvo uma diferença de nível de mais de 300<sup>m</sup>. A rampa é tão violenta que o comboio demora no trajecto 50 minutos.

Às difficuldades técnicas e dispêndio da construção junta-se a incerteza de tráfico compensador. A região não produz com que alimentar uma circulação activa.

Se as vias recolhem nalguns pontos um frete remunerador, perdem na maior parte das secções. A imagem do que é êsse tráfico tão lento ressalta do simples facto de saber-se que nas linhas do Tua e Pocinho apenas circulam dois comboios diários que fazem todo o percurso, e a velocidades respectivamente de 25 e 20<sup>km</sup> à hora. Só por ocasião das grandes feiras o número de comboios aumenta e o transporte se anima. No vale do Corgo a situação é um pouco diferente, especialmente no verão com a afluência às estâncias de águas do Vidago e Pedras Salgadas.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



## X

# A HABITAÇÃO E AS POVOAÇÕES

### 1. A CASA

A habitação traduz a influência das condições físicas e é, neste país de rurais, o próprio reflexo da vida do camponês. Imagem do solo pelos materiais de que foi construída, denuncia na sua disposição interna as condições de vida dos habitantes:— ela sintetiza e resume as multímodas relações do homem com o meio geográfico.

#### OS TIPOS DE HABITAÇÃO

A casa dos planaltos trasmontanos adapta-se estreitamente às condições duma exploração semi-agrícola e semi-pastoral. O principio dominante é o de abrigar sob o mesmo tecto a habitação, os estábulos, celeiros e adegas, ou seja os homens, os animais e os produtos da terra. Assim encarada, a casa constitui um organismo completo, que corresponde a tôdas as exigências de vida do camponês. A reunião num mesmo corpo de edificio da habitação, dos estábulos e dependências destinadas a recolher a produção agrícola representa a

concepção mais económica, a que melhor se adapta a esta região de pequena propriedade e pequena cultura dominantes. Ela é ainda a mais cómoda, a mais conforme com uma economia rural em que a criação de gado desempenha um papel de relêvo: colocados sob o mesmo tecto que abriga o camponês, os animais podem ser mais estreitamente vigiados.

¿Como se agrupam e se soldam neste conjunto as diversas partes que o constituem? Desenhando um quadrilátero mais ou menos regular, a casa comporta rés-do-chão e primeiro andar (Est. VI). As habitações de mais de um andar são raríssimas nas aldeias. O rés-do-chão reserva-se para o gado e as colheitas; paredes meias, aí ficam os estábulos (as *lojas*), celeiros e adegas. Os estábulos deitam para um pátio (o *curral*, a *curralada*) que se dispõe ao lado da casa e comunica com a rua por um portão de dois batentes, suficientemente amplo para dar serventia aos carros. Uma escada lateral de pedra cingida à parede leva do pátio à varanda que corre a tôda a extensão da fachada e para a qual abrem os compartimentos da habitação. Da banda oposta do curral ficam alguns anexos, palheiros, o *cabanal* que abriga os carros e alfaias agrícolas, e às vezes também a serventia da cortinha. Nas antigas casas mirandesas a um lado do pátio exterior acumula-se o feno num sobrado erguido a 1<sup>m</sup>,5 ou 2<sup>m</sup> do chão e coberto por um telhado que se firma em monumental coluna de granito; por o seu quê de vaga semelhança com um palco lhe dão o nome de *treato do feno*. A simples vista dêsse recinto atulhado de forragem e das proporções que êle toma no conjunto pa-



ASPECTO DAS HABITAÇÕES EM REBORDELO  
(VINHAIS).



ALTURAS DE BARROSO, A POVOAÇÃO MAIS ALTA  
DE TRÁS-OS-MONTES.

As casas de colmo mal se distinguem na paisagem.

*Clichés V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

tenteia desde logo a função capital a que se destina a casa e o regime pastoril dominante.

É este fundamentalmente o tipo de casa mais característico das regiões criadoras do norte; mas claro é que as variantes são muitas consoante o carácter e a importância da exploração. Mais generalizado ainda é o tipo de casa que se solda, paredes meias, à vizinha (Est. VII); suprimiu-se o curral, a varanda — às vezes transformada em simples balcão de pedra — deita para a rua, mas a disposição interior persiste a mesma: primeiro andar e rés-do-chão abrigando os dois elementos associados no trabalho agrícola — o homem e os animais.

Nestas construções o desconforto dos interiores é completo; comodidade e higiene sacrificam-se às necessidades da exploração e ao desejo de economia. A ventilação é imperfeita, a luz pouca, porque reduzido ao mínimo o número de portas e janelas; por vezes a casa espreita o exterior apenas por estreitas e tôscas lucarnas. Aliás o problema era, na maior parte dos casos, de difícil solução, já que a casa, encostada às vizinhas, se estende em profundidade. No primeiro andar acumula-se em quatro ou cinco compartimentos a família, não sem que esse espaço ainda seja às vezes reduzido pela necessidade de transformar certas dependências em tulhas de grão. A cozinha, com a sua ampla lareira sem chaminé e o forno anexo, é a quadra principal da habitação; uma sala, alguns quartos ou simples alcovas e eis tudo. Até nos casos das maiores explorações raras vezes a casa reflecte a prosperidade e o bem estar material de quem a habita. O agricul-

tor, ainda mesmo o que vive rico ou remediado, não gosta de construir; prefere ir adaptando a sua velha morada, modificá-la ou acrescentá-la, a edificar desde os alicerces.

#### OS MATERIAIS DA CASA

A influência do meio natural na habitação revela-se sobretudo na natureza dos materiais utilizados na construção. Por tóda a parte a casa é de pedra, a pedra do próprio sítio, extraída na proximidade das aldeias. Xistos cristalinos e precâmbricos, granitos de grão fino ou mais grosseiro, xistos silúricos e quartzitos, tóda a gama de rochas da região está aí representada. A casa reflecte assim fielmente a natureza do sub-solo. Cada variedade de pedra imprime com o seu tom próprio um carácter local ou regional às aldeias, que é um traço curioso da paisagem humana.

A casa conserva nos planaltos um carácter primitivo que evoca por vezes a infância da arte de construção e é o resultado de difficilmente se adaptarem às formas materiais que resistem tenazmente ao escopro. Isto vale sobretudo para o granito; porisso, nas regiões onde êle predomina, o processo rudimentar de construir as paredes por simples sobreposição de grossos blocos é de uso corrente, ao menos nas pequenas construções. Aqui, como em tóda a parte, só é aparelhada a pedra que se destina a enquadrar as portas e janelas.

O tecto é o elemento essencial da casa, o que lhe dá verdadeira individualidade. O tipo mais generalizado em Trás-os-Montes é o tecto vulgar de têlha, de fabrico regional; além dêle, o tecto de lousa e o de

colmo. Mas seja qual fôr a variedade de materiais, o modelo é idêntico: duas águas, dois planos iguais formando um ângulo bastante aberto. A cobertura da casa não revela no seu plano aqueles vestígios de adaptação às diversas condições de clima, tão característicos doutras regiões; o telhado é sempre de fraco declive, quer nas montanhas húmidas e frias de oeste onde a neve cai com freqüência, quer sob o céu luminoso de Mirandela.

O tecto de lousa encontra-se em dois extremos de Trás-os-Montes onde os xistos silúricos fornecem boas ardósias — no Marão e na fronteira de Bragança, abrangendo uma faixa que vai do Baceiro ao Maçãs. A oriente, no planalto da Lombada o xisto ainda aparece, mas já misturado com a têlha.

O domínio do telhado de colmo compreende Barroso, sobretudo o Alto Barroso porque na ribeira de Terva, mais aberta às influências exteriores, a têlha vai já penetrando (Est. VII). O *colmaço* é aí tão característico, que mesmo em Montalegre, a capital barrosã — e a-pesar-da influência da estrada e das comunicações diárias com o caminho de ferro — as habitações são ainda em parte cobertas de colmo. A pequena casa de Barroso, construída de grossos blocos de granito, cosida com o solo, mal deixando penetrar a luz de tal modo se reduziram as aberturas, com a sua espessa capa de palha, dá bem a medida do esforço de adaptação do homem a um meio inclemente.

O telhado de colmo tem sôbre a têlha — aliás difícil de conduzir para estas aldeias sem comunicações — reais vantagens, primeiro porque torna a habitação

mais quente no inverno e depois porque a defende melhor da humidade; mas representa um perigo permanente de incêndio. ¿ Quem, tendo percorrido Barroso, não ouviu falar dalguma *ardena* célebre? A freguesia de Mourilhe teve já três incêndios, dois na sede e um recentemente em Sabuzedo; Castanheira, na freguesia da Chã, ardeu completamente há cerca de 30 anos; e o lugar de Parafita (Viade) foi já por duas vezes destruído pelo fogo, a última em 1930; hoje ainda os telhados não têm a pátina característica dos velhos colmados.

Construída de xistos ou feita de granito, sem rebôco nem cal, revestida de telha ou de lousas de reflexos de aço, coberta simplesmente de palha, a casa trasmontana é sempre uma mancha discreta que se funde na côr dominante da paisagem e que ao longe mais se adivinha que se vê.

## 2. AS POVOAÇÕES

### A AGLOMERAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

O povoamento no Alto Trás-os-Montes pertence essencialmente ao tipo aglomerado. As casas agrupam-se em estreita solidariedade formando núcleos compactos, massas mais ou menos coerentes, aldeias e lugares. A quinta, o grupo de habitações disperso no meio das culturas quasi não existe. A aglomeração é a lei geral; as povoações surgem como ilhotas nos campos desertos.

¿ A que causas atribuir este sistema de povoamento concentrado?



A primeira explicação que naturalmente ocorreria a quem tivesse o amor das generalizações fáceis e das fórmulas simplistas seria a de buscar nas condições hidrológicas a razão determinante desta aglomeração. Aliás o paralelo com o Minho era tentador. Na região litoral, clima húmido, solo abundante em água, logo população dispersa; em Trás-os-Montes, pelo contrário, clima em geral sêco, um cubo de precipitações que nalguns pontos roça pelo dos plainos alentejanos, solo em grande parte xistoso, pobre em níveis de água; consequência natural, *habitat* concentrado.

Mas estas fórmulas simples, por vezes sedutoras, só servem quasi sempre para falsearem a realidade. Acaso em Trás-os-Montes não há regiões em condições hidrológicas idênticas às do Minho, onde a água jorra de cada canto (Barroso, por exemplo) — e onde essa famosa relação do povoamento disperso com a facilidade de abastecimento de água se não verifica? Nem de resto Trás-os-Montes é uma região de solo pobre de água; os planaltos do norte são mesmo suficientemente húmidos para que os prados ocupem aí uma grande extensão. As aldeias abastecem-se de nascentes, nunca de poços. O factor hidrológico é, pois, absolutamente secundário, embora condicione em grande parte a localização das povoações.

Maior importância que a água tiveram outros factores geográficos: — o carácter físico destes planaltos e montanhas, o solo pobre, o clima rigoroso, o isolamento. Numa terra que pouco compensava o esforço do camponês, em luta contra um clima inóspito e um solo pouco fértil, num país em que as comunicações

são difíceis e cada lugar habitado só pode contar com os seus recursos próprios a exploração rural isolada concebe-se dificilmente. A necessidade duma luta constante e dura com um meio desfavorável conduz naturalmente ao agrupamento da população; ela ainda deve explicar em grande parte a persistência das antigas práticas comunalistas e de certas formas de solidariedade nos trabalhos do campo, como essa tão curiosa da *torna-geira* a que já nos referimos.

Num problema tão complexo como êste é difícil separar o que é pròpriamente do domínio da geografia e o que lhe escapa. O sistema de colonização, o regime agrário exerceram também influência sôbre as formas do povoamento. O sistema de colonização seguido pelos primeiros reis tinha por base, como atrás ficou dito, o aforamento colectivo, adaptado aqui às tendências e hábitos comunitários da população; a comunidade agrária implica naturalmente o povoamento em aldeias. O mesmo sucede com o sistema cultural, certamente em uso desde remotíssimos tempos: a distribuição da cultura por duas «fôlhas» alternadamente exploradas impunha o agrupamento das casas no centro das terras.

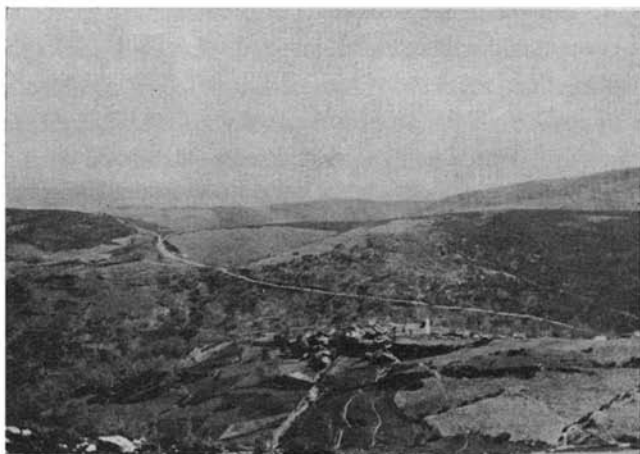
Aldeias e lugares são, pois, os termos em que se traduz aqui o *habitat* rural. As quintas, as explorações dispersas quási se não encontram, a não ser nos solos mais férteis da veiga de Chaves e da ribeira de Oura e mesmo aí sem importância.

A concentração representa para a casa a renúncia às vantagens duma boa orientação, uma certa limitação de liberdade, em suma. Nestes tipos de povoamento



GIMONDE (BRAGANÇA).

Na confluência de três pequenos ribeiros e do Sabor.



MONTOUTO (VINHAIS).

A aldeia fica voltada a norte na vertente da Serra da Coroa.

*Clichés V. Taborda.*

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

cada habitação se dispõe segundo o espaço que lhe deixam as vizinhas e a orientação que lhe impõem o plano da povoação e o traçado das ruas.

#### A POSIÇÃO E FORMA DAS POVOAÇÕES

As casas agrupam-se em aldeias e lugares. ¿Mas quais as condições físicas que atraem e fixam estas aglomerações, onde é que elas de preferência se localizam? ¿Qual o seu aspecto exterior e a sua forma?

A água desempenha um papel importante na fixação dos povoados; ora a aldeia se instala na margem dum rio, à beira duma ribeira ou simples linha de água, ora junto duma nascente. Esta aliança da água e do *habitat* humano é tão íntima que inúmeras vezes a aldeia tira o nome do facto hidrológico que a atraiu. Frades do Rio, Fiães do Rio, Cambezes do Rio, Rio Torto, Rio Bom, Rio Frio, Rio de Onor, Ribeirinha, Cachão, Pondras, Fonte Ladrão, Fonte da Aldeia, Águas Frias, Águas Vivas são nomes, entre cem outros, que evocam imediatamente a vizinhança do homem e da água, água que nasce ou água corrente.

Em primeiro lugar, as povoações fixam-se junto dos rios e ribeiras (Est. VIII). Mas nem todos os cursos de água atraem o povoamento. O Douro e os seus afluentes, que rasgaram através dos planaltos ravinas estreitas e profundas, no fundo das quais as águas rolam com violência, afastam naturalmente o homem. Nenhum rumor de povoado perturba a solidão desses vales inóspitos; o *habitat* fixou-se nos planaltos. Só nas secções onde o vale se alarga as povoações se apro-

ximam. Para citar um único exemplo: no Sabor, da fronteira até abaixo de Bragança encontram-se ao longo do rio várias aldeias (Aveleda, Rabal, Gimonde), mas daí para juzante o vale é deserto.

Aldeias e lugares procuram de preferência os sub-afluentes, os pequenos vales que mal desfazem a uniformidade do relêvo, as simples linhas de água. O exame duma carta de grande escala é a êste respeito bastante elucidativo: rara é a povoação onde um pequeno traço negro não denuncia a água corrente.

A atracção da água significa antes de mais a atracção das boas terras, dos solos frescos e fundos das veigas e margens. É que só aí vingam as culturas da horta e a horta constitui elemento inseparável da habitação.

Assim o problema da água é no fundo um problema do solo. Êste é com efeito o grande factor da localização do *habitat*. Fôram quasi sempre preocupações agrícolas que determinaram a escolha do lugar habitado. Comparem-se, por exemplo, as aluviões da veiga de Chaves com os planaltos de solo magro que se estendem a oriente: — um rosário de povoações margina o vale, enquanto além as aldeias são mais espaçadas, menos denso o povoamento. Foi o solo fértil que atraiu o homem. Claro é, como a terra é aí preciosa, as povoações não se instalaram sôbre as aluviões, mas no extrêmo do vale, onde começa a subir-se para o planalto.

A esta condição essencial subordinam-se tôdas as outras, topografia e relêvo, protecção contra os ventos, exposição. Nestes planaltos que a erosão modelou em

linhas mais ou menos acentuadas era fácil ao homem encontrar o sítio que reünisse às vantagens da orientação o conjunto de condições topográficas necessário a uma exploração semi-agrícola e semi-pastoral, compreendendo o vale ou depressão mais húmida para os prados, às terras enxutas mais altas para os cereais, a encosta para a vinha... A protecção contra o vento, a boa exposição entram de igual modo em linha de conta sempre que pode ser. No Alto Barroso as povoações abrigam-se freqüentes vezes nas pequenas bacias de testa de vale, defendidas contra os ventos dos quadrantes de norte. A aldeia de Alturas, a 1.150<sup>m</sup> — a aglomeração que sobe em Trás-os-Montes a maior altitude — está protegida do lado do norte por três pitorescos morros graníticos erguidos lado a lado, os *cotos* das Alturas, célebres em todo Barroso.

Nestas aldeias e lugares o aspecto exterior é sempre o mesmo: ruas estreitas e tortuosas, cheias de recantos e saliências, só diferentes do caminho rural em serem ladeadas de casas. No inverno fermentam aí a palha e os matos; a água, sem escoante fácil, transforma-as em lamaçais e torna-as pouco menos que intransitáveis. O camponês, que freqüentemente se congrega para compor a fonte, o caminho ou a agüeira comum, fica em regra indiferente ao estado lastimoso da sua aldeia.

As aglomerações rurais inscrevem no solo figuras diversas que ao mesmo tempo reflectem a influência das condições do meio físico e variam com as modificações do meio humano.

A dois tipos fundamentais se podem reduzir as po-

voações *trasmontanas*: a aldeia aglomerada, maciça e a aldeia alongada segundo uma linha directriz. A primeira é a forma mais comum porque a que melhor realiza o agrupamento (Est. VIII). Instaladas no meio das culturas quasi tôdas as povoações pertencem a êste tipo. A influência dos caminhos parece aí nula: não foi com efeito a povoação que se adaptou ao caminho, mas o caminho à povoação.

A disposição alongada constitui um tipo pouco frequente. Os exemplos mais típicos são talvez os de Iseda, Morais, Argoselo, Carrazedo de Montenegro. Como a dos simples caminhos, a influência das estradas é pouco sensível; a maior parte das vezes a aldeia evita-a, desdenha o contacto com ela; mais raro se lhe aproxima. Em Redondelo (Chaves) separou-se do núcleo do povoado uma nova aglomeração à beira da estrada que tem o nome significativo de Casas Novas. Mas êstes são os casos em que a aldeia fica um pouco desviada da estrada. Quanto a exemplos de povoações dispostas ao longo dela, aquilo a que os alemães chamam *Srassendörfer*, citaremos Quintela e Vilarandelo; na última já passava a via romana que vinha de Chaves. Mas ainda aqui a estrada apenas suscitou um desenvolvimento num novo sentido.

A atracção exercida pela linha férrea faz-se sentir dum modo flagrante — e êsse é o único caso expressivo — em Macedo de Cavaleiros; a povoação, que deve o seu rápido desenvolvimento à sua situação num ponto de cruzamento de estradas, lança no sentido da gare uma longa rua de cêrca de 1<sup>km</sup> de extensão.



## 3. AS CIDADES

Na hierarquia das povoações dos planaltos trasmontanos Bragança e Chaves ocupam o primeiro lugar. Ao lado das vilas e aldeias cuja actividade se orienta exclusivamente para o trabalho da terra são as únicas aglomerações que têm uma população urbana. Pequenas cidades em todo o caso, que inúmeros laços prendem ainda à terra.

Foram as estradas, quer dizer o comércio e a política, que fizeram as cidades, escreveu algures Vidal de la Blache; Chaves ilustra perfeitamente esta verdade. A cidade das termas célebres — *Aquae Flaviae* — deve, como tantas outras, a sua origem a um facto da circulação. Formou-se e desenvolveu-se sôbre a via romana de Braga a Astorga, na passagem do Tâmega, ou seja aí onde a circulação encontrava um obstáculo. A prova material da sua origem, a certidão do seu nascimento como cidade está ainda de pé na ponte que os povos daquela parte da Gallecia dedicaram a Trajano.

Se Chaves é na origem uma *cidade-ponte*, transformou-se mais tarde numa *cidade-fortaleza*. Ao papel económico de etapa numa grande artéria de trânsito sucede a função militar de praça fronteiriça de importância, porque situada no caminho de mais fácil acesso a uma invasão em Trás-os-Montes. A povoação toma então o aspecto que têm todos êsses burgos fortificados da Idade-Média, estreitamente cingida ao castelo cons-

truído na margem direita sôbre uma eminência que domina o vale.

A mesma idea de defesa militar explica a localização de Bragança. Um morro circular, protegido do lado de sul pelo vale profundo do pequeno rio Fervença, oferecia possibilidades excepcionais de protecção. Aí se ergueu o castelo que na sua forma actual data do século xv; à sua volta, apertada no cinto da muralha e protegida pelos baluartes, constituiu-se a povoação. A importância das obras militares, ainda hoje admiravelmente conservadas, desde logo mostra que de Bragança se queria fazer o centro de defesa militar nesta parte da fronteira. Mas a povoação sem possibilidades de desenvolvimento, isolada num recanto, progride pouco. Para atrair a população estabeleceu-se aí um mercado regional. A concessão do privilégio duma feira franca, renovado várias vezes, mostra bem até onde pode ir a acção política na criação dum aglomerado urbano, violentando mesmo as condições naturais (1).

O núcleo primitivo das duas actuais cidades constituiu-se, pois, à volta do castelo. O desenvolvimento

---

(1) A carta de D. Afonso V, de 1455, que cria uma nova feira franca denuncia expressamente nos *considerandos*, como se diria agora, o objectivo político que presidiu ao desenvolvimento de Bragança: «*esguardando como a dita bila de bragança hee muyto fronteyra aos Reynos de castela de que os nosos por muitas bezes Recebem guerra e trabalho chegando a grande despovoraçam e danefficamento . . . per causaa da quoall ella nam pode ser bem goardada e deffendida. . .*» — F. M. Alves (Reitor de Baçal), *MAH*, IV, doc. n.º 83, pág. 178.

ulterior da aglomeração urbana tem aí o seu ponto de partida. Chaves desceu até ao rio, na direcção da velha ponte romana e constituiu na margem esquerda, no arrabalde da Madalena, um novo bairro em que as casas se estabelecem ao longo das estradas. Bragança estendeu-se no sopé da eminência fortificada e entra assim, pode dizer-se, na categoria das *ciudades-duplas* (Est. IX). O aglomerado primitivo — a *vila*, por opposição à *cidade* — fica contido, com as suas estreitas ruelas e becos, dentro da muralha. Duas rampas paralelas, cada uma com longa e dupla escadaria, descem daí para a cidade moderna, cujo eixo vital se alonga no sentido de W. O plano da nova aglomeração orienta-se fundamentalmente segundo duas artérias paralelas principais que se continuam — o facto é significativo — uma na direcção do campo da feira e da moderna estação de caminho de ferro, outra no sentido da estrada de Mirandela, ou seja da via que punha a cidade em comunicação com o resto do país e por onde chegava a diligência antes da construção da via férrea.

Cidades características dum país isolado, duma região agrícola de progressos lentos, Bragança e Chaves só dão verdadeiramente a imagem da função que desempenham quando as suas ruas um pouco sonolentas se animam dum rumor novo e duma nova actividade pela afluência dos camponeses, em dias de feira ou de mercado.

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

## XI

### A POPULAÇÃO

#### 1. A DENSIDADE DA POPULAÇÃO

O primeiro problema que se põe ao estudar-se a população e entra verdadeiramente no campo da análise geográfica é o da densidade. ¿Como se distribui o homem pelo território, em que relação numérica está com o espaço disponível?

Os planaltos trasmontanos fazem parte das regiões portuguesas pouco povoadas, das menos povoadas pode mesmo dizer-se: uma população total de cêrca de 240.000 habitantes, ou seja uma densidade média de 32,9 habitantes por km.<sup>2</sup>, metade da densidade de Portugal e cifra inferior também à densidade da provincia (40,6) (1).

A distribuição das densidades pelos diversos concelhos está longe de fazer-se de modo uniforme. Os concelhos de além Tua acusam médias bastante homogêneas, sempre inferiores à média geral da região,

---

(1) Segundo o censo de 1920. Excluem-se, no cálculo da média da região, os concelhos de Murça e Vila Real, que só em parte lhe pertencem.

oscilando entre 21,2 o mínimo, em Mogadouro, e 27,6 o máximo, em Mirandela. Mais favorecida, a região ocidental nunca desce, com excepção de Montalegre (25), abaixo de 30:— Boticas 31,4, Vila Pouca 40,1, Valpaços 43,2. Chaves representa o máximo, verdadeira excepção nos planaltos, com a densidade de 67, superior mesmo à de Portugal.

O Alto Trás-os-Montes figura pois no conjunto do país como uma zona de povoamento rarefeito, mais rarefeito ainda que nas regiões interiores da Beira, só excedida em penúria de homens pelo Alentejo. Dentro da província é mesmo a região menos povoada; os concelhos durienses atingem sempre, a não ser na fronteira, densidades muito superiores às dos seus imediatos vizinhos do norte (1).

Querer interpretar o fenómeno da distribuição da população e buscar a causa das anomalias e diversidades que apresenta o revestimento humano é sempre trabalho delicado e precário. Num país de povoamento antigo foi tal a complexidade de factores que concorreu para que os homens se agrupassem aqui mais e além menos, que quasi não é possível separar o que entra no domínio da geografia e o que lhe é estranho.

A ver as coisas por alto e sem querer levar a análise muito longe — o que seria inútil, tratando-se dum tão pequeno espaço —, alguns comentários sugerem as cifras de densidade em Trás-os-Montes. Primeiro é

---

(1) Veja-se, por exemplo: — Moncorvo 29, Alfândega da Fé 24; Vila Flor 33, Mirandela 27; Sabrosa 62, Vila Pouca 40.

que nestes planaltos isolados, de solo pouco fértil, sem indústria, com uma agricultura rotineira e uma circulação lenta a população tinha de ser naturalmente pouco densa. A densidade do revestimento humano está em relação com a natureza e variedade de recursos que o homem tem ao seu dispor, e êles são bastante limitados nos planaltos de Trás-os-Montes: primeiro, o homem vive ai somente da terra e depois essa terra é no geral pouco fecunda.

Numa região de solo pobre, a exploração do torrão mais fértil basta por si só para elevar a cifra da densidade. Isso sucede naturalmente em certos vales onde a terra mais profunda, mais rica em elementos fertilizantes permite uma maior complexidade da cultura; ai se localizam sempre manchas mais densas. A comparação entre uma superfície igual do vale de Chaves — pondo de lado, claro é, a população urbana — e dos planaltos que o circundam é elucidativa. O concelho de Vila Pouca, a-pesar-da maior parte do seu território ficar compreendido nos planaltos áridos do Alvão e da Padrela, atinge uma densidade relativamente elevada; é o povoamento mais denso do vale de Aguiar que dá a razão do facto. Boticas está em circunstâncias idênticas; a sua densidade vai além da do vizinho concelho de Montalegre (31 para 25) porque para isso concorre o solo mais fértil da ribeira de Terva e sobretudo da veiga onde assenta a sede municipal.

O facto mais curioso e mais típico que ressalta ao encarar-se em bloco a distribuição da população é o aumento progressivo das densidades, de oriente para occidente. Com exclusão do alto país de Barroso onde

a superfície susceptível de ser valorizada é mais reduzida que em qualquer outra parte, o povoamento vai-se adensando à medida que se caminha para oeste. Dos planaltos de além Tua, com densidades inferiores a 30, às regiões pletóricas do Minho a transição faz-se pelos concelhos do ocidente trasmontano que embora imensamente distanciados das densidades do litoral, são contudo mais povoados que a zona de leste. Sem querer de modo algum estabelecer entre os dois factos qualquer espécie de correlacção, é curioso notar que este sensível adensamento do manto humano coincide com a região mais húmida e de solo predominantemente granítico.

A influência das aglomerações urbanas na densidade populacional é naturalmente muito limitada. Sem indústrias e sem trocas intensas não há cidades importantes. Das 397 freguesias da região somente 3 são urbanas; a sua população representa apenas  $\frac{1}{20}$  da população total dos planaltos. As duas aglomerações citadinas, Bragança e Chaves, reflectem as condições deste país essencialmente e exclusivamente rural; desempenham a sua função de mercados regionais e, como tantas outras pequenas cidades, tiram do facto de serem sedes administrativas ou de aí se concentram certos serviços a sua principal razão de existência. Em Chaves a vitalidade é maior, porque centro duma região agrícola importante, animado por uma circulação e trocas mais intensas. Mas o verdadeiro carácter duma e doutra cidade ressalta imediatamente do exame da curva da população no último meio século. De 4.754 habitantes em 1864, à data do primeiro censo,



Bragança sobe a 5.476, em 1920; e ainda o progresso não é contínuo, mas assinalado por duas descidas, uma de 1890 a 1900, outra de 1911 a 1920. Por sua vez, Chaves tem 5.403 habitantes em 1864 e 6.842 em 1920; a curva da sua população atinge o máximo em 1890, sofre uma inflexão brusca no decénio seguinte para subir depois lentamente. Em resumo, nos últimos 50 anos — o período que justamente corresponde a um momento novo na história da circulação com a construção da rede de estradas e caminhos de ferro — as duas aglomerações urbanas dos planaltos de Trás-os-Montes realizam apenas progressos muito lentos: a população de Bragança subiu 16%, a de Chaves 21% (1).

A população é, pois, quasi inteiramente rural, não como no Minho formando um revestimento humano a bem dizer contínuo, mas agrupada numa série de pequenas aglomerações mais ou menos espaçadas. A freguesia, constituída umas vezes só pela sede, outras pela sede e alguns lugares, possui uma média de habitantes bastante baixa (595, Portugal 1.539), mas tem, por outro lado, uma área inferior à média do país (19<sup>km²</sup>, Portugal 24). A fraca densidade da população não é tanto a consequência do pequeno número de

(1) Variações da população em Bragança e Chaves desde o primeiro censo (1864):

	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Bragança . . . . .	4.754	5.071	5.840	5.535	5.787	5.476
Chaves. . . . .	5.403	5.539	7.495	6.388	6.820	6.842

núcleos rurais (o caso do Alentejo), como do facto de êles serem pouco povoados.

Assim defenido o verdadeiro carácter do povoamento nos planaltos, não admira que a população pouco tenha progredido.

**Densidade da população por concelhos em 1864, 1890 e 1920**

Concelhos	1864	1890	1920
<b>Bragança :</b>			
Alfândega da Fé. . . . .	27	24	24
Bragança . . . . .	23	24	25
Macedo de Cavaleiros. . . . .	24	26	26
Miranda do Douro . . . . .	18	20	22
Mirandela . . . . .	26	31	27
Mogadouro . . . . .	19	21	21
Vimioso . . . . .	20	19	22
Vinhais . . . . .	27	21	26
<b>Vila Real :</b>			
Boticas . . . . .	30	29	31
Chaves. . . . .	57	60	67
Montalegre . . . . .	22	23	25
[Murça] . . . . .	33	34	40
Valpaços . . . . .	45	47	43
Vila Pouca de Aguiar. . . . .	36	44	42
[Vila Real]. . . . .	84	87	94

No espaço de mais de meio século vê-se, pois, a população manter-se quasi estacionária. Apenas em Chaves, Murça, Vila Pouca e Vila Real o aumento é

mais sensível. No conjunto, não só os progressos são insignificantes, como ainda Alfândega, Valpaços e Vinhais viram descer o número dos seus habitantes. A impressão de paralisia é ainda mais flagrante comparando-se as densidades actuais às de 1890: progresso em Bragança, Miranda, Vimioso, Vinhais, Chaves, Boticas, Montalegre, Murça e Vila Real, nos mais concelhos estacionamento ou recuo. Para citar só um exemplo característico, das 30 freguesias de Valpaços, 20 têm em 1920 menos população que em 1890 (1).

Este marasmo, quando não recuo, da população trasmontana tem a sua origem na emigração.

## 2. MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO

### EMIGRAÇÃO. MIGRAÇÕES PERIÓDICAS

Se há no país região donde se emigra, ela é de certo Trás-os-Montes. O movimento irresistível que leva os camponeses a desertar das suas aldeias vem já de mais longe na região ocidental, mais aberta às influências exteriores e primeiro favorecida pela proximidade de comunicações fáceis. No período de 1866-1871, quando o distrito de Vila Real dava já uma média de 344 emigrantes por ano, Bragança não passava de 23. De então para cá o movimento comunica-se a toda a região e de tal modo se acelera, que por fim quasi se transforma em êxodo. No quadriénio

---

(1) Note-se que alguns concelhos sofreram, de 1864 para cá, pequenas alterações na sua área.

de 1886-1889 os contingentes anuais sobem a 1644, em Vila Real, a 352 em Bragança; a 3331 e 1885, em 1907-1909; e atingem o máximo em 1911-1913 com as altas médias de respectivamente 6658 e 8875 (1). Significa isto que em 34 anos (1880-1913) saíram definitivamente de toda a província 128.360 habitantes, o equivalente a 31% da sua população actual.

É pela última década do século passado que o fenómeno emigração começa a atingir proporções assustadoras; elle é a consequência natural das crises que atingem então profundamente a economia rural. A filoxera devastara um pouco antes completamente as vinhas e se a ruína da viticultura bastava já por si só para comprometer o equilibrio económico da região, ela segue-se no distrito de Bragança a outra grave crise, a ruína da sericultura. Duramente atingido, o camponês resolve-se a deixar o horizonte da sua aldeia, a refazer a sua vida no Brasil, na Argentina, nos países novos da América; a rede nova de estradas, o caminho de ferro como que o solicitam a sair. E uma vez estabelecida a corrente, sob o impulso da velocidade adquirida a emigração não mais pára. Mudam os rumos e os países de destino, primeiro o Brasil e a Argentina, mais tarde os Estados Unidos, recentemente a França, mas o facto persiste. Os emigrantes duma mesma aldeia estabelecidos lá fora, neste ou naquele lugar, mantêm-se estreitamente unidos e vão chamando a si os conterrâneos.

---

(1) Segundo as estatísticas officiais. Há, além disso, a contar a emigração clandestina.

Ao lado desta corrente contínua que impele o camponês a expatriar-se, outros movimentos se notam de natureza diferente cujo raio não vai além dos planaltos e das regiões vizinhas: as migrações periódicas para certos trabalhos agrícolas.

Um facto geográfico e um facto social estão na base destas deslocações sazonais. São primeiro as diferenças de clima entre as regiões mais altas de norte e a *terra quente*, que determinam diferenças na data dos grandes trabalhos agrícolas; é depois a generalização da pequena cultura — consequência imediata do regime da propriedade —, incapaz de absorver continuamente a mão de obra disponível. Assim se produzem deslocações temporárias, curiosos movimentos de fluxo e refluxo quando o calendário agrícola marca a chegada dos grandes labores. De Valpaços, de Murça e das outras regiões vizinhas passam ao vale de Mirandela ranchos de homens e mulheres que vão fazer a apanha da azeitona. Os camponeses de Barroso e dos outros planaltos ocidentais descem a pé, pelo fim de Setembro, ao Douro e aí se demoram quinze a vinte dias nos trabalhos das vindimas (1). Em todo o caso, hoje o afluxo de mão de obra à zona vinha-

---

(1) Habitados ao serviço fácil das suas pequenas lavouras, os camponeses do norte acharam sempre duro e pesado o trabalho dos carros nas ladeiras íngremes do Douro e Gorgo — e tanto mais quanto no fim as economias avultam pouco. Daí a quadra, célebre de Bragança a Montalegre

Fui às vindimas ao Douro  
 não achei que vindimar;  
*vindimaram-me* as costelas,  
 foi o que eu lá fui ganhar.

teira só de longe evoça o que foi antigamente, quando convergiam ao Douro enormes bandos de trabalhadores das terras vizinhas da Beira, de toda a zona norte trasmontana e mesmo da Galiza.

A mais característica de todas estas migrações e a mais importante, não só pelos contingentes que desloca, como por abranger a província inteira, é a dos ceifeiros. Pelo fim de Maio, ao começarem as ceifas na *terra quente*, descem a Mirandela dos planaltos e montanhas do norte as *camaradas de segadores* e aí se lhe juntam as que sobem da Vilarieça e do Douro, os *sòqueiros da terra quente*, como lhes chamam no norte. Umas e outras lentamente se vão deslocando para norte, deixando atrás de si ceifadas as searas dos lugares que passam, até o grosso da coluna atingir Bragança. Daí uns reentram na sua aldeia a tempo de fazer a própria ceifa, enquanto outros passam a Espanha, para a Senabria, Alcanices, Zamora e mesmo mais longe. Os ceifeiros de Barroso deitam só até Chaves e às vezes a Valpaços, recolhendo depois ao longo da fronteira a Montalegre, os das povoações raianas do Douro passam logo imediatamente à Espanha e por lá se demoram 15 a 20 dias, internando-se até muito dentro. Nenhuma aldeia deixa de engrossar a corrente e de participar deste nomadismo temporário, cuja importância só verdadeiramente avalia quem alguma vez viu na praça principal de Bragança, sob o sol ardente do fim de Junho, o imenso acampamento dos ceifeiros.

# ÍNDICE

---

## I

### A REGIÃO E OS SEUS LIMITES

	Pág.
1. Alto Trás-os-Montes . . . . .	1
2. Os limites da região. . . . .	6
Limites a ocidente . . . . .	7
Limites a sul. O Alto Douro . . . . .	12
3. A fronteira . . . . .	17
Fronteira lingüística . . . . .	23

## II

### OS MATERIAIS DO SOLO

1. Terrenos precâmbrico-arcaicos . . . . .	27
2. Terrenos graníticos. . . . .	29
3. Terrenos primários . . . . .	31
4. Os calcáreos . . . . .	33
5. Terrenos recentes. . . . .	35

## III

### O RELÊVO DO SOLO

1. Os planaltos . . . . .	37
2. As montanhas. . . . .	42

	Pág.
3. Os vales dos rios . . . . .	47
Douro e afluentes . . . . .	47
Cávado . . . . .	53
4. Formação do relêvo . . . . .	55

## IV

## CLIMA

1. Temperatura . . . . .	64
2. Os ventos . . . . .	69
3. As chuvas . . . . .	73
4. As estações e os trabalhos agrícolas . . . . .	78
Inverno . . . . .	78
Primavera . . . . .	82
Verão . . . . .	86
Outono . . . . .	88

## V

## REVESTIMENTO VEGETAL

1. Influências gerais . . . . .	91
2. A paisagem vegetal . . . . .	93
O « monte » . . . . .	97

## VI

## AS CULTURAS

1. Evolução da agricultura . . . . .	101
O solo . . . . .	101
A conquista do solo pela cultura . . . . .	103
Evolução da cultura; situação actual . . . . .	108
2. Os produtos da cultura . . . . .	112
Distribuição das culturas. Aspectos da paisagem agrícola . . . . .	112



	Pág.
Os cereais . . . . .	115
A batata . . . . .	120
A vinha e a oliveira . . . . .	122
Culturas hortícolas . . . . .	127
O castanheiro . . . . .	128

## VII

## CRIAÇÃO DE GADO

1. Pastagens e prados . . . . .	132
2. O gado . . . . .	137
Gado bovino . . . . .	137
Ovinos e caprinos . . . . .	146
Suínos; outras espécies . . . . .	150

## VIII

## PROPRIEDADE E EXPLORAÇÃO DO SOLO

1. Os baldios . . . . .	155
2. As propriedades . . . . .	161
3. As explorações . . . . .	168

## IX

## RELAÇÕES ECONÓMICAS

1. Indústria . . . . .	173
A antiga indústria da seda. Os pequenos misteres decaídos dos panos e curtimenta . . . . .	173
Minas e pedreiras. Águas minerais . . . . .	181
2. O comércio . . . . .	185
As feiras . . . . .	185
As trocas de produtos . . . . .	187
3. A circulação . . . . .	188
Linhas férreas . . . . .	192

## X

## A HABITAÇÃO E AS POVOAÇÕES

	Pág.
1. A casa . . . . .	195
Os tipos de habitação. . . . .	195
Os materiais da casa . . . . .	198
2. As povoações. . . . .	200
A aglomeração da população rural. . . . .	200
A posição e forma das povoações . . . . .	203
3. As cidades . . . . .	207

## XI

## A POPULAÇÃO

1. A densidade da população . . . . .	211
2. Movimentos da população . . . . .	217
Emigração. Migrações periódicas . . . . .	217

## ERRATA

Pág.	Linha	Onde se lê	Leia-se
5 e 8	17 e 7, 17	arcaico	precâmbrico-arcaico
8	10 e 19	cristalinos	cristalinos e precâmbricos
»	12	arcaicos	precâmbrico-arcaicos
12	13	séries	formações
14	22	arcaica	precâmbrico-arcaica
16	15	250 <sup>m</sup>	240 <sup>m</sup>
22	1 e 2	nos aluviões fundos	nas aluviões fundas
26	9	<i>churra</i>	<i>charra</i>
32	19	granvaques	grauvaques
60	8	fossa	depressão
96	Nota	sempre verdes	de fôlhas persistentes
111	Nota (2)	são o resultado	são, como o essencial dêste estudo, o resultado
114	Nota	Selhariz, Vidago, Oura	Selhariz, Oura
115	11	ocidentais	orientais
134	9	com	um
162	15	o	o do
178	Nota	escola	estação
209	7 e 8	<i>ciudades-duplas</i> (Est. IX).	<i>ciudades-duplas</i> .
»	11	com	com sua
217	10	menos	menor

Suprima-se a pág. 206, linhas 20 e 21, a frase: aquilo a que os alemães chamam *Strassendörfer*. Emende-se em vários lugares *Senabria*, para *Sanabria*.

Outros erros escaparam de fácil revisão.

